



Mestrado em História, Defesa e Relações Internacionais

**Revoltas e Campanhas nos Dembos (1872-1919).
47 Anos de Independência às Portas de Luanda.**

António José Machado Marracho

Orientador:

Professor Doutor António José Telo

Academia Militar

Co-orientador:

Tenente-Coronel de Artilharia Marquês de Sousa

Academia Militar

Setembro de 2008

DEDICATÓRIA

À minha esposa; Ana Paula
E filha Ana Teresa.

AGRADECIMENTOS

A investigação para a realização da dissertação é um processo solitário. Contudo recebe contributos de várias pessoas e organizações. Ao longo dos dois anos em que realizei este mestrado, recebi vários apoios institucionais e pessoais que devo realçar e expressar publicamente o meu reconhecimento e gratidão;

Ao Arquivo Histórico Militar, onde encontrei total abertura e disponibilidade,

À Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa que me facilitou toda a documentação disponível,

À Academia Militar, onde presto serviço e onde tive o clima propício para poder realizar esta dissertação,

Agradecer:

Ao meu orientador, Professor Doutor António José Telo, pelo seu incentivo em fazer este mestrado;

Ao meu co-orientador, Tenente-Coronel Marquês de Sousa pelo ânimo, pela crítica pertinente mas dita de forma suave;

Tenente-Coronel Rogério Santos, pela disponibilidade e pelo apoio informático tão necessário;

Ao Tenente-Coronel Mendes Dias, pela pertinência da crítica, pela frontalidade e lealdade, pela total disponibilidade e pela amizade;

Ao Tenente-coronel Leal, pela oportunidade da ajuda, pela amizade e camaradagem;

Ao Major Carriço, pela franca vontade de ajudar e amizade;

Ao Major Flambó, pela total abertura e disponibilidade no apoio informático e pela amizade;

Ao Professor da Academia Militar Thomas Peter Gasche, pela disponibilidade na ajuda prestada para a correcção do Abstract;

À Dona Paula da biblioteca da Academia Militar, pela disponibilidade.

A todos o meu profundo agradecimento e amizade.

À Ana Paula e Ana Teresa pelo tempo que não lhes dediquei.

RESUMO

Em 1872 perante a escassez de meios no terreno, falta de força, falta da autoridade portuguesa, o dembo Caculo Cahenda, revoltou-se. A resposta militar portuguesa foi materializada através do envio de uma coluna comandada pelo Tenente-Coronel Gomes de Almeida. O aparente sucesso militar traz consigo uma paz negociada com a manutenção do *Status Quo*.

Como consequência do fim do conflito, foi assinada uma portaria pelo Ministro dos Negócios da Marinha e Ultramar, na qual foi decretada, a abolição de dízimos dos concelhos, passagens dos rios e dízimos do pescado.

No período de 1890 a 1907, os dembos, entraram em conflito com os portugueses três vezes: em Dezembro de 1890, de Janeiro a Março de 1891 e em Fevereiro de 1899. De 1907 a 1919, foram organizadas sete expedições militares: Setembro a Novembro de 1907, de Julho de 1908, de Fevereiro a Março de 1909, de Julho a Setembro de 1913, de Novembro a Dezembro de 1918, de Janeiro a Abril e de Maio a Dezembro de 1919, sem contar com incidentes menores.

Os dembos, nunca tiveram o apoio dos seus irmãos do Golungo Alto ou de Ambaca. Abandonados, divididos, caíram em dominó. A impossibilidade de arranjar pólvora, a doença do sono, a abertura de estradas e a cultura do café iriam anular os últimos lutadores pela independência pelo menos até 1961.

Na conferência de Berlim de 1884-85, foi decidida a partilha do continente Africano. Alterou-se o paradigma de relacionamento entre Europeus e Africanos. Nasceu um direito novo, que validava a efectiva ocupação dos territórios Africanos.

Quando Paiva Couceiro assume o Governo da província, decide terminar com a independência dos Dembos. Ordena a constituição da coluna de 1907. A coluna de 1907 fez 39 etapas superiores a 21 quilómetros, sendo a maior de 38, percorrendo enquadrada por graduados cerca de 840 quilómetros. Se adicionarmos as marchas extraordinárias, ela percorreu mais de 1500 quilómetros.

Entre 1913 a 1917, a região dos Dembos mantém-se estável. Os poderes locais Africanos decidem o seu destino e toleram a autoridade portuguesa nos seus fortes.

Na década de 1920, foi desenhado o mapa de Angola, fruto de uma intensa actividade militar. As campanhas na região dos Dembos enquadram-se neste cenário político-militar com vertentes étnicas e tribais.

PALAVRAS CHAVE: Dembos, Capitão, Revolta, Campanha

ABSTRACT

In 1872, given the shortage of military forces and the reduced Portuguese authority in the area, the dembo Caculo Cahenda rioted. A military column commanded by Lieutenant-Colonel Gomes da Almeida was organized and brings peace, at least for a while, maintaining the *status quo*.

As a consequence of this conflict, the Minister of Naval Affairs and Overseas signed a decree. In it, the tithes on the administrative areas, the river crossings and fishing were all abolished. In the period from 1890 to 1907, the dembos, entered in conflict with the Portuguese three times: in December 1890, January to March 1891 and in February 1899. Between the period from 1907 to 1919, and not counting minor incidents, seven military expeditions were organized: from September to November of 1907, July of 1908, from February to March of 1909, from July to September of 1913, from November to December of 1918, from January to April and from May to December of 1919.

The dembos never had the support from their siblings at Golungo Alto or of Ambaca.

Abandoned, divided, they fell like dominos. The impossibility of arranging gunpowder, sleeping sickness, the opening of new roads and the coffee plantations would annul the last fighters for the independence at least up to 1961.

In the Berlin conference in 1884-85, the division of the African continent was decided. The pattern of the relationship between Europeans and Africans was altered. A new international law was born, which consisted of the effective occupation of the African territories.

When Paiva Couceiro was nominated governor of the provincial government, he decided to finish the independence of the Dembos. The column of 1907 made 39 walking stages of up to 21 kilometers, with the largest one of 38. The main column travelled more than 840 kilometers. Including secondary columns, a total of more than 1500 kilometers was travelled. From 1913 to 1917, the Dembos area stays stable. The local African powers decide their destiny and they tolerate the Portuguese authority in their forts.

In the decade of 1920, a map of Angola was drawn up as a result of intense military activities. The campaigns in the Dembos area are framed in this political-military but also ethnic and tribal scenario.

KEY WORDS: Dembos, Captain, Riots, Campaign

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
1. Revolta e Campanha de 1872.....	5
1.1. Revolta.....	5
1.2. A coluna.....	7
1.3. A Campanha	9
1.4. Auto de Paz.....	12
1.5. Carta ao Mercantil	16
1.6. O Regresso.....	18
1.7. Breves conclusões.....	19
2. O <i>Ultimatum</i> Britânico de 1890	19
2.1. O Catalisador	19
2.2. Política externa com implicações na política interna.	22
2.3. Rei D. Carlos I sobe ao trono	24
2.4. Breves Conclusões.....	27
3. Reconhecimento e Campanha de 1907	28
3.1. João de Almeida	28
3.2. Reconhecimento dos Dembos	30
3.3. Revolta de 1872	32
3.4. Causas e objectivos da formação da coluna	35
3.5. Descrição da região dos Dembos.....	36
3.6. Organização e composição da coluna.....	39
3.7. De Cabiri ao Casal passando pelo Alto Dande.....	42
3.8. Tentativa de Marchar em direcção ao Cazuangongo.....	51
3.9. Marcha para o Ngombe Amuquiama.....	53
3.10. Marchas para as terras do Cazuangongo	58
3.11. Combates na Cabaça.....	60
3.12. Combate do rio Quiulo	62
3.13. Combates do Gombe e Imbundo	64

3.14. Marcha para a Delegação	66
3.15. Combate do Gimbo Aluquem.....	68
3.16. Combate do Cazuangongo.....	70
3.17. Construção do Forte De Maravila	73
3.18. Combate com os sobas Zongue e Muando	74
3.19. Marcha para o Lombige.....	76
3.20. Regresso.....	79
3.21. Breves Conclusões.....	80
4. Revoltas e Campanhas 1908-1917	82
4.1. Revolta do Cazuangongo.....	82
4.2. A submissão do Caculo Cahenda	84
4.3. Revolta do Caculo Cahenda	85
4.4. Campanha de 1913	86
4.5. Caos entre 1913 a 1917	87
4.6. Breves Conclusões.....	89
5. Campanha de Pacificação.....	89
5.1. A Solução	89
5.2. A Agonia final	90
5.3. Liquidação do Cazuangongo	92
5.4. Dembos a Pagar Imposto.....	92
5.5. Breves Conclusões.....	93
CONCLUSÕES.....	94
BIBLIOGRAFIA.....	100
ANEXOS.....	107

INTRODUÇÃO

A abrangência de conteúdos e de perspectivas do Mestrado em História, Defesa e Relações Internacionais permite a abordagem de um conjunto de temas tão vasto quanto a nossa imaginação e interesse nos permitam. Optámos por escolher um tema da história militar, parecendo-os um campo de análise importante no âmbito da história bem como da Defesa.

Revoltas e Campanhas nos Dembos¹ (1872-1919). O período em análise foi fértil em acontecimentos: nas décadas de 1850, 60 e 70, os governos europeus criaram as sociedades de geografia com a finalidade de executarem explorações científicas no continente Africano; Conferência de Berlim em 1884-85; o Governo Britânico dirige o Ultimato a Portugal em 1890; implantação em 1910 do regime Republicano em Portugal e até final da década de 1920, o governo português consolida o poder nos territórios ultramarinos, sob sua alçada, nomeadamente em Angola e Moçambique.

Face ao tema escolhido, os objectivos específicos deste trabalho visam:

- verificar em que medida as alterações ocorridas na Ordem Nacional e Ordem Internacional no período entre 1872 a 1919, se repercutiram na política portuguesa relativamente aos territórios africanos sob sua alçada;
- analisar como é que o Poder Político e a Instituição Militar se adaptaram em Angola, às novas realidades resultantes da Conferência de Berlim;
- estudar a interacção entre a Instituição Militar e os poderes Africanos, na luta pelo domínio de uma região;
- conhecer e analisar os processos de cooperação, acomodação e conflituais ocorridos no período de 1872 a 1919, entre o poder militar português e os poderes Africanos, denominados por dembos.

O percurso metodológico adoptado para este trabalho teve início na pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão, mas está alicerçado no Método de Investigação Documental.

Elegemos a seguinte **questão central**:

Como se justifica a independência da região dos Dembos entre 1872 e 1919?

¹ É do título *ndembu*, palavra originária do quimbundo, que deriva o nome Dembos. Designamos a região compreendida entre-os-rios Dande e Zenza. A palavra dembo, com letra minúscula, designa o chefe de vários sobas. Também aparece a palavra Dembo, com os mesmo significado que dembo. Para saber mais ver (Tavares e Santos, 2005, p387).

Da questão ora levantada decorrem as seguintes **questões derivadas**:

- Porque motivos a região dos Dembos permaneceu 47 anos independente?
- Porque motivos, os dembos acabaram por ser dominados após 47 anos?
- Quais as razões do conflito?
- Quais as táticas e técnicas usadas pelos poderes em conflito?
- Qual o armamento usado por ambas as partes?
- Como funcionou a logística de guerra?
- Como funcionaram as comunicações?

Para responder a estas questões levantamos as seguintes hipóteses básicas orientadoras:

- Portugal não tinha dimensão territorial nem demográfica para conquistar outros povos;
- A ocupação portuguesa dos territórios Africanos consistia apenas na implantação de postos no litoral,
- A crise interna financeira e política vivida na metrópole condicionou o desempenho da autoridade portuguesa na província de Angola;
- A conferência de Berlim em 1884-85 alterou o paradigma de relacionamento entre Europeus e Africanos e Portugal foi incapaz de se adaptar;
- A guerra portuguesa em África foi um processo interminável e lento por falta de recursos e de organização,
- Por falta de recursos humanos, Portugal recorreu aos habitantes locais, promovendo a guerra entre eles;
- Portugal utilizou a província de Angola como um vazadouro de deportados e degredados;
- As espingardas de repetição surgidas no final do século XIX foram decisivas para o desenlace final;
- O tripanossomo, vírus responsável pela doença do sono, ajudou o poder militar português a consolidar a conquista da região dos Dembos;
- A desunião entre os dembos e a falta de apoio dos seus irmãos fronteiros contribuíram para a sua queda.

Organizamos a dissertação em sete partes: introdução, cinco capítulos e conclusões.

Na introdução definimos o contexto do estudo, os objectivos e importância do estudo, a justificação da escolha, a delimitação do estudo e o percurso metodológico adoptado.

No primeiro capítulo, analisamos a revolta do dembo Caculo Cahenda, e a consequente campanha liderada pelo Tenente-Coronel Gomes de Almeida, para impor a autoridade

portuguesa – processo conflitual. A luta entre os poderes Africanos conjugado com o abuso de autoridade por parte dos representantes portugueses na província foram factores que facilitaram o estalar da revolta do principal actor da região – Caculo Cahenda.

O comandante da coluna Gomes de Almeida, incapaz de derrotar o principal poder Africano, assinou o auto de paz, em que os poderes em confronto se acomodaram. No final tudo ficou pior para o poder português porque não só perdeu o posto situado nas terras de Sassa, mas também a possibilidade de cobrar impostos, com a agravante dos custos destas operações bem como a redução do comércio na região.

A consequência imediata desta campanha foi que por portaria do Ministro dos Negócios da Marinha e Ultramar, foi decretada, a abolição de dízimos dos concelhos, passagens dos rios e dízimos do pescado.

No segundo capítulo, analisamos as consequências da conferência de Berlim de 1884-85 para Portugal. Verificamos que a conferência, onde se decidiu a partilha do continente Africano, alterou o paradigma de relacionamento entre Europeus e Africanos; nasceu um Direito novo, que consistia na efectiva ocupação dos territórios Africanos, entrando em conflito com a estrutura de poder Africano implantado.

As alterações ocorridas na Ordem Internacional tiveram consequências directas na Ordem Nacional e implicações nos territórios Africanos sob a alçada portuguesa.

No terceiro capítulo, analisamos a campanha de 1907, protagonizada pelo Capitão João de Almeida, que tinha por missão restabelecer a autoridade portuguesa na região dos Dembos, independente desde 1872. Reflectimos sobre a campanha em si e sobre todos os factores relacionados como o terreno, a vegetação, o armamento utilizado, as vias de comunicação, o apoio logístico com o objectivo de obter respostas para as questões levantadas.

No quarto capítulo apresentamos a análise da ocupação do dembo Caculo Cahenda por David Magno. Como este Oficial usou a diplomacia e manipulação em vez das armas, mas reflectindo apenas uma situação pontual sem possibilidade de continuidade.

A saída de Magno da região, em Dezembro de 1912, a pressão de Luanda para se fazer a cobrança do imposto sem forças adequadas, conjuntamente com a pressão do comércio para liberalizar a venda de pólvora e armas provocou a revolta do Caculo Cahenda. A revolta do Caculo Cahenda de 1913, obrigou, o Governador-geral, Norton de Matos a corrigir a liberalização da venda de pólvora e de armas, proibindo-a. Surgiu mais uma coluna contra o dembo, comandada agora pelo Capitão Maia Pinto, que não chegou a combater porque o inimigo se furtou. Entre 1913 a 1917, a região dos Dembos, mantém-se estável e os poderes Africanos decidem o seu destino e toleram a autoridade portuguesa presente nas fortificações.

No quinto capítulo, analisamos, a campanha de 1919, liderada pelo Capitão Ribeiro de Almeida, considerado por vários autores um verdadeiro bandoleiro do sertão, pois tinha uma forma original de liderar. Durante a campanha, a sua companhia constituída somente por africanos, que apenas transportavam o mínimo indispensável e em que os seus subordinados eram especialistas a usar o sabre em detrimento da espingarda Mauser, acabaram com a resistência dos dembos após 47 anos de independência.

Na sétima parte elencamos as principais conclusões a que chegamos nesta dissertação.

Cientes que partes dos assuntos abordados merecerão análises mais aprofundadas noutros estudos que com certeza irão ser realizados, procuramos abordar aqueles que nos pareceram essenciais, mesmo correndo o risco de parecermos superficiais.

1. Revolta e Campanha de 1872

1.1. Revolta

Os dembos das montanhas às portas de Luanda, revoltam-se, invocando a desonestidade dos cobradores de impostos, dos lusitanizados, mestiços e negros, representantes da autoridade portuguesa, acusando-os de praticar uma série de atropelos na administração local. Concorre ainda para a revolta acontecer o facto de alguns feudatários, dembos² avassalados, não conseguindo dominar os seus subordinados, terem pedido ajuda a Luanda, que não deu resposta em tempo oportuno.

Caculo Cahenda, incapaz de dominar os seus sobas, face às grandes distâncias que tinha de percorrer no seu território, começou a exigir ao Governador-geral, que castigasse os sublevados e como recompensa prestaria vassalagem à autoridade portuguesa, mas o governo da província incapaz de resolver o problema tentou ganhar tempo. Enviou ao dembo, Caculo Cahenda, D. Francisco João Cheque, em 29 de Janeiro de 1868, o seguinte ofício:

“Devolvo as cartas que me mandastes mostrar de Sua Alteza o Rei do Congo e do Capitão Eugenio Massi, ex-chefe desse concelho. Acerca da representação que me fazeis relativas aos sobas N’Gombe Ananboa, cavunga cahui e Cavunga Capacaça, tenho a dizer-vos, que é negocio que só poderei resolver segundo o comportamento que tiverdes com o governo” (Magno, 1917, p.56).

O Governador-geral, não estava interessado em renovar conflitos com outros dembos pelo que se esquivava, gerando o descontentamento destes. Verifica-se assim, uma ruptura entre vassalo e suserano, interrogando-se os vassallos sobre a necessidade de pagar o dízimo.

Face a esta situação, os principais dembos, Caculo Cahenda, Ngombe Amuquiama e Cazuangongo³, declararam-se vassallos do Rei do Congo, D. Pedro V. Ele próprio independente perante a autoridade Portuguesa.

Em Janeiro de 1870, para agravar a situação o Zombo Angola insubordina-se contra o Caculo Cahenda e num ataque de surpresa a povos fiéis a este dembo, provoca alguns mortos e prisioneiros. Caculo Cahenda, pretendendo utilizar as armas portuguesas em seu proveito, foi a Sassa pedir ao chefe do Concelho dos Dembos, Alferes de segunda linha Raimundo Lobato de Abreu que o desagravasse. O chefe do concelho, enviou uma coluna de trinta praças para capturar o soba Zombo mas tal acção não satisfizou o ego do dembo Caculo Cahenda.

² Originária da palavra *ndembu*, dembo, quer dizer, o chefe africano que domina um determinado território e respectiva população enquadrada por sobas, subordinados ao dembo. Para esta região, passaremos a usar a expressão dembo, para representar o chefe.

³ Também pode aparecer a palavra Cazoangongo.

O chefe do concelho comunicou ao governo em 12 de agosto de 1870, o seguinte: “ *o Dembo Caculo Cahenda se encontrava presente com quatrocentas pessoas tendo a guarda-lo até a banza mais de duas mil bem armadas, vindo pedir ao govêrno o devido castigo do Zombo.*” (Magno, 1937, p.21).

Também o dembo Cazuangongo, D. António Miguel da Silva do Espírito Santo, tinha desobedecido à autoridade portuguesa e como consequência, o antigo chefe do concelho, Capitão de segunda linha Manuel Queiroz Coutinho, mandou-o apresentar em Luanda carregado de ferros. Face a estes acontecimentos, o dembo Caculo Cahenda, quis mostrar a sua força, evitando ser também castigado, e testando a força da autoridade portuguesa.

Em suma, perante a escassez de meios no terreno da autoridade portuguesa, o dembo Caculo Cahenda, na luta pelo poder com os seus subordinados, pretendeu fazer uma demonstração da sua força. Apresentou-se com 2400 homens em armas e pretendeu usar habilmente a relação aparente de vassalagem com o governador de Luanda, representante do Rei de Portugal, para resolver uma crise interna.

Aconteceu então a grande revolta dos Dembos em 1872 e teve como consequência imediata o desaparecimento do destacamento de 30 militares, que foi massacrado nas faldas do morro do Caculo Cahenda, junto da ribeira Xingue, afluente do rio Lobo (Magno, 1937).

Esta notícia propagou-se pela região e a revolta estendeu-se ainda às divisões⁴ do concelho do Caxito, à primeira divisão do concelho do Alto Dande, terras de Icau, à sétima divisão do concelho do Golungo Alto e à décima divisão do concelho de Ambaca. Os rebeldes invocavam abusos praticados na cobrança dos dízimos, e exploração por parte dos negociantes e fazendeiros.

Da revolta, resultou, a expulsão de todos os Europeus e o fazendeiro Augusto Archer da Silva foi massacrado, na sua propriedade no porto de Sassa, onde o caminho de Camabela cruza com o rio Lombige. A sua filha de 6 anos Teresa Silva, foi feita refém do dembo Cazuangongo (Magno, 1937).

O chefe do concelho, Alferes José Inácio de Oliveira, em ofício nº5 de 20 de janeiro de 1872 para o Quartel-general, comunica que chegou a Sassa em 18 de janeiro, o Capitão de caçadores nº5, Sebastião Nunes da Mata. Comanda uma coluna com quarenta homens de primeira linha, duzentos de segunda declarando que a força será insuficiente para pacificar os dembos Caculo Cahenda, Cazuangongo e Ngombe Amuquiama. Estes dembos possuem dois mil homens em armas, mais o apoio de outros povos na totalidade de dez mil (Magno, 1917).

⁴ Correspondem a divisões administrativas idênticas às freguesias que existem actualmente em Portugal.

Pelo ofício nº10, de 21 de janeiro de 1872, o Capitão Mata, comunica ao Quartel-general, que durante a marcha fez fogo com os rebeldes. Ao chegar ao posto, verificou que a cubata de residência do chefe de posto, é inferior à dos indígenas que ali habitam. Para conquistar as banzas dos dembos, é preciso conquistar o terreno palmo a palmo, bosque a bosque, serra a serra. A senzala⁵ Quimbungo, constituída por trezentas cubatas de Mubires, fez prisioneiro um furriel, estando unida à banza do Cazuangongo. Como retaliação contra os Mubires a povoação foi atacada e incendiada pelo Tenente Vital e Alferes Oliveira.

Os Mubires vieram do exterior desta região e instalaram-se no porto Luango e nas proximidades do rio Zenza. Não pertenciam à etnia dos dembos mas compravam mulheres e tentavam aumentar a sua população e domínios. Os dembos com o título terminado em Aluquem, como por exemplo Pango Aluquem são descendentes dos Mubires.

A 30 de janeiro de 1872, os oficiais reunidos em conselho de guerra, decidiram transmitir o seguinte ao Quartel-general:

“O Caculo Cahenda, o N’Gombe Amuquiama e o Cazuangongo revoltaram-se, recusando-se a pagar os dízimos e arrastando à rebelião todos os sobas dos Dembos. A situação das tropas é no centro da rebelião. As banzas estão em ponto inacessíveis. A fôrça é apenas de cinquenta soldados de 1º linha, dos quais apenas 30 estão aptos para o serviço e duzentos moveis, esfarrapados, famintos e sem conhecimentos da tática e da disciplina, os quais fugirão na primeira oportunidade. Não há médicos nem medicamentos” (Magno 1937, p.23).

No dia 30 de janeiro de 1872, pelo ofício nº19, transmitiram o seguinte:

“A Guarnição Sassa está quasi cercada, falta mantimentos, doente, física e moralmente, e sem dinheiro. É preciso socorro de três colunas cada uma de cem homens de 1ª linha, e de outros trezentos de 2ª, que deverão entra: 1ª, por Cassatola (Quinguengues), para atacar o N’Gombe Amuquiama; 2ª, pelo porto Mulemba (Mucumbi) para atacar o Cazuangongo; 3ª, pela 4ª divisão do Golungo Alto, para atacar o Caculo Cahenda. Marchas só possíveis por caminhos imensamente acidentados e a um de fundo” (Magno, 1937, p.24).

Este ofício retrata a situação vivida pelos representantes portugueses nas terras de Sassa, bem como transmite o pedido de apoio militar da guarnição, indicando ainda as diferentes direcções de ataque que as colunas devem seguir.

1.2. A coluna

Em 16 de fevereiro, o Major Alexandre Justino Alvim Pereira, comandante do Batalhão de Caçadores 4 de África Ocidental chegou ao Dondo. A força era constituída, por sete oficiais, cento e setenta e seis praças, e ainda mais onze praças de artilharia com uma peça. A bordo

⁵ Também aparece a palavra sanzala.

dos vapores atracados no rio Cuanza, aguarda a chegada de auxiliares dos sobas Cabouco e Cambambe para o transporte das cargas necessárias à alimentação e municiação da coluna. Note-se que na época ainda não existia o caminho-de-ferro entre Luanda e Senze de Itombe (Magno, 1917).

Em 23 de fevereiro, o comandante de batalhão informa o Quartel-general, que ainda não avançou para evitar um massacre como o de Cassange⁶. Ainda procura mantimentos e carregadores para os transportar.

Alvim Pereira propõe o seguinte plano:

“O soba Zombo e seus aliados atacarão o Caculo Cahenda. Simultaneamente o chefe do Golungo Alto passará o Zenza no porto de Malemba com os empacaceiros e o Batalhão de caçadores do soba Cabouco, convergindo todos sobre Sassa a fim de levantarem o cêrco” (Magno, 1937,p.24).

Em suma, o Major Alvim Pereira, perante a falta de carregadores para o transporte das cargas, prefere pedir ajuda propondo um plano de ataque, aguardar no local de bivaque até à chegada dos carregadores e aguarda ainda resposta ao seu plano.

O Capitão Mata, continua a bater-se com os rebeldes, tendo mais um combate no rio Lombige em 27 de Fevereiro. A 23 de março, o Major Alvim Pereira, a partir de Porto Cabanga, na margem esquerda do rio Zenza, informa o Quartel-general, que se encontra acampado em frente do inimigo. Por falta de canoas não entrou por Cassatola, mudando de direcção, juntando-se em Calunga, às forças do Golungo Alto e do Capitão Mata⁷. Como o rio Zenza, não dava vau em parte alguma, aguardavam a construção das canoas. Informava ainda que estava mau tempo, que tinha reunido duzentos e cinquenta e um homens, mais um Alferes de segunda linha, cento e uma praças móveis, trezentos e trinta e quatro empacaceiros⁸, duzentos e trinta e oito serventes, num total de novecentos e vinte e quatro homens. Nomeou o Capitão Mata chefe de Estado-Maior da coluna. Informa ainda que as munições da peça não rebentam e que falham as cápsulas do cartuchame Aminié. De notar que a coluna está nos Dembos em plena época das chuvas (Magno, 1937).

Em suma, o Major Alvim Pereira, perante a falta de canoas para atravessar o rio Zenza, adicionando os problemas do cartuchame falhar e as condições climatéricas adversas, continuou acampado.

⁶ Desastre do Cassange que aconteceu em 1861, quando uma força portuguesa foi destroçada pelos guerreiros indígenas. Seis Oficiais mortos, cento e dezanove soldados mortos ou desaparecidos e vinte feridos. Ver (Pélissier, 1997a).

⁷ Ver Anexo J, Mapa da Região dos Dembos, p.118.

⁸ O termo deriva de pacaça (Synceros nanus), o qual provém do quimbundo mpakassa. Empacaceiro, quer dizer caçador de pacaças. Tornaram-se numa milícia indígena dos portugueses, utilizados na chamada guerra preta.

A 3 de Abril, chega à coluna o facultativo de segunda classe, Luiz Fernando colaço, com uma ambulância que não passava de uma botica de barbeiro de aldeia. A coluna, era constituída essencialmente por soldados indígenas, sem material, com falta de géneros, falta de tendas para se abrigarem e acampada a demasiado tempo. Como consequência a 11 de Abril, desertaram cento e oitenta e nove empacaceiros, sendo as tropas de primeira linha incapazes de impedirem a fuga dos auxiliares (Magno, 1937).

A 29 de Abril, finalmente concluiu-se a construção das canoas e durante este intervalo de tempo, o Capitão Mata deslocou-se ao quartel-general, para expor a situação, resultando a destituição do comandante da coluna, Major Alvim Pereira.

1.3. A Campanha

A 27 de Maio, o Capitão Bartolomeu José de Paiva conduziu até ao estacionamento da coluna, o Tenente-Coronel Miguel Gomes de Almeida, nomeado novo comandante da coluna. Agruparam-se trezentos e noventa e dois homens, sendo duzentos e quinze de primeira linha, enquadrados, com nove oficiais, cinco sargentos, onze praças de artilheiria, setenta e sete soldados móveis e cem auxiliares. Com a expedição reorganizada, o Tenente-Coronel Almeida avança, aparecendo as primeiras notícias a 10 de junho:

“ (...) Por ordem superior publicamos as seguintes noticias, que acabamos de receber como referencia aos acontecimentos dos Dembos.

São 8 horas da noute, e acaba de chegar ao meu conhecimento que a nossa força em operações aos Dembos, e sob o comando do sr. Tenente-Coronel Almeida, passou o rio Zenza, para a margem direita; houve muito fogo, tanto da nossa parte como da do gentio.

Foram feridos levemente o Capitão Matta e o Alferes Gomes, e alguns soldados; e da parte do gentio, consta-me ter morrido muita gente e muitos feridos.

A nossa força queimou algumas sanzalas dos revoltosos.

É quanto por esta ocasião me cumpre participar a V. Ex^a., para conhecimento do exmo Governador-geral.(...)” (GGPA, 1872a , p.250).

O editor destas notícias salienta o facto de que são publicadas por ordem superior, e curiosamente muito vaga no que diz respeito aos quantitativos das baixas dos rebeldes.

“PARTE OFFICIAL

GOVERNO GERAL DA PROVINCIA

Receberam-se noticias das operações dos Dembos, que alcanção até 8 do corrente.

De um dos officios recebidos, já depois de efectuada completamente a passagem do rio Zenza, em 6 do corrente, publicamos por ordem superior, a parte seguinte:

...«O dia 7 foi empregado em explorar o terreno, incendiar as sanzalas visinhas, bater alguns inimigos que se apresentavam, e passar o material, munições de guerra e de bocca, o que tudo levou bastante tempo, por o rio não dar passagem a váu neste ponto.

Mandei tambem uma força ao depósito de Calunga para trazer munições que ali tinha. Hoje, das duas para as três horas da tarde, principio a marcha em direcção ao Sassa, d'onde darei noticias do que occorrer.

Deus guarde a v. ex^a acampamento no Zongue, margem direita do rio Zenza, concelho dos Dembos, 8 de junho de 1872. – Ill.mo e Exmo Sr. Secretario geral do govêrno. Miguel Gomes d'Almeida, Tenente-Coronel comandante.” (GGPA, 1872b,p.264).

Relato do Capitão Mata para o comandante da coluna:

“Receberam-se noticias do concelho dos Dembos que alcançam até 6 do corrente.

Do relatório do Capitão Sebastião Nunes da Matta, dirigido ao commandante das forças em operações, o Tenente-Coronel Miguel Gomes d'Almeida, extractamos o mais importante:

(...) «Os resultados foram os seguintes: reduzir a cinzas toda a banza do dembo Cazuangongo, e fazer fugir este para as terras de Ngombe-Amuquiama; incendiar todas as sanzallas e casas por onde passou a força na sua longa marcha, causando enormes prejuizos aos povos em mantimentos e em vidas, porque bastantes rebeldes se viram mortos ou feridos e muitos outros deve haver que se não viram.

Calcula-se em mais de trez mil as casas de habitação que ficaram reduzidas a cinzas».

(...)

Está conforme. – Secretarria do govêrno geral em Loanda, 15 de Julho de 1872.

Eduardo A. de Sá Nogueira P. De Balsemão, secretario geral” (GGPA, 1872c,p.312).

Protestos de paz por parte do dembo Quibaxe:

“DEMBOS

Por noticias posteriores ás ultimamente publicadas, sabe-se que o dembo Quibaxe, havia mandado uma embaixada ao commandante das forças em operações, apresentando os seus protestos d'amisade e respeito ao govêrno portuguez, tendo accrescentado os embaixadores que sabião que alguns dos principaes (macotas) do dembo Ngombe-amuquiama (o mais poderoso dos rebeldes), não querião sustentar guerra com o govêrno de S.M. El-Rei de Portugal, sendo, por isso, de suppor que o mesmo dembo se visse obrigado a apresentar propostas de paz.” (GGPA, 1872d,p.319).

Notícias vagas:

“DEMBOS

Por noticias officiaes, recebidas do commandante em operações nos Dembos, datadas de 20 de Julho, consta que tendo havido novos recontros com gente do dembo Caculo-cahenda nos dias 7 e 8 do mesmo mez, fôra esta batida com perdas consideraveis, entrando no número dos mortos um filho do proprio dembo. Consta, do mesmo modo, que tendo sido convidado pelo Caculo-cacahenda muita gente doa Maungos, - gentio visinho, que , parece, não contava com a derrota que tambem soffreu, se revoltou esta depois contra a do dembo, pretextando, ter sido enganado, matando-lhe muita gente. O gentio continuava procurando os mortos, alguns dos quaes foram mais tarde encontrados nos matos pela nossa força já em estado de potrefacção.

Secretaria do govêrno geral em Loanda, 1 de agosto de 1872

Eduardo A. de Sá Nogueira P. De Balsemão, secretario geral.” (GGPA, 1872e,p.340).

A coluna chegou a terras de Sassa em 11 de junho, mas já havia sido atacada de 6 a 9. O comandante acusa a falta de alimentos, a existência de maus caminhos e informa que vai enviar um ofício ao dembo Caculo Cahenda para a coluna poder avançar contra o Cazuangongo. A 24 de junho comunica que foi alvo de vários ataques, falta de apresentação dos sobas e falta de resposta do Caculo Cahenda.

Sem esperar pela resposta, do Caculo Cahenda, o Tenente-Coronel Almeida, ordena que duzentos e quarenta homens ataquem o Cazuangongo que além de ser o mais fraco, está mais próximo. Este dembo ocupa a serra que fica entre o rio Quiulo a Norte e o rio Zenza a Sul (Magno, 1937).

O combate iniciou-se no vale do Quimbungo na direção norte, travando-se o combate mais intenso nas terras de Fêsnô. A 24 de junho, a banza foi atacada, incendiada e a força pernitoitou em Hilêma. A 25 de Junho, a coluna dirigiu-se para Norte, para Santa Emilia de Colume, localidade onde residiu o comerciante e agricultor Augusto Archer da Silva que foi trucidado. A 26 e 27 Junho, houve fogo, travando-se outro combate intenso no dia seguinte no Vale de Colume. A 29 de junho, travaram-se novos combates de Canquem a Quimbungo. A 30, a coluna sofre o maior dano na serra de Quimbungo.

Como consequência dos combates, a coluna reduziu a cinzas mais de três mil cubatas, o dembo Cazuangongo fugiu para o Ngombe Amuquiama e os seus súbditos sofreram mortos e feridos indeterminados (Magno, 1917).

A falta de capacidade da coluna em contabilizar as baixas inimigas, compreende-se porque a coluna quando chega às povoações não encontra ninguém, limitando-se a destruir as senzalas e a fazer fogo sobre o inimigo à distância.

A coluna sofreu quarenta e cinco baixas, entre as quais morreram o Alferes José Emídio Tavares, sete praças e três serventes. Ficaram feridos dezassete praças, um guia e seis serventes. Os Mubires foram os indígenas que mais resistiram à coluna. A 30 de junho, a coluna, tinha seis oficiais e setenta e quatro praças doentes (Magno, 1937).

A 7 e 8 de Julho, a coluna entrou em combate com os indígenas do dembo Caculo Cahenda⁹, que contava com o apoio dos Mahungos, provocando muitas baixas, conforme vem no Boletim Oficial nº31, de Agosto de 1872 (Magno, 1917). Mas segundo David Magno, esta notícia é vaga e difícil de confirmar, pois na sua estadia no dembo Caculo Cahenda, perguntou aos caculos mais velhos sobre a presença portuguesa naquele local, ao que eles

⁹ Também pode aparecer Caculo Cahenda

responderam que nenhuma força lá tinha entrado antes. Assim estes combates aconteceram provavelmente nas faldas da serra.

“DEMBOS

Por officios recebidos do concelho dos Dembos, datdos de 24 do corrente, do Tenente-Coronel Miguel Gomes d’Almeida, commandante das forças ali em operações, consta que os dembos Caculo-cacahenda e cazuangongo lhe havião mandado embaixadores pedindo a paz, e que o mesmo ia fazer o Ngombe –amuquiama, tendo já chegado os seus embaixadores, com aquelle fim, á banza do caculo.

Os dous, primeiros dembos havião mandado retirar as suas forças da estrada de cassatolla, assegurando o mesmo commandante estarem já abertas ao commercio as estradas para os Dembos.

O Tenente-Coronel Almeida, ia retirar para Loanda, deixando a força necessaria para guarnecer a saída do concelho, no caso de não receber ordem encontrário do govêrno geral, que possa ainda encontrá-lo ali.

Secretario do govêrno geral em Loanda, 29 de setembro de 1872

Eduardo A. de Sá Nogueira P. De Balsemão, secretario geral.” (GGPA, 1872f, p.422).

No boletim acima transcrito, o comandante da coluna informa que os dembos, Caculo Cahenda, Cazuangongo pediram a paz e o mesmo ia fazer Ngombe Amuquiama.

1.4. Auto de Paz

Em 5 de Setembro de 1872, o Tenente-Coronel Gomes de Almeida trocava correspondência com D. Francisco João Sebastião Cheque, dembo Caculo Cahenda, nos seguintes termos:

“Série de 1872

Commando das forças em Operações nos Dembos

Nº106

Illmo Snr

Pelo Chefe d’este concelho me foram hoje apresentados os seus Macotas que vieram encarregados de assegurar que V. S^a pede paz e promete ser bom vassallo. Eu já ao Chefe do Concelho que não só lhe concedo paz como que lhe como que lhe heide fazer justiça portanto pôde mandar os seus embaixadores competentemente authorizados a fazer termo de paz e vassalagem e com elles pode também apresentar os embaixadores dos Dembos NeGombe Amuquiama e Cazuangongo por que receberei com generosidade. As ordens que tenho de sua Excia o Governador-geral da província são para pordoar a todo aquelle que se arrepender dos erros commetidos e pessa perdão. O Governo de Sua Magestade só pertende que os póvos vivão em paz que tratem socegradamente da agricultura e dos seus negocios para bem d’elles - confie pois na paz e justiça que lhe asseguro e pode asseguralo la em meu nome aos seus collegas Negombe Amuquiama e Cazuangongo se elles quizerem annuir às [fl.lv] condições que lhes forem apresentadas

Deos Guarde a V:S^a.

Acampamento no Sassa, 5 de Setembro de 1872.

(...) “ (Tavares e Santos, 2002, p.249).

O Tenente-Coronel Gomes de Almeida, recebe os macotas do dembo Caculo Cahenda e promete fazer justiça, pois apenas quer que os povos tratem dos negócios e da agricultura.

Em 12 de Setembro de 1872, Gomes de Almeida mostrava-se impaciente perante a demora na resposta por parte do dembo, por isso envia nova carta a perguntar se existe algum problema:

*“Commando
Das
Forças em Operações
Nos
Dembos
12=9=72*

Illmo Snr

Esperava hontem a resposta da carta que em 5 do corrente derigi a v s^a, e como ella não chegou, faço esta para saber de v. s^a se ha alguma novidade que o demove a responder, pois tenho que despachar com urgência notícias minhas para sua Ex^a o senhor Governador-geral da Província. Estimo que esteja de saúde e que Deos Guarde por muitos annos.

*Illmo Snr D. Francisco João Sebastião Cheque Digno Dembo Cacullo Cahenda
[Assinatura] "Miguel Gomes d'Almeida" (Tavares e Santos, 2002, p.251).*

Gomes de Almeida, em 25 de Setembro de 1872, responde a uma carta enviada pelo dembo Caculo Cahenda dez dias antes onde informa o dembo que ficou satisfeito com a sua carta e faz um ponto de situação das negociações entre as partes.

*“Serie de 1872
Commando das forças em Operações nos dembos
N^o*

Tenho presente a sua carta de 15 do corrente e fico certo de tudo quanto me diz. Aqui chegaram os seus macotas Muene Mufuque, e Muene Catumna que ambos voltão agora a dar parte a V.S^a do serviço que têm feito. Escrevi ao Dembo Casuangongo e ao Ngombe Amuquiama, o primeiro já respondeu e ficou muito contente com a noticia da paz. É preciso agora que se reunão com brevidade as embaixadas dos trez Dembos e que venhão com authorização para se fazer autto de paz - é também muito preciso e é couza que se não pode despençar que cada Dembo mande o seu secretário para ver o que se escreve e assignar pelos Macotas que não sabem escrever mas em tudo isto que não hajam demoras porque eu quero hir me embora logo que chegue a força que mandei a Calunga porque já vejo que isto está em boa paz e que sem demora tudo vai ficar melhor que antigamente.

No dia 1^o de Outubro devem es [fl.lv] tar aqui reunidos todos os embaixadores com os competentes secretários. Os seus dois macotas teem feito muito bom serviço e teem tido trabalho portanto é preciso recompençallos bem. Desejo-lhe muita saúde e que Deus o Guarde por muitos Annoz

Sassa 25 de Setembro de 1872

Illmo Sr D. Francisco João Sebastião Cheque Dembo Caculo cacahenda

[Assinatura]: "Miguel Gomes d'Almeida

Tene Cel e Com Gal das forças"

[Envelope]: "Do Tenente Coronel Commandante das Forças em Operações
Illmo Sr D. Francisco João Sebastião
Cheque Dembo Caculo Cahenda" (Tavares e Santos, 2002, p.252).

Gomes de Almeida, em 25 de Setembro de 1872, responde a uma carta enviada pelo dembo Quibaxe Quiamubemba em 21 do mesmo mês onde agradece ao dembo por ter ajudado a autoridade portuguesa a fazer a paz com os dembos Caculo Cahenda, Cazuangongo e Ngombe Amuquiama. O agradecimento é reforçado pelo envio de um garrafão de aguardente.

"Serie de 1872
Commando das forças em Opperações nos dembos
Nº120

Illmo Snr

Recebi a sua carta de 21 do corrente e fico certo de tudo quanto n'ella me diz.
Eu muito agradeço todos os bons serviços que V. S^a tem prestado e fique certo que hei-de fazer saber tudo a sua Excia o snr Governador-geral. Os Dembos Cacullo Cahenda - Casuangongo e Ngombe Amuquiama pediram perdão e paz, o que eu lhes consedi por que dezejo ver todos socegados e tractar da sua agricultura e commercio - está portanto acabada a guerra e os caminhos abertos para passarem sem sem receio.
Quando se fizer o termo da paz ha-de-se fazer a declaração de que nem um Dembo Amigo poderrá hir ter razões com vs^a que é Dembo Amigo de Sua Magestade, e por tannto pode ficar descaçado. Eu vou me embora para Loanda a onde me pode procurar para qualquer couza que pertenda - e aqui fica o chefe do conselho que o há de tratar muito bem, portanto receba as minhas despedidas, e o sentimento de [fl. lv] de não lhe poder mandar um presente bom. Por agora vai o garrafão com aguardente para seu refresco.

Dezejo-lhe saude felicidades.

Deos Guarde a V.S^a

Acampamento no Sassa, 25 de Setembro de 1872

Illmo Snr. Sebastião Francisco d'Agua Rosada e Sardonia, Dembo Quibaxe quiamubembamm

[Assinatura]: "Miguel Gomes d'Almeida" (Tavares e Santos, 2002, p.253).

Em 3 de Outubro, Gomes de Almeida, recebe uma carta do dembo Caculo Cahenda, a concordar com tudo o que lhe foi escrito. Contudo, Gomes de Almeida, interroga-se porque motivo os seus macotas não compareceram e por isso enviou-lhe o Alferes Ribeiro para saber o que se passa:

"Serie de 1872
Commando das
forças em opperações
Nos Dembos
N 132

Illmo Snr

*Em 5 do corrente recebi o seu officio de 3 do mesmo, e fiquei satisfeito por ver que nelle me diz estar d'accôrdo com tudo quanto lhe tenho mandado dizer, porem tenho até hoje esperado pelo D. Sebastião - Muene Mufuque – e D. Gonçalo - "Muene Catumua - e nem um delles me apareceu o que me muito me admira e por isso vai agora como meu embaixador, o Snr Alferes do Batalhão de Caçadores n° 5 Eduardo Alberto Ribeiro, a quem dou poderes bastantes para saber de v^a S^a o motivo da falta dos seus embaixadores, e para lhe assegurar peçoalmente que a paz, que lhe concedo é sincera e leal, e por tanto que ninguem dos seus macotas, nem do seu povo deve estar com receios de outras cousas - o que eu quero é tudo muito socegado e muito contente para dar esta bôa notícia a Sua Exca Snr Governador-geral da província. Volte [fl. 1v] Dezejo lhe muito boa saúde e que Deos o guarde por muitos annos.
Deos guarde a V^aa S^a*

Accampamento no sassa 8 d'Outubro 1872

Illmo Snr D. Francisco João Sebastião Cheque - Dembo Cacullo Cacahenda

[Assinatura]: "Miguel Gomes d'Almeida

Tene Cel e Comme"

[Envelope]: "S Ne Pvas

Illmo snr D. Francisco João Sebastião Cheque - Dembo Caculo Cacahenda

Do Comme das Forças em operações no Conc^o dos Dembos" (Tavares e Santos, 2002, p.260).

Gomes de Almeida pede ao dembo Caculo Cahenda para não castigar o povo das divisões do Concelho do Golungo Alto para não perturbar o comércio e a agricultura.

"Serie de 1872

Commando das forças em opperações nos Dembos

Constando me por noticias que aqui teem sido espalhadas que v. s^a se acha encarregado de castigar povo das divisões do Concelho do Golungo alto, que se sublevou; e demarcando algumas dessas divisões com terras pertencentes ao Dembo Caculo Cacahenda, a quem concedi paz por authorisação de Sua Exca o Governador-geral da Província, assim como a concedi ao dembo Cazuangongo e estou para conceder ao NGoambe amuquiama - previno a va s^o de que não estando as suas opperações para as terras pertencentes aos referidos Dembos, que vão já abrir as portas ao commercio de Loanda, que se acha enterrompido e precisa de socego para o povo tratar da agricultura dos seus terrenos. Deus [fl. 1 v]

Deus Guarde a V^a S^a Accampamento no Sassa 8 de Outubro de 1872

Illmo Snr Comandante das forças em operações no Com^o do Golungo Alto

[Assinatura] "Miguel Gomes d'Almeida" (Tavares e Santos, 2002, p.261)

Auto que terminou com a guerra:

"Aos vinte e quatro dias do mês de Setembro do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil, oitocentos, setenta e dois, neste conccelho dos Dembos e acampamento da Coluna de operações, achando-se presentes o Tenente Coronel Miguel Gomes de Almeida comandante da sobredita coluna, Capitão comandante da bateria de

artilharia, Francisco José Roma, Tenente do batalhão de caçadores número 3, António Ribeiro Mendes Negrão, Alferes do batalhão de caçadores nº5, Eduardo Alberto Ribeiro, e eu, Isidoro José Gomes Seabra, Tenente ajudante do batalhão de caçadores nº4, que aqui sirvo de secretário, compareceram: Dom Sebastião Francisco Cheque (Muene Mufuque) e Dom Gonçalo (Muene catuma) ambos macotas do dembo Caculo Cáenda, e Dom Joaquim (Muene Capita), macota do dembo Cazuangongo, e em presença dos oficiais acima mencionados declararam os primeiros por meio do interprete, o Alferes Eduardo Alberto Ribeiro, que eram enviados pelo dembo Caculo Cáenda para em nome aos seus colegas Cazuangongo e N’Gombe Amuquiaam, assegurarrem ao comandantye da coluna de operações que as pazes que todos pediam eram sinceras e leais e que, para prova de isso êles se prontificavam a acompanhar até ao rio Zenza a diligência que ia ao Depósito de Calunga comboiar os mantimentos que dali deviam vir para a fôrça, e, que mais davam como segurança o procedimento que já haviam tido de fazer retirar dos portos e acampamentos tôdas as fôrças que ali tinham; que os desejos dos Dembos e os do povo era que a guerra terminasse e que o concelho podesse tornar a gosar a paz de que há tanto estavam privados; que não compareciam com os macotas do dembo N’Gombe Amuquiaama porque desde mil, oitocentos e cinquenta que não haviam tornado a êste ponto e pr isso tambem não o faziam agora, porém, que se achavam na banza do dembo Caculo Cáenda, a quem estavam confiados os negócios da guerra. Por esta ocasião declarou o macota do dembo Cazuangongo, que se achava autorizado para dizer que o dembo Caculo Cahenda estava autorizado para resolver tudo como melhor entendesse e que por isso tudo quanto os seus macotas fizessem seria aceito. Por esta ocasião pediu o macota Muene Mufuque que fosse satisfeito o pedido do Dembo com relação à saída para fóra deste concelho do Capitão reformado, Gonçalo de Oliveira Bessa, Tenente das companhias moveis Rebelo e cunha, e Alferes Sampaio, homens êstes que vivem aqui só com o fim de extorquirem quanto podem aos povos, o que lhe foi concedido. Prometeram serem vassalos obedientes e como tais prestarem verdadeira obediência ao chefe do concelho e mais autoridades, proteger o comércio e a agricultura, e empregar todos os meios ao seu alcance para que as estradas e caminhos públicos fiquem livres e desembaraçados de salteadores. – Pelo que se fez êste auto, que vai ser assinado por todas as pessoas acima mencionadas e por mim Isidoro José Gomes Seabra, Tenente ajudante do batalhão de caçadores nº4, servindo de secretário, que o escrevi. (aa) –Miguel Gomes de Almeida, Tenente Coronel, comandante; Francisco José Roma, Capitão de artilharia; António Ribeiro Mendes Negrão, Tenente de caçadores nº3; Eduardo Alberto Ribeiro, Alferes de caçadores nº5; Isidoro José Gomes Seabra, Tenente ajudante de caçadores nº4” (Magno, 1937, pp.29-30).

Verifica-se que em 5 de Outubro os macotas do Caculo Cahenda não compareceram para assinar o auto de paz. Provavelmente o auto de paz começou a ser redigido a 24 de Setembro e assinado por todas as partes mais tarde. Do auto de paz, pode-se inferir que ambos os lados querem a paz. Os representantes dos dembos aparecem numa posição de força perante o comandante da coluna e para assinar o acordo fazem algumas exigências que foram aceites pela outra parte.

1.5. Carta ao Mercantil

Carta do Capitão Mata ao jornal «Mercantil», mas que o seu editor recusou publicar.

O Capitão Mata propõe-se comentar as notícias, vindas na edição nº109, do Mercantil, relativos à força que atacou o Cazuangongo, no concelho dos Dembos, e na edição nº114, que diz serem mentiras e caluniosas.

“(...) Os dembos têm os seus secretarios e há em Loanda um negociante que tudo lhes participa, até manda o Mercantil; por isso se calculará o prejuizo que resulta á nossa causa das noticias que nos são desfavoraveis, e, demais a mais, completamente falsas. (...) Como commandante, pois, da força que atacou a banza do Cazuangongo, e as outras povoações suas dependentes ou alliadas, eu considero injuriossa as assersões seguintes:

Que se vêem no nº109 do Mercantil, - aonde trata de falta de polvora, e do inimigo ser mais de 3000, - as expressões fizeram-nos recuar – bem como as seguintes - perdemos e deixamos no campo 20 mortos e 10 feridos, roupas, bornaes, armamento e tudo lá ficou, e por pouco que nos fica a peça.

Repugnante e infame é tudo isto impunemente (...)

Pelo que toca ao que se diz no Mercantil nº114 julgo igualmente injuriosa asserção de – fizemos uma retirada vergonhosissima quando se trata de termos sido repudiados, (...)

A outra participação injuriosa é dizer-se que tivemos uma derrota. (...)

Por esta injurias, pois, vou chamar á responsabilidade quem quer que sejam os responsáveis (...)

Agora ao público, para que não se deixe impressionar por tão miseraveis noticia, (...).

A força andou 8 dias em terreno inimigo, batendo-o sempre, queimando-lhe as sanzallas,...

Não faltou polvora á dita força, porque ainda regressou com cêrca de 2000 cartuchos, a pesar da tropa ter o vicio, impossivel d’extirpar agora, de fazer fogo muitas vezes sem necessidade alguma. (...) A força compunha-se de 250 praças de linha e moveis, pois o Mercantil nº 114 diz, que foram feridos 400!!!...

(...)

calunga, 26 de setembro de 1872

De v.s^a att^o venerador

Sebastião Nunes da Matta.” (GGPA, 1872g, p.440).

A transcrição acima citada demonstra que os dembos procuravam estar a par do que se passava na capital da província. Esta informação também era usada nas negociações com a autoridade portuguesa permitindo-lhe negociar numa posição de força.

Resultado da acção do Capitão Mata, contra o jornal:

“Portaria Nº9

... suspensão provisoria do periodico denominado, O Mercantil, pelo damno que da sua publicação provinha á causa publica, e pela constante excitação á rebelião,...

Hei por bem declarar como medida de urgente necessidade a suspensão do referido periodico,...

Palacio do governo em Loanda, 28 de janeiro de 1873

José Maria da Ponte e Horta, Governador-geral” (GGPA, 1873b, p.49).

1.6. O Regresso

O regresso de parte da coluna a Luanda acontece a 27 de outubro, sendo recebida festivamente.

“Parte não oficial

Pelas 6 ½ h da tarde do dia 27 do corrente deu entrada nesta cidade uma parte das tropas que tinha ido operar no concelho dos Dembos debaixo do commando do Tenente-Coronel Miguel Gomes d’Almeida.

Foi um dia de completo regosijo para os habitantes da capital.

(...)”(GGPA, 1872h, p.475).

No meio dos acontecimentos vividos pela coluna nesta região, importa referir, a situação aflitiva que passou o chefe do concelho dos Dembos, Alferes em comissão, José Inácio de Oliveira. Esteve cercado de 25 de Fevereiro a 11 de Junho, defendendo o posto de Sassa, com dezoito praças de primeira linha, e trinta e duas praças de segunda linha. Com fome e portadores de doenças, resistiram aos avanços dos rebeldes contra o posto, que não tinha nenhum tipo de fortificação. Inclusivamente, chegaram a atear fogo às casas próximas da residência do chefe. O Alferes Oliveira, completamente desprezado pela autoridade portuguesa, sem uma única palavra de apoio, foi o bode expiatório de toda esta campanha, tendo pedido a exoneração em 20 de Junho de 1872. Abandonado pela expedição, para poder retirar alegou que o concelho estava pacificado. Não era verdade, pois a coluna teve que se bater de 13 a 15 de Julho, em Calunga com os rebeldes. A coluna deixou ficar um destacamento comandado por um Alferes mais vinte cinco soldados (Magno, 1937).

Como o pedido de exoneração não foi aceite, o Alferes Oliveira, em 28 de Novembro, retirou para Calunga com vinte e dois mil e quinhentos cartuchos, quarenta e oito espingardas, uma peça de calibre 3cm e um obus por não ter nada para comer no posto de Sassa. *“Um dia, porém, - luta acesa, o sol a escaldar, homens tombando, ensanguentando e mordendo a terra-máter – zagaia sibilante, ervada em terrível veneno, feriu-o de morte”* (Resende, 1930, p.14). Foi este o trágico fim do Alferes Oliveira.

Em suma, a coluna de 1872, falhou por falta de provisões tendo o Alferes Oliveira servido de bode expiatório. A autoridade portuguesa perdia não só o posto de Sassa, mas também a possibilidade de cobrar os impostos, com a agravante dos custos destas operações e da redução do comércio na região.

A 9 de dezembro de 1872, o Tenente-Coronel Gomes de Almeida dirige o ofício nº6 ao secretário-geral do governo:

“Em referência ao ofício nº1729 da Repartição Militar, respondo:

1º- logo que soube que o chefe do concelho dos Dembos abandonou o seu pôsto, mandei-lhe um ofício, mas já tinha continuado a fuga para Luanda;

2º - reconheço a necessidade de reocupar os Dembos e a maneira mais fácil parece-me reunirem-se nesta vila de Golungo Alto trezentas praças de primeira linha e seiscentos empacaceiros (segunda). Submeter-se-hão primeiro os sobados Bango, Quilombo, Massengue, em dez dias de correrias. Depois seguir-se-há imediatamente para os Dembos, entrando pelo N'Gombe Anamboá, arrazando tudo até à banza do Caculo Cahenda a quem não se deve ouvir nem aceitar contractos de paz, se não depois de batido e aniquilado o seu poder de Dembo, sempre altivo e incómodo, como V. Ex^a o apresenta no seu por mim lido folheto «A Guerra dos Dembos»;

3º - De aí passar-se-há a Sassa e com a coluna reforçada com os fieis Mahungos do Dembo Mulasa e do Dembo Quibaxe seguir-se-hão as operações por Cassatola;

4º - tudo isto se faz em quarenta dias, castigando-se sessenta anso de insubordinação dos Dembos com quem tantos govêrnos se não têm atrevido” (Magno, 1937, pp.30-31).

Através deste ofício, o Tenente-Coronel Gomes de Almeida, assume que a coluna por ele comandada não cumpriu a missão atribuída que era de restabelecer a autoridade portuguesa na região dos Dembos. Tudo ficou ainda pior.

1.7. Breves conclusões

Em suma, constata-se que a coluna composta por duzentos e trinta homens, principalmente indígenas, enquadrada por poucos oficiais, com armamento obsoleto. Não teve o apoio da linha férrea pois ainda não existia, o que condicionou bastante o apoio logístico, nomeadamente as munições e a alimentação. Travou combates com os Mubires, etnia de nómadas, e combateu com os principais dembos, Ngombe Amuquiama, Cazuangongo e Caculo Cahenda. Estes tinham as suas banzas situadas em morros, em posições estratégicas, com domínio sobre a posição das terras de Sassa, aproveitada para vigiar a coluna.

Consequências desta campanha, por portaria do Ministro dos Negócios da Marinha e Ultramar, foram a abolição de dízimos dos concelhos, passagens dos rios e dízimos do pescado (ver; GGPA, 1873a, p.10).

2. O Ultimatum Britânico de 1890

2.1. O Catalisador

O Ultimato, não foi um acontecimento isolado mas sim uma consequência de um somatório de acontecimentos. No princípio do século XIX, o continente africano interessava apenas aos comerciantes de escravos mas a abolição do tráfico negreiro levou ao esquecimento do continente, no período dos anos 40 a 65 do século XIX. Neste período Portugal apenas ocupava territórios no litoral (Alexandre, 2000).

Como reacção a este enfraquecimento foi recriado o conselho ultramarino em 1851 tendo este órgão como missão promover e reforçar os laços entre a metrópole e as colónias, facilitar o

incremento do comércio e da aplicação de capitais e ainda tinha por missão, evitar ou reduzir a intromissão de potências estrangeiras nos territórios coloniais portugueses (Alexandre, 2000).

Outro facto relevante foi a explosão demográfica, a revolução tecnológica e o avanço da medicina ocorrida na década de 70, no continente Europeu, permitiu um renovado interesse por África. Este interesse baseava-se em factores de ordem económica, política e ideológica. No ano de 1873 assiste-se a uma fase descendente da curva do ciclo de Kondratieff¹⁰, surgindo um período de grandes dificuldades para as economias europeias. Esta conjuntura leva a que os países reajam adoptando políticas aduaneiras proteccionistas e concorrendo com esta situação, a implementação da segunda revolução industrial está dependente de matérias-primas especialmente existentes no continente africano (Lains e Silva, 2005).

Após o fim da guerra franco-prussiana, a situação política vivida na Europa, não era favorável a novas guerras e a unificação da Alemanha e da Itália, provocam um novo equilíbrio Europeu. Na impossibilidade de alargar fronteiras no continente Europeu as principais potências buscam novos territórios fora do continente.

Ao nível das ideias era entendido correcto a existência de colónias e surgiram algumas ideias força, como as ligações Cabo-Cairo, Dakar-Djibuti e a África Meridional Portuguesa, representada pelo mapa cor-de-rosa. Este novo ciclo é materializado pelas expedições científicas do explorador inglês Livingstone¹¹, seguido pelo jornalista americano Stanley¹² e do explorador italiano, naturalizado francês com o apelido Brazza¹³. Não esquecer que anteriormente os portugueses tinham efectuado 12 surtidas no vasto sertão entre Angola e Moçambique (Caetano, 1971).

Este pioneirismo português materializa-se simbolicamente pelo princípio dos direitos histórico e foi por vezes reconhecido internacionalmente e regulou algumas questões coloniais até 1875. A partir de 1875, esta situação altera-se com a conferência de Bruxelas, em 1876, onde se assiste ao emergir do princípio da ocupação efectiva. Este princípio

¹⁰ Destacado economista marxista russo Nicolai Kondratieff, fundador da Teoria do Investimento de Capital, em que os longos ciclos no sistema capitalista resultam de sólidos investimentos ou de sua depreciação em infraestrutura, como: ferrovias, portos, canais, indústrias, saneamento básico, electrificação, construção civil, etc. Nestes ciclos a fase de expansão é caracterizada por avultados investimentos em bens de capital e, na fase de depressão, por um processo de depreciação.

¹¹ David Livingstone (1813-1873). Explorador Britânico, de origem Escocesa. Fez várias expedições científicas a África ao serviço da Sociedade de Geografia de Londres. Para saber mais ver (Dugard, 2003).

¹² Henry Morton Stanley. O seu verdadeiro nome era John Rowlands. Nasceu no País de Gales em 1841 e faleceu em Londres em 1904. Adquiriu a Nacionalidade Norte-americana e foi ao serviço do New York Herald que se destacou na exploração do continente Africano. Para saber mais cf. (Dugard, 2003)

¹³ Conhecido como Pierre Paul François Camille Savorgnan de Brazza. Nasceu em Itália mas adquiriu a nacionalidade francesa. Nasceu em 1852 e faleceu em 1905. Foi ao serviço da sociedade geografia de Paris que se notabilizou na exploração da foz do rio Congo.

contrariava, o princípio dos direitos históricos e abria a corrida à exploração do interior de África.

Portugal em reacção a esta situação criou em 1876 a Sociedade de Geografia de Lisboa, tendo como um dos objectivos, alertar a opinião pública para a questão colonial. A partir daqui as expedições portuguesas a África sucedem-se, tendo surgido o primeiro problema quando as outras potências europeias, franceses e belgas, avançam na zona do Zaire. Portugal não tinha efectivado a ocupação deste território, em virtude do diferendo com a Inglaterra existente desde 1836. Face ao avanço francês e belga, os ingleses acordaram com Portugal, no designado tratado do Zaire de 26 de Fevereiro de 1884, o reconhecimento da soberania portuguesa numa área delimitada e apesar do acordo ser oneroso para Portugal, a opinião pública inglesa foi contra. As potências europeias também protestaram, tendo como consequência o tratado sido abandonado pelos britânicos. O Governo português não teve outra solução senão aceitar, a anulação do tratado declarando que a questão deveria ser resolvida através de uma conferência internacional.

Aproveitando o conflito de interesses, entre vários países, na luta por territórios Africanos, acrescentando o renovado interesse por este continente por parte dos alemães, possibilitou que o Chanceler Alemão Bismarck¹⁴ convocasse a conferência de Berlim para Novembro de 1884. Uma conferência colonial, para as potências Europeias em que não participaram representantes dos poderes Africanos.

Em 15 de Novembro de 1884 inicia-se a conferência, tendo saído, duas resoluções importantes: a primeira foi o reconhecimento da soberania territorial da Associação Internacional do Congo; a segunda, o reconhecimento internacional do princípio da ocupação efectiva, dando apenas valor adjutório ao princípio dos direitos históricos.

Constata-se que na conferência, a política externa portuguesa, saiu derrotada, por não ter conseguido fazer valer os seus pontos de vista mas sim a perspectiva de outras potências Europeias.

Face ao que se passou na conferência, e atendendo à necessidade de limitar esferas de influência, Portugal em 1886 assinava duas convenções, uma luso-francesa e outra luso-alemã a delimitar esferas de influência com estes países. Contudo Portugal não assinou qualquer tratado com a Inglaterra.

¹⁴ Otto von Bismarck. Nasceu em Schonhausen, em 1815 e faleceu em Friedricisruh em 1898. Desempenhou várias funções políticas, a principal foi a de Chanceler alemão a partir de 1870 e entre 1870 e 1890, Bismarck dominou a política Europeia.

Na necessidade de ocupar territórios, criou o projecto da África Meridional Portuguesa, também conhecido por mapa cor-de-rosa que ligava Angola a Moçambique pelo interior do continente. Esta mudança de política externa, em que Portugal deixava de negociar com a potência marítima para negociar com outros países, bilateralmente deu-se no consulado do ministro Barros Gomes, concretizando uma mudança de rumo na política externa.

Portugal começou a ocupar militarmente áreas na região interior de África, actual Moçambique e Zimbabué, contrariando o projecto de Cecil Rhodes¹⁵ que previa a ligação Cabo-Cairo, apoiado pela Inglaterra. Surge um conflito diplomático com os britânicos, agravado quando Portugal, submete militarmente os Macololos no vale do Chire.

Face a esta acção, o governo inglês considera-a como causa de guerra e concentra forças navais em pontos estratégicos da costa africana e em 11 de Janeiro de 1890 envia a Portugal o Ultimato. Perante a intimidação Inglesa, Portugal cede, tendo sido o fim do mapa cor-de-rosa. Portugal ainda tentou recorrer à arbitragem, o que foi negado pelo governo inglês e perante esta posição não restava outra opção senão negociar, surgindo, o tratado de 20 de Agosto que nunca chegou a ser ratificado.

Após um período de incerteza, entrou-se no Modus Vivendi de 14 de Novembro de 1890, iniciando-se nova negociação, dando origem a um novo tratado em Junho de 1891. Este revela-se ainda mais penoso para Portugal, mas foi ratificado pelo parlamento e aceite, em virtude das alterações ocorridas na política interna portuguesa.

2.2. Política externa com implicações na política interna.

Desde as décadas de 70 e 80 do século XIX que o partido republicano, vinha a explorar algumas situações políticas, tanto internas como externas. Promovia campanhas violentas contra o governo e o Rei a fim de derrubar o regime.

Foi isso que aconteceu quando foi assinado o tratado de Lourenço Marques em 1879.¹⁶ Foi, também assim nas comemorações do tricentenário de Camões,¹⁷ tendo todas estas situações

¹⁵ Cecil John Rhodes nasceu a 5 de Julho de 1853, em Bishop's Stortford, Hertfordshire. Faleceu a 26 de Março de 1902, em Muizenberg, perto da Cidade do Cabo. Foi uma personagem essencial na construção do caminho-de-ferro que ligou o Cairo, no Egipto, ao Cabo, na África do Sul.

Tendo constituído a BSAC à imagem da Companhia Britânica das Índias Orientais, Rhodes esperava através da sua actividade fomentar a colonização europeia e a exploração económica da região central da África Austral, especialmente do território que hoje constitui o Zimbabue, como parte do movimento de *ocupação efectiva* que resultou dos termos da Conferência de Berlim, dando corpo a uma África britânica do *Cairo ao Cabo*. Esta acção colidiu com os interesses portugueses na região representados pelo designado mapa cor-de-rosa.

¹⁶ 30 de Maio de 1879, assinatura do Tratado Luso-britânico de Lourenço Marques, prevendo a construção de um caminho-de-ferro que ligasse Lourenço Marques ao Transval, com construção de armazéns no terminal, proibia a venda de armas às tribos revoltadas Zulus, admitindo o desembarque de tropas britânicas naquele porto, e o patrulhamento das costas da província por navios britânicos.

ocorridas na véspera do Ultimato, contribuído para que o país vivesse mergulhado numa situação de agitação, sendo o Ultimato, apenas, o rastilho que fez intensificar a agitação.

No período entre o Ultimato e o Modus Vivendi de 14 de Novembro, surgiram três momentos políticos significativos: a reacção ao Ultimato, o refluxo do movimento, a reacção ao tratado de 20 de Agosto e movimento de refluxo.

A reacção ao Ultimato mostrou a fragilidade política que se vivia em que todos os agentes políticos tentaram retirar dividendos que a conjuntura política oferecia. Face à cedência ao governo inglês, à agitação social que se vivia, o governo progressista demitiu-se, sendo a primeira consequência política do Ultimato.

O governo Progressista foi substituído por um governo Regenerador, que estabiliza a política interna, mas permanecia o conflito com a Grã-bretanha por resolver. No dia 18 de Janeiro de 1890, o ministro dos negócios estrangeiros, Hintze Ribeiro, avista-se com embaixador inglês e confirma-lhe a aceitação do Ultimato, vontade de negociar, invocando a aliança com a Inglaterra. Este novo governo será provisório, porque o Rei decide dissolver o parlamento e marcar novas eleições e abertura do novo parlamento para 19 de Abril.

Portugal tenta ainda resolver o conflito através de uma conferência ou de arbítrio, mas o governo inglês rejeitou qualquer das hipóteses. Restou assim, a Portugal a possibilidade de negociações bilaterais e logo Barjona Freitas¹⁸ parte para Londres para negociar.

O movimento patriótico ganha dimensão e atinge o auge a 11 de Fevereiro, um mês após a data do Ultimato, com o partido republicano a explorar o desgaste dos partidos monárquicos. O governo reage com medidas repressivas impondo fortes restrições no direito de manifestação, e o movimento decai com o país a regressar à normalidade.

Neste novo clima, realizam-se as eleições a 30 de Março, que causam dez mortos, com a vitória do partido do governo. Mas o partido republicano concorrendo em coligação com uma facção do partido progressista consegue eleger pelo círculo de Lisboa três deputados: José Elvas Garcia, Latino Coelho e Manuel de Arriaga. Os republicanos obtêm assim os primeiros dividendos políticos.

O novo governo saído das eleições, reforça as medidas ditatoriais e a imprensa revolucionária foi proibida. Face a estes acontecimentos, os republicanos começam a pensar em provocar uma revolução, para derrubar o regime. A acalmia voltou, mas esta situação voltou a alterar-

¹⁷10 de Junho de 1880, comemorações do Tricentenário da morte de Camões, promovido por uma comissão executiva presidida pelo visconde de Juromenha, mas dirigida por Teófilo Braga, e de que faziam parte Ramalho Ortigão, Pinheiro Chagas, Magalhães Lima, Eduardo Coelho, Batalha Reis e Rodrigues da Costa. Neste mesmo dia realizou-se um grande cortejo cívico em Lisboa.

¹⁸ Barjona de Freitas, foi nomeado representante Português, pelo ministro dos negócios estrangeiros, Hintze Ribeiro, junto do governo Britânico, para resolver o conflito resultante do Ultimatum.

se face ao tratado de 20 de Agosto assinado em Londres. Renasce o movimento patriótico apesar das restrições impostas que atinge o auge na abertura da nova sessão legislativa em 15 de Setembro de 1890.

Com esta nova revolta o governo cai, abre-se mais uma crise política. Após Martens Ferrão¹⁹ não ter conseguido formar governo, o Rei convida o general João Crisóstomo, que apesar de não pertencer a nenhum partido é logo atacado pelos republicanos. O partido republicano punha em causa não só o governo como o próprio regime (Quental et al, 2006).

Com a queda do governo cai o tratado de 20 de Agosto, o novo governo reabre o diálogo com Londres e assina o *Modus Vivendi* a 14 de Novembro. A instabilidade interna portuguesa foi aproveitada pela BSAC²⁰, que estava interessada no vasto e rico planalto de Manica, concedido a Portugal no tratado de 20 de Agosto. Cecil Rhodes aproveitou este impasse para pressionar o governo inglês a ficar com o planalto.

Como a diplomacia portuguesa estava interessada em concluir rapidamente o tratado, para apresentar trabalho internamente, cedeu e trocou o planalto de Manica por uma região mais vasta mas menos valiosa. O tratado foi assinado a 11 de Junho de 1891, não havendo qualquer contestação interna ao governo.

2.3. Rei D. Carlos I sobe ao trono

O Rei D Carlos sobe ao trono em 1889 por morte de seu pai D. Luís, tendo logo que enfrentar o Ultimato em 1890. O ultimato gerou grande turbulência interna, porque os republicanos recorrendo ao nacionalismo exacerbado pondo causa, a monarquia e a sua figura o Rei. Agitaram a população aproveitando o facto da maioria do povo viver na miséria e a família real viver faustosamente.

Em 31 de Janeiro de 1891, aconteceu no Porto, a primeira tentativa para derrubar o Rei. Falhou resultando oito mortos e capturados os responsáveis que foram julgados e condenados. Em 1892, o país entra em bancarrota e a situação social continua a degradar-se em especial nas cidades do Porto e Lisboa. O regime, a monarquia constitucional, em que funcionava o rotativismo na governação entre o partido Regenerador liderado por Hintze Ribeiro e o partido Progressista liderado por José Luciano de Castro não conseguem vencer a grave crise económica, social e política que afecta o país (Bonifácio, 2005).

¹⁹ Deputado do partido Regenerador.

²⁰ A British South Africa Company (BSAC), ou Companhia Britânica da África do Sul, foi uma empresa criada por Cecil Rhodes através da fusão da *Central Gold Search Association* e da *Exploring Company, Ltd*. A empresa recebeu a 15 de Outubro de 1889 aprovação e privilégios da coroa britânica. A BSAC, nasceu no contexto da grande corrida à ocupação da África sub-sariana que se gerou na sequência da Conferência de Berlim

Os adiantamentos feitos à família real continuam a estar na ordem do dia e a imprensa escrita diária tece fortes ataques ao Rei na forma de caricatura. A cidade de Lisboa e Porto vivem sob o signo da violência, nomeadamente com o rebentamento de explosivos por parte da carbonária, sociedade secreta que tem como finalidade derrubar o regime, nem que para isso tenha que recorrer à violência. Esta sociedade secreta era chefiada pelo doutor Luz Costa, e faziam parte dela, Manuel Buiça, Alfredo Costa, cúmplices no assassinato do Rei.

Os militares são marginalizados pelo poder político e tentam a sua sorte nas campanhas ultramarinas, sendo o único local onde poderiam obter resultados a favor do país.

Após a conferência de Berlim²¹, as grandes potências europeias determinaram a partilha do continente africano, e os direitos históricos deram lugar a um novo direito, o da ocupação efectiva. A coroa portuguesa foi forçada a enviar forças para o ultramar para implementar o novo direito. A ocupação efectiva, o recrutamento de mão-de-obra e a cobrança de impostos levou a que os poderes africanos se revoltassem e surgissem muitos conflitos, alguns com grandes perdas para Portugal como o desastre do Cuamato em 1904. Seria vingado pelo Capitão Alves Roçadas em 1907. Os conflitos da tropa portuguesa no ultramar com os poderes Africanos ecoaram na Europa que consideraram os métodos portugueses não legítimos.

Portugal para afirmar a sua soberania nos territórios Africanos perante os interesses das outras potências, enviou o Príncipe Luís Filipe, numa viagem pelas províncias ultramarinas tendo percorrido Angola, São Tomé, Moçambique e Timor. Em Angola passou revista à coluna constituída para a região dos Dembos, comandada pelo Capitão João de Almeida.

Na metrópole, a luta pelo poder continua e em 1906, a Rainha Dona Amélia e filhos foram apupados no campo pequeno durante a tourada pelo povo. Agitação liderada pelo deputado republicano Afonso Costa que após este incidente, o Rei decidiu demitir o presidente do conselho, Hintze Ribeiro, nomeando o conselheiro João Franco.

Após um ano de governo e impotente para sustentar a turbulência, João Franco, pede ao rei para suspender a câmara dos deputados. O governo passou a não ter que se sujeitar à censura daquela câmara, governando por decretos. A eliminação da dívida da casa real ao estado, por decreto por parte de João franco serviu para continuar a incendiar o país, leia-se Porto e Lisboa.

²¹ Conferência de Berlim, onde foi oficializado o conceito de *ocupação efectiva* do território em detrimento das anteriores reivindicações territoriais baseadas na primazia da descoberta ou da conquista.

A 28 de Janeiro de 1907, aconteceu uma tentativa de revolta que foi abortada, porque a polícia se antecipou, tendo prendido representantes do partido Republicano nomeadamente Afonso Costa e António José de Almeida. Para se livrar deles, João franco propôs ao Rei um decreto para os deportar para a província de Timor. Ao assinar este decreto, terá contribuído para aumentar o conflito e provavelmente assinado a sua sentença de morte.

A 1 de Fevereiro de 1908, quando a família real regressava de Vila Viçosa, desembarcaram no terreiro do paço e instalaram-se nas carruagens iniciando o movimento em direcção da rua do Arsenal. Pelas 17h00, o carbonário, Manuel Buiça, dispara a sua carabina Winchester, atingido mortalmente o rei na nuca e ao mesmo tempo sai dos arcos dos ministérios, o outro cúmplice, Alfredo Costa que dispara à queima-roupa sobre o Rei e o príncipe Luís Felipe, deixando-os mortalmente feridos.

É neste ambiente interno que os Africanistas como o Capitão João de Almeida combatem em África sem recursos humanos financeiros nem equipamentos. Tem que sistematicamente recorrer ao improvisado e à capacidade de manipular os Africanos a favor da causa portuguesa. A campanha dos Dembos de 1907 de João de Almeida fica no baú das memórias, porque a Metrópole estava a viver uma grave crise interna. Também foi ofuscada pelas campanhas que decorreram no Sul de Angola na mesma altura com tropas europeias.

A luta pelo poder estava ao rubro, com as elites políticas, a degladiarem-se e o povo estava totalmente arredado pois lutavam todos os dias pela sobrevivência. Este período culminou com a morte do Rei D Carlos e dois anos depois com a mudança do regime com a implantação da república.

A crise de 1890-93 é uma crise múltipla, onde o novo sistema internacional em formação, conjugada com a mal concebida política externa portuguesa de Barros Gomes, leva directamente ao ultimato britânico (Telo, 1994).

Desde 1890 que as medidas unilaterais tomadas pelos governos quanto ao pagamento da dívida externa, a inconvertibilidade da moeda e a crises política provocam nos detentores de capitais um fenómeno de falta de confiança nos responsáveis políticos. Como resultado grande aumento da fuga de capitais, que a depreciação da moeda acelera durante 1890 a 1903. Com a mudança de regime, a república, a tendência aumenta e o escudo não merece confiança. As incertezas criadas pelos movimentos grevistas e a instabilidade política leva os grandes capitalistas a colocarem o dinheiro em Londres (Telo, 1994).

2.4. Breves Conclusões

A conferência de Berlim de 1884-85, decidiu a partilha do continente Africano, tendo-se alterado o paradigma de relacionamento entre Europeus e Africanos. Nasceu um direito novo, que consistia na efectiva ocupação dos territórios Africanos, entrando em conflito com a estrutura de poder Africana implantada. Para garantir a soberania desses espaços, ficou consagrado o princípio da ocupação efectiva, pelo que as potências europeias iniciaram de imediato a exploração do interior do continente Africano.

Portugal, negociou bilateralmente os limites dos territórios portugueses em África, com a França e a Alemanha e de imediato começou a ocupar o vasto sertão interior Africano, na procura de construir o designado mapa cor-de-rosa, sem ter considerado os interesses de outras potências, nomeadamente da Grã-Bretanha.

As pretensões territoriais portuguesas em África colidiram com os interesses da potência marítima e como consequência, esta apresentou o Ultimato em 11 de Janeiro de 1890. O Ultimato foi o pretexto, o catalisador que permitiu ao partido Republicano a possibilidade de propagandear os seus ideais, nomeadamente tentando substituir a religiosidade do povo pelo nacionalismo. Este partido, não desfrutando do poder, orientou a sua luta com os objectivos de viabilizar a hipótese revolucionária e reforçou a força do movimento patriótico, tentando descredibilizar os partidos monárquicos e a figura do regime, o rei.

Face à repressão imposta pelo regime, o partido republicano aparece aos olhos da opinião pública como o único defensor do interesse nacional e símbolo de patriotismo. Destacou-se nesta acção o deputado Manuel Arriaga, afirmando que, se assinássemos o tratado, deixaríamos de ser um país independente e cairíamos na órbita Espanhola. Apareceu assim a sacralização do império como dimensão definidora da pátria.

A diplomacia portuguesa nas negociações com a Inglaterra, tudo fez para conseguir um resultado honroso para Portugal mas a fragilidade do regime e a acção do partido Republicano levaram à assinatura de um acordo pior para Portugal.

O Ultimato foi um dos acontecimentos que contribuíram para a queda da monarquia, assim como as dificuldades financeiras em que vivia o país. O regime manteve-se legalmente, mas na prática o Ultimato, foi o fim da monarquia que acabou por se oficializar em 4 e 5 de Outubro de 1910.

3. Reconhecimento e Campanha de 1907

3.1. João de Almeida²²

João de Almeida Fernandes Pereira nasceu na Beira, no distrito da Guarda, em Vila Garcia, em 5 de Outubro 1873. Viveu aí os primeiros anos da sua infância e no liceu da Guarda fez o seu curso liceal. Ao terminar, escolheu a carreira das armas.

Alistou-se como voluntário, no regimento de caçadores nº5, em 18 de Novembro de 1891. Ingressou na Escola do Exército, actual Academia Militar, terminou o seu curso em 1893. Pediu licença para estudos, matriculou-se na Universidade de Coimbra e em quatro anos, tirou a carta do curso preparatório para a matrícula na Escola do Exército nas armas de Engenharia e Artilharia. Ao mesmo tempo formou-se se na Faculdade de Filosofia. De seguida, na Escola do Exército tirou o curso de estado-maior. Este percurso mostra a vivacidade intelectual do protagonista.

Promovido a Alferes, por decreto de 27 de Fevereiro de 1896. Promovido a Tenente em 7 de Fevereiro de 1901. Promovido a Capitão em 26 de Dezembro de 1905. Promovido a Major em 27 de Fevereiro de 1915. Promovido a Tenente-Coronel e a Coronel, em 17 de Setembro de 1917. Promovido a brigadeiro, por escolha, em 17 de Janeiro de 1931. A General, por escolha em 25 de Novembro de 1933. Passou à situação de reforma, em 12 de Maio de 1938. Faleceu em 5 de Maio de 1953.

Esteve dez anos no posto de Capitão, no período conturbado da mudança de regime. Foi promovido ao posto de Tenente-Coronel e Coronel, com o mesmo decreto quando Portugal enviou um contingente para França a fim de participar na primeira grande guerra. Curioso também foi a promoção a oficial General, já na vigência do Estado Novo.

Colocado em Angola, confirma as qualidades demonstradas na primeira fase da sua carreira militar. Irá revelar-se como homem de acção, militar, administrador e pensador.

A vida ultramarina de João de Almeida decorreu de 1906 a 1910. Foram, cinco anos muito intensos, cheios de perigos e muita dedicação.

Distingue-se na sua vida militar em Angola três fases: a primeira que vai do embarque na metrópole até Junho de 1906, contacto e adaptação à província; a segunda fase vai até Dezembro de 1907, participa na coluna do Cuamato e comandou a coluna dos Dembos; a terceira fase, desempena a função de governador de Huíla, termina em fins de 1910.

²² Processo Individual do General João de Almeida, consultado em 14 de Novembro de 2007, no Arquivo Histórico Militar. O processo está guardado no Arquivo Geral do Exército.

Em 1906 fez parte das operações do Cuamato, no distrito de Huíla, como chefe de Estado-Maior da província e no ano de 1907 comandou a coluna dos Dembos, objecto central da dissertação. Em 7 de Janeiro de 1908, nomeado governador interino do distrito de Huíla.

Governador do Distrito de Huíla de 1908 a 1910. Como Capitão, realizou a ocupação do distrito com escassas forças. Comandou, com inteligência e valor, as colunas de operações de 1908 a 1909. Da acção das quais resultou a pacificação da região e a livre circulação com o Humbe e Cuamato, permitindo também mais tarde submeter a rica e insubmissa região ocidental dos Gambos.

Comandou a coluna de ocupação do Evale, em 1909 mostrando valor e tenacidade. A ocupação permitiu o estabelecimento de uma linha de penetração destinada a facilitar a subsequente ocupação dos outros povos vizinhos do Ovampo. A coluna ocupou ainda territórios que permitiram o estabelecimento de uma base para a fixação da fronteira Sul de Angola.

Comandou, a coluna que em 1909 realizou a importante operação militar para a ocupação do Baixo Cubango. Esta acção permitiu levar a soberania de Portugal aos confins do Sul de Angola, aos povos rebeldes e regiões desconhecidas. Permitiu marcar e definir a fronteira com a antiga colónia alemã.

Comandou ainda a coluna em 1910, de ocupação de Pocolo, Otokero e de Cafima. O governo do distrito de Huíla foi a última acção em Angola. As vicissitudes da política, não lhe permitiu continuar a desenvolver o trabalho que tanto gostava, comandar forças militares no terreno.

Foi desviado para aquilo que os militares chamam trabalho de secretaria. Em 1911, foi vogal da comissão encarregada de estudar a reorganização das forças coloniais. Também participou na comissão responsável pela reorganização da Província de Angola.

Foi engenheiro director das obras da província de Cabo Verde, Governador da província de Cabo Verde, de 31 de Julho a 18 de Setembro de 1926. Desempenhou a função de Ministro das Colónias de 6 a 9 de Julho de 1926. Depois disto, desempenhou apenas funções administrativas, no Exército até passar à reforma. Paralelamente, à vida militar, na metrópole, João de Almeida, publicou quarenta livros, e ou artigos, nos vários campos do saber.

Recebeu cinco louvores entre 1906 e 1907, pelos feitos no Quartel-general de Luanda. Entre 1908 e 1910 recebeu, mais três louvores pelo desempenho no Sul de Angola. Voltou apenas a ser louvado em 1928. O mesmo aconteceu com a atribuição de medalhas.

3.2. Reconhecimento dos Dembos

O ano de 1907 foi de grande regozijo para os portugueses, por causa da campanha do Cuamato, mas também pela campanha dos Dembos, liderada pelo Capitão João de Almeida. Havia vontade para alterar o estado de paragem no tempo que a província sofria. Para começar a impor a autoridade no território Angolano, além do litoral, o Governador da província, proibiu a venda de armas raiadas ou estriadas. Estas armas tinham maior alcance e precisão que as de cano liso.

“Portaria N°67,

Tomando em consideração o parecer da comissão nomeada em portaria provincial de 23 de julho de 1906, acerca da definição de typos de arma de commercio com o gentio, e a informação conforme do administrador do circulo aduaneiro, datada de 5 de novembro de 1906:

Hei por conveniente determinar o seguinte:

1º Que seja annullada a portaria provincial n°515, de 16 de agosto de 1905;

2º Que o typo de armado commercio para gentio, definido pelo regulamento de 13 de setembro de 1899 é o da espingarda «de arma lisa, de pederneira ou percussão,

3º Que em vista das disposições legais sobre o assumpto nenhuma arma raiada, como as do modelo U.S., poderá ser considerada como arma de commercio, por mais fraco que seja o seu valor guerreiro.

As auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d’este competir, assim o tenham entendido e cumpram.

Palacio do governo em Loanda, 30 de janeiro de 1907.

Eduardo Augusto Ferreira da Costa, Governador-geral:” (GGPA, 1907a, p.56).

A nomeação de João de Almeida para reconhecer a região dos Dembos surgiu de um desentendimento. Vejamos, Eduardo da Costa, o Governador-geral de Angola, destituiu o Capitão João de Almeida do cargo de Chefe de Estado-maior interino da província e o motivo, segundo ele foi insubordinação. Em Setembro de 1906, João de Almeida, pretendia continuar as operações e telegrafou do Humbe ao Rei D Carlos I, pedindo autorização, de marchar sobre o Cuamato, a partir do forte Roçadas. Este telegrama foi interceptado pelo Governador-geral e nunca chegou ao seu destino. Esta atitude ia contra a decisão de Eduardo da Costa, que pretendia, protagonizar a honra de organizar e comandar uma grande coluna branca, destinada a acabar com os Ovambos, a de 1907 (Galvão, 1934).

Este episódio explica-se como um choque de egos. Ambos os intervenientes pretendiam protagonismo e João de Almeida estava ansioso por alterar o estado apático em que vivia a colónia. Eduardo Costa estava sedento de protagonismo que só poderia ser obtido com colunas constituídas por soldados Europeus que poderiam depois receber os louros no terreiro do paço.

Pélissier, considera que João de Almeida, é anti-ancilose, anti-rotina que possui uma vontade férrea de recuperar o tempo perdido e contrariar a apatia²³ que se instalara. Pensamos que João de Almeida, pela carreira militar que desenvolveu faz parte de uma pequena elite que soube honrar a instituição militar e ajudou a consolidar os interesses de Portugal naquela época.

No início de 1907, Eduardo da Costa, numa atitude aparentemente de vingança, impõe a João de Almeida, ou que regressa à metrópole destituído do seu cargo ou parte em reconhecimento em redor dos Dembos. Bolsa insubmissa desde 1872, às portas de Luanda, enviado na estação das chuvas, para uma zona esquecida, hostil, insalubre, esta missão de espionagem atribuída, equivale a uma condenação à morte que esteve quase a acontecer. Quis o destino que sobrevivesse e entretanto, foi nomeado novo Governador-geral, Paiva Couceiro, por falecimento do anterior. Tudo mudou, para João de Almeida (Galvão, 1934).

A guerra em África era feita ao sabor das personalidades que detinham o poder, não havendo um plano, nem um rumo mas sim impulsos, que traziam ao de cima os interesses pessoais dos actores. Assim se entende o que se passou entre Eduardo Costa e João de Almeida (Pélissier, 1997a).

“ Eduardo Costa, oficial dos mais distintos e colonial de grande folego, tinha um grande defeito, o ódio e a vingança que criava contra aqueles que feriam a sua externa vaidade.” (Weimar et al, 1927, p.26).

Durante o reconhecimento levado a cabo pelo Capitão João de Almeida, importa salientar alguns episódios como a sua captura e o improvisado da fuga.

“ Os sobas e captores querem que o soba os julgue imediatamente, mas ele, com o seu espírito de justiça de cafre, bem superior á de muitos europeus, diz que só pode fazer em conselho de macotas, que manda convocar. J.A. e a sua ordenança vêm diante de si mais algumas horas de vida e portanto probabilidades de salvação. ...era o rio Lombige, era a salvação. Para ele se dirigem.” (Weimar et al, 1927, p.31).

Na parte final do reconhecimento, o companheiro de viagem do Capitão João de Almeida era a sua ordenança, Manuel Morgado. Estavam sózinhos:

“...,descalhindo com a corrente, uma saraivada de zagalotes fazia saltar a agua em grosas borbulhas; fôra a salvação, pois o ruido das balas fizera afugentar os crocodilos e os dois fugitivos puderam alcançar a margem esquerda,...” (Weimar et al, 1927, p.31).

²³ Diria mesmo que alguns oficiais estariam cafrealizados. Cafre, zona sul do continente africano habitado por indivíduos indolentes.

Este episódio de fuga, mostra as dificuldades passadas por João de Almeida logo no reconhecimento.

Paiva Couceiro, mal tomou posse do cargo de governador começou de imediato a agir. Aprovou o regulamento provisório para a cobrança do imposto de cubata:

“Portaria N°414

Tendo o decreto de 13 de Setembro de 1906 criado na provincia de Angola um imposto sobre todas as casas habitadas por indígenas e denominadas cubatas; sendo necessário regular a cobrança d’esse imposto; attendendo ás raports do governo e conformando-se com o seu parecer;

Hei por conveniente, nos termos do artigo 8° d’aquelle decreto, approvar o regulamento provisório para cobrança do imposto de cubata, que baixa assignado pelo secretario geral interino. (...)

Palácio do governo em Loanda, 30 de Julho de 1907. Henrique Paiva Couceiro, Governador-geral interino.

Regulamento provisório para a cobrança do imposto de cubata

Art 1° Ao Governador-geral, por intermédio dos governadores dos districtos, pertence a superintendência sobre todos os serviços relativos ao imposto de cubata.

Art 2° Os Chefes de concelho, capitães – mores, administradores de circunscripções, residentes e seus delegados, e commandantes militares são os arroladores e fiscaes da cobrança do imposto de cubata nas respectivas areas.

& 1ª cobrança do imposto será applicada gradualmente em cada área administrativa, começando por aquelles povos a quem antecipadamente se reconheçam os necessários requisitos de riqueza e de submissão (...) (GGPA, 1907d, p.332).

A portaria acima transcrita conhecida como imposto da cubata, mostra até que ponto, Paiva Couceiro era pragmático. Afirma que a portaria só é aplicável aos povos que apresentem riqueza e estejam submissos, o que não era o caso da região dos Dembos.

Pela portaria provincial n°485, (ver GGPA, 1907e, p.386), Henrique Paiva Couceiro, Governador-geral interino, estabelece a proibição total do comércio de pólvora e armas na província e além disso aplica taxas ao uso e porte de arma.

”Determina que seja de 400 réis o sello de licença para o uso e porte de arma de commercio (regulamento 13-9-99) e de 100 réis o emolumento que expede a mesma licença” (GGPA, 1907j, p.547).

3.3. Revolta de 1872

A região dos Dembos e Mahungos²⁴, enquadrada a sul pelo rio Zenza, tendo como parte integrante, a Norte, as bacias superiores dos rios Dande, Lifune, Loége e Loge. A Sul, a região, está limitada de Oeste para Leste, pelos concelhos de Icolo e Bengo, Zenza do Golungo, Golungo Alto e Ambaca. A Norte a região está limitada, pelos concelhos do Alto Dande e Ambriz a Oeste, Duque de Bragança a Leste e Encoge a Norte.

²⁴ Ver Anexo J, Mapa da região dos Dembos, p.118.

Em 1872, o concelho dos Dembos, mais as divisões do concelho de Caxito a Sul do rio Dande, de Zenza do Golungo Alto a Norte do Bengo, e a sétima divisão do concelho do Golungo Alto, e a décima de Ambaca, a Norte do Zenza insurgiram-se contra a autoridade Portuguesa.

Tal rebelião deveu-se ao facto do descontentamento há muito latente nos indígenas, provocado pelas desigualdades e extorsões, feitas na cobrança do imposto dos dízimos, cometidas pelo chefe do concelho e de alguns comandantes de divisão que eram maioritariamente homens de cor. A sublevação foi iniciada pelo Cazuangongo no seguimento do cumprimento de uma pena em Luanda que considerou injusta e face à sua influência na região, de imediato a revolta se espalhou pelos sobados vizinhos.

Algumas autoridades e guarnições foram flageladas, conseguindo outras, com grandes dificuldades fugir. A maioria dos oficiais e a grande maioria das praças de segunda linha fizeram causa comum com os sublevados o que não surpreende, pois os graduados das companhias da segunda linha e guerra preta, além dos comandantes de divisão eram os sobas e elementos da sua hierarquia.

As comunicações eram difíceis e morosas e quando o Governador-geral em Luanda soube da revolta, já se tinha espalhado pela região, entre-os-rios, Dande e Zenza. Os rebeldes tinham atacado Caxito, sede do concelho do Alto Dande e o chefe deste concelho foi obrigado a retirar-se para a margem esquerda do rio e nem aí se conseguiu manter.

Com o alastramento da revolta, para garantir a segurança das comunicações junto ao mar, foi necessário deslocar dois navios de guerra; um para a foz do Bengo e outro para a foz do rio Dande.

Luanda não possuía a tropa suficiente para reforçar as guarnições atacadas, havendo a necessidade de deslocar soldados de Benguela e Moçâmedes. Foi necessário desfalcar ainda outras guarnições, com a finalidade de constituir colunas e destacamentos para combater os revoltados a fim de reocupar a região, guardar as comunicações e policiar os territórios fronteiros.

As operações de pacificação demoraram quase dois anos, pela falta de coesão das forças Portuguesas e de coordenação de esforços, mas sobretudo às qualidades dos rebeldes que souberam aproveitar as vantagens do terreno. Teve como consequência que a força militar portuguesa neste período apenas reocupasse parte do concelho do Alto Dande (Almeida, 1909).

O concelho de Icau, na fronteira deste, na margem esquerda do rio, continuou insubmisso e tornaram-se inúteis, todos os esforços, dos destacamentos nomeados para reocupar a região.

Inclusive um dos destacamentos, constituído por noventa homens, que entrou na região dos Dembos, para retirar para a margem esquerda do Zenza foi obrigada a solicitar tréguas aos rebeldes. Por outro lado a região dos Mahungos, a leste da região dos Dembos, nunca foi ocupada, pela autoridade portuguesa e raros foram os europeus que por lá transitaram (Almeida, 1909).

Em 1890 alguns povos da margem direita do rio Zenza, fronteiros, à divisão de Calunga, entraram em litígio com o dembo Cazuangongo e querendo libertar-se da autoridade deste, vieram a Luanda prestar vassalagem. Solicitaram ao Governador-geral o estabelecimento de um posto que os protegesse, surgiu assim a delegação dos Dembos, situada a Norte de Quichona.

Esta submissão foi curta e a delegação criada em 1890, devido ao ataque das populações dos Dembos, foi obrigada a mudar sucessivamente para localizações mais próximas do rio Zenza. Em 1907, a delegação, encontrava-se reduzida a um único posto em Quichona, a oito quilómetros do rio, guarnecido por tropas de segunda linha, sem qualquer autoridade.

A região entre o rio Zenza e o Dande, desde Sassa e lagoa Morime a Sul de Caxito, estava revoltada. Os guerreiros Africanos não permitiam que a região fosse atravessada por europeus e também estavam impedidos de transpor os rios. Os indígenas exteriores a esta região, que trajassem qualquer indumentária europeia, também estavam proibidos de entrar no interior (Almeida, 1909).

As regiões fronteiras das fazendas agrícolas e estabelecimentos comerciais eram verdadeiro coio de serviçais fugitivos, desertores, foragidos, criminosos e em Quilengues, a Sul da lagoa Morime, estariam escondidos também condenados e deportados.

Os comerciantes indígenas das regiões a nordeste, os Mahungos, eram obrigados a pagar pesados tributos quando tinham de atravessar os Dembos, principalmente na passagem dos portos dos rios. Esta tributação teve forte impacto negativo no comércio, ficando reduzido a uma fraca permuta de borracha, café, farinha de mandioca, milho e azeite de palma, por artigos fundamentais às suas necessidades como por exemplo sal. Também contribuía desfavoravelmente para o comércio a necessidade dos Mahungos terem de percorrer enormes distâncias para chegarem aos estabelecimentos comerciais.

Os povos do antigo concelho dos Dembos, especialmente o dembo Cazuangongo e o soba Muando, provocavam sistematicamente os povos da margem esquerda do rio Zenza e esta situação constituía evidente desprestígio da autoridade portuguesa. A sua rebeldia e ousadia, fazia que a transpusessem com frequência o rio Zenza, com o objectivo de saquear as senzalas, amarrar os moradores, fazendo-os prisioneiros até serem resgatados.

Os povos das margens do rio Lifume, a Norte do rio Dande como os dembos Nanboangongo e Quinguengue e os sobas da jurisdição de Encoge, a Nordeste do rio Lifume, julgavam-se independentes. Por vezes invocam ser súbditos do rei do Congo, mantêm relações com as autoridades portuguesas e aparentemente seguem as indicações dadas por esta (Almeida, 1909).

O dembo Ambuila, a Sul da localidade de Encoge, talvez o mais importante e onde já esteve antigamente um delegado do Encoge, tem-se mantido submisso. Nenhum destes povos auxiliou a revolta de 1872, tendo essa insurreição ficado limitada aos povos que viviam entre-os-rios Dande e Zenza.

3.4. Causas e objectivos da formação da coluna

Perante o anteriormente exposto, verifica-se que a região situada entre o Dande e o Zenza se encontrava insubmissa. Rebelião às portas de Luanda, capital da província, sendo desprestigiante para a autoridade portuguesa.

A derrota das forças portuguesas em 1872, nunca foi vingada. Por isso os povos dos Dembos estavam agressivos e insolentes, desdenhosos do poder português e existia um mal-estar entre os povos submissos e que todos desejavam uma vindicta.

Para poder viajar de Cabiri a Caxito ou Sassa, o viajante era obrigado a dar a volta por Quifangondo e Sassalemba, regiões exteriores à região revoltada e tudo isto se passava a dois passos de Luanda, capital da província (Almeida, 1909).

Segundo João de Almeida, quais as causas que motivaram a organização de uma coluna para operar nos Dembos? Primeiro, a necessidade de abrir ao comércio e exploração agrícola e mineira, toda a vasta região banhada pelos rios Zenza, Dande, Lifune e Loge; Segundo, procurar uma via de comunicação para permitir a exportação dos produtos da região e para isso existia a necessidade de explorar o rio Dande, verificando se a montante das Mabubas, existia a possibilidade de continuar a navegação para Leste, ou em alternativa estudar uma estrada que viesse a terminar na parte navegável do Bengo, em Cabungo ou Quionga, ou a entestar com o caminho-de-ferro de Ambaca; Terceiro dar um castigo severo aos povos insubmissos e revoltados contra a autoridade portuguesa desde 1872; Quarto, proceder à ocupação do território de forma que o comércio pudesse transitar livremente, sem pagar tributos, nem sujeitar-se a vexames e acabar com os coios de foragidos; Quinto, tornar mais eficaz a autoridade portuguesa sobre vários dembos e sobas limítrofes dos revoltados, que só por favor toleravam a autoridade portuguesa.

Segundo João de Almeida, quais foram os objectivos da coluna? Primeiro, o reconhecimento do rio Dande, a montante das Mabubas; Segundo, punir os povos que se opunham à passagem da coluna e destruição sucessiva das banzas dos principais dembos rebeldes; Terceiro, ocupação da região através de postos, à medida que fossem conquistados.

3.5. Descrição da região dos Dembos

Toda a região é em geral acidentada e a Oeste da região dos Dembos, junto a Luanda, em Quilengues e Icau, é caracterizada por grandes planícies. Existe grande extensão de terreno plano ou ligeiramente acidentados cobertos de capim e de tufos, de arvoredos, matas de espinheiro, candelabros e outras de pequeno porte, especialmente nos corredores e fundos dos vales (Almeida, 1909). Este terreno favorecia a movimentação da coluna liderada por João de Almeida.

A restante região para Leste, entre o rios Dande a Norte e Zenza a Sul, até ao rio Lombige, assenta numa série de contrafortes que servem de base a planaltos interiores. O terreno é tão acidentado e montanhoso, que não é vulgar encontrar estas montanhas em qualquer parte da província. As montanhas atingem as altitudes de 1300 a 1500 metros com declives excessivamente rápidos, abruptos e grandemente escarpados (Almeida, 1909). Com este terreno João de Almeida terá que aligeirar a coluna, torná-la mais leve para evitar sobrecarregar o soldado que terá de lutar também com a natureza.

As margens de alguns rios apresentam planícies alagadiças, tanto maiores quanto mais próximo da costa. Nalguns pontos os vales são tão frequentes, estreitos e tortuosos, que formam um verdadeiro labirinto, a vegetação é luxuriante e verdadeiramente tropical. O solo, em regra, coberto de matas extensas, compactas e frondosas, à excepção de alguns pequenos vales, onde predominam o capim e o caniço.

Existem lugares, em que as árvores atingem portes muito elevados, de 60 a 70 metros, especialmente junto ao rio Quiulo e Zenza no centro da região e as grandes árvores abundam nas encostas e margens dos rios. São entrelaçadas de trepadeiras e outras árvores mais pequenas que formam maciços impenetráveis.

Com excepção de Quilengues e Icau, onde existe apenas uma linha de água, o rio Ucuá, que não secam na época do cacimbo, a água abunda em toda a região e o território é cortado por numerosos cursos, que na época das chuvas tornam-se muito caudalosos e difíceis de transpor, tanto pela aspereza das margens como pelos lameiros e atoleiros que originam. Os povos indígenas abastecem-se das linhas de água, lagoas e pântanos, mas geralmente das cacimbas.

As linhas de água mais importantes da região são: rio Zenza que se designa Bengo, no seu percurso final, que limita a região pelo sul; afluentes do rio Zenza, Calantuégue, Tunda, Lombige, Quiulo, Calocala; rio Dande²⁵ que era desconhecido para montante das Mabubas e que atravessa os Dembos.

O rio Zenza é navegável até Cabungo, dois dias a montante de Zenza do Golungo e esta via pode facilitar a exploração da região tendo sido aproveitada para alguns transportes da Coluna. Na continuação do seu curso, para o interior, para Leste, é cheio de cachoeiras e quedas que impossibilita o seu aproveitamento e na época das chuvas a passagem faz-se em canoas, sendo vadeável em poucos sítios (Almeida, 1909).

O Dande é navegável até às Mabubas, e para montante é formado por múltiplas cachoeiras, não podendo ser explorado como via de comunicação em prol do comércio. Os restantes rios da região não podem ser aproveitados para a navegação. Como vias de comunicação, além das partes navegáveis dos rios Zenza e Dande, existiam apenas uma série de carreiros dos indígenas que ligavam as diferentes sanzala e também a alguns portos de rios, mas são estreitos e irregulares. Face aos caminhos serem tão estreitos, os carregadores sentem grandes dificuldades no transporte de cargas ao dorso, sendo completamente impossível a circulação de viaturas. Existem dificuldades também para a circulação de solípedes, especialmente na região mais acidentada.

Por isso a circulação, com excepção de Quilengues, foi sempre difícil e a marcha da coluna excessivamente penosa, tornando-se necessário abrir caminho permanentemente através do mato. A coluna serpenteou para ultrapassar cumeadas, cortar ribanceiras, transpor precipícios. A população, com excepção do Oeste, Icau, Alto Dande e Quilengues²⁶, onde a doença do sono tem provocado devastação, é bastante densa e em geral vive aglomerada em sanzalas, edificadas na coroa dos morros, raras vezes à beira de água e de um modo geral afastadas umas das outras. O número de cubatas de cada sanzala varia bastante, aumentando significativamente na região montanhosa chegando algumas a ter perto de mil cubatas como na banza do dembo Ngombe Amuquiama, e na banza do dembo Pango Aluguem (Almeida, 1909).

Ao contrário do que sucede para o sul da província, as cubatas são espaçosas, arejadas, com duas águas, cobertas de capim e paredes de pedra revestida com barro, têm portas e janelas de madeira. Constituídas por várias divisões interiores, guarnecidas de móveis, bancos, cadeiras,

²⁵ Também conhecido por Dange

²⁶ Ver Anexo N, Mapa dos Dembos Oeste, p.121.

camas, esteiras, que as tornam mais confortáveis do que muitas habitações do Portugal rural da época.

Os habitantes apresentam um grau elevado de civilização, quer dizer, adoptaram costumes europeus, devido ao contacto com estes nas suas viagens a Luanda e outros pontos comerciais. Esta forma de estar também se deve à influência remota, especialmente religiosa, da autoridade portuguesa em séculos passados (Magno, 1921).

Assimilaram grande número dos hábitos e costumes portugueses que se encontram vestígios, sendo frequente falarem e escreverem o português arcaico. Todo o dembo tem o seu secretário oriundo de fora da região, quase sempre de Ambaca. Existem muitos indígenas que aprenderam profissões tipicamente portuguesas: carpinteiros e ferreiros. Na época que eram submissos, os Luangos da margem direita do Zenza pagavam o imposto do dízimo em ferramentas por eles fabricadas.

A penetração da região poderia ser feita por várias linhas, mas a mais apropriada era a linha constituída pelo Alto Dande, Caxito, Cabiri, Zenza do Golungo e Calunga, Porto Luango ou Quinguengues, visto que qualquer destes postos podia ser atingido sem mais dificuldades que as exigidas a uma marcha itinerária e à vontade.

A opção recaiu sobre a linha que une Luanda a Cabiri, por ser a linha mais directa e permitir a passagem do rio Bengo, permitindo uma marcha rápida, com viaturas para atingir directamente o dembo Sala Mubemba, a leste do Casal. A conquista deste dembo era importante, face ao grande prestígio que gozava perante os outros dembos e teria um efeito disuasor junto dos outros. Este percurso, também favorecia a tropa portuguesa que não teria de fazer longas etapas, passagem de rios difíceis, e outras manobras antes do início das operações. Viajando no comboio, desembarcariam nas melhores condições operacionais para poderem combater eficazmente na região inimiga.

Foram aproveitadas e utilizadas como linhas de comunicação para abastecimentos e evacuações a parte navegável dos rios Dande até Sassa, junto ao Caxito, e Bengo até Cabungo, a linha férrea até Ambaca e os caminhos que lhe atestavam em várias estações, que vão terminar nos portos dos dois rios, considerados seguros depois de adequadamente guarnecidos. A base de operações foi Luanda, que abasteceu toda a coluna de marcha.

No planeamento das linhas de etapas, não foi possível montar uma linha regular, face à situação de carência da província, tanto de recursos humanos como financeiros e falta de vias de comunicação. Seriam implantados postos de etapas, que funcionariam também como postos de reabastecimento, destinando-se a guardar os abastecimentos da coluna e material para montagem destes. Previa-se a montagem de Postos: em Cabiri, Sassa, Zenza do Golungo,

Quinguengues, Vale Flor e Golungo Alto. Estes envolveriam a região sublevada, de forma a apoiar logisticamente a marcha palneada, bem como guardar as quantidades necessárias de abastecimentos para fornecer a coluna durante a marcha. Para além da reserva situada em Luanda e que podia ser levada a qualquer posto, a coluna tinha previsto cinquenta e quatro dias de víveres a armazenar nos postos (Almeida, 1909).

Cada posto tinha a sua própria guarnição para guarda e segurança, conforme as probabilidades de ser atacado, durante a marcha apenas foi atacado o posto de Golungo Alto e ameaçado várias vezes o de Quinguengues. Todos os postos eram apoiados no rio Zenza, com caminhos directos para a linha férrea, poderiam ser facilmente socorridos.

3.6. Organização e composição da coluna.

Nos fins de Julho de 1907, tomou posse, o novo Governador-geral, Paiva Couceiro,²⁷ que ao saber do estado de rebelião, do desconhecimento quase completo desta, encarregou o Capitão João de Almeida, na qualidade de chefe de Estado-Maior interino da província, de elaborar um projecto de operações e da organização de uma coluna. Tinha como finalidade repor a autoridade portuguesa nos Dembos e caso fosse necessário e possível pudesse ao mesmo tempo reforçar a coluna que ia operar no Cuamato (Almeida, 1909).

Quatro dias depois foi aprovado pelo Governador-geral, na véspera da partida da coluna para o Cuamato, as linhas gerais do projecto de operações e organização da coluna, por telegrama de 9 de Agosto de 1907, datado dos Gambos, ordenava o Governador-geral, que João de Almeida devia proceder com o máximo de urgência à organização da coluna com destino aos Dembos, para evitar o período das chuvas.

Preparar, a coluna com o efectivo necessário em tão pouco tempo, onde faltava quase tudo, desde o soldado, ao armamento e munições, seria impossível mas a boa vontade do Governador, facilitaria esta operação, dando espaço de manobra a todos que foram chamados a colaborar e cooperar no aprontamento da coluna (Almeida, 1909).

A preparação da coluna do Cuamato absorveu quase todos os recursos disponíveis e não foi possível deslocar qualquer outra unidade de outro distrito para Luanda. Os depósitos de material estavam tão vazios que quase não existiam munições de instrução kropatschek²⁸, para a instrução das praças. A artilharia, não tinha uma única peça capaz de fazer fogo, sendo as dificuldades inúmeras.

²⁷ Henrique Paiva Couceiro. Nasceu em Lisboa em 30 de Dezembro de 1861 e faleceu em Lisboa em 11 de Fevereiro de 1944. Desempenhou várias funções como militar, administrador colonial e político. Foi Governador da província de Angola de 1907 a 1909. Ver (Valente, 2006).

²⁸ Ver Anexos P e Q, Fotografia da espingarda Kropatschek, pp. 123-124.

Apesar de tudo, João de Almeida era um militar experiente com provas dadas na África portuguesa, nomeadamente no Sul de Angola, conhecia bem os recursos existentes na província e dominava a técnica da organização militar em operações coloniais. Pensou logo na utilização da Infantaria como tropa principal, e na organização de unidades especiais. Constituiu unidades com restos de praças do batalhão disciplinar e convocou todos os indivíduos existentes na casa de reclusão, que tivessem condições físicas e mentais para poderem efectuar a marcha.

Pediou contingentes ao distrito do Congo e da Lunda e recrutas de vários pontos da província. Convocou praças de segunda linha a fim de receberem instrução, seriam utilizadas como praças de primeira linha. A resposta, aos pedidos foram muito reduzidos e a maior parte das praças de segunda linha desertaram. As poucas que ficaram marcharam para as operações com apenas quinze dias de instrução.

Para grande contentamento de João de Almeida, no primeiro paquete, vindo da metrópole, em Agosto de 1907, chegaram algumas praças de cavalaria e de artilharia. Eram esperadas e tinham sido contabilizadas no planeamento, reforçando o corpo de polícia e a bateria de artilharia, permitindo a organização de uma secção de cavalaria e outra de artilharia. Para a função de sapadores e vários serviços auxiliares, como condutores, serviço de saúde, transportes, serviços administrativos, foram convocados os condenados e vadios do depósito de degredados que seriam comandados pelos oficiais do depósito.

Perante uma selecção de recursos humanos tão heterogénea, faltava a instrução, a uniformidade, a coesão e a disciplina e para obviar ao surgimento de mais problemas, as unidades e serviços foram constituídos e enquadrados por oficiais que conheciam os seus subordinados. As faltas de pessoal e outras de vários tipos foram completadas à medida que os recursos foram chegando. A preparação decorria de forma independente sob a direcção dos graduados que haveriam de ser os responsáveis durante a marcha. A instrução foi intensa, optimizando o tempo na experimentação do equipamento.

Os retardatários, foram incorporados na primeira companhia mista que tinha como base de recrutamento, os reclusos. O comandante da companhia era oficial dos quadros da casa de reclusão e demonstrava grande entusiasmo, não se queixando por ter de instruir tão grande número de soldados disciplinares.

A situação agravou-se pela falta de graduados, especialmente de oficiais, deficiência que não foi superada tendo a coluna marchado apenas com dois terços dos oficiais da orgânica aprovada. Para uma coluna com um efectivo de quinhentos e setenta homens de tropa regular,

num total de oitocentos e cinquenta e seis, não contabilizando com mais de cem indivíduos das guarnições dos postos de etapas, contou apenas com catorze oficiais (Almeida, 1909).

A cavalaria foi comandada por um sargento e as companhias foram comandadas por Tenentes, quando deveriam ser comandadas por capitães. Quase todos os subalternos acumularam vários serviços juntamente com o comando de pelotão.

O critério para seleccionar o pessoal para integrar a coluna foi muito abrangente e alguns elementos eram considerados tão nocivos e perigosos que o Governador determinou a constituição de um conselho de guerra, pronto para resolver qualquer situação de indisciplina. Relativamente aos solípedes, a situação também não era famosa pois a coluna do Cuamato, integrou todas as montadas inclusive as dos governadores dos distritos e seus ajudantes. Não ficou nada. Para resolver este problema, compraram-se muares à cidade do Cabo e solicitaram-se outras ao distrito da Lunda. Pediu-se vinte e cinco cavalos ou éguas a Cabo Verde e apenas vieram quinze, chegando seis dias antes de a coluna entrar em combate (Almeida, 1909).

De Benguela e Moçâmedes vieram alguns carros alentejanos tendo se aproveitado também os carros da secção de transporte para engrossar a coluna. No depósito de material de guerra trabalhou-se dia e noite no fabrico de material e bivaque necessário à coluna. Consertou-se equipamentos, armamentos e carros. Trabalhou-se na adaptação dos carros cofres das peças 7cm²⁹ modelo 1882. Adaptou-se as metralhadoras Nordenfelt³⁰ à tracção animal e ensaiou-se um modelo de varais de ferro. Consertaram-se duas bocas-de-fogo e ainda todo o tipo de arranjos no material que estava danificado (Almeida, 1909).

Treinararam-se os equídeos, tanto de artilharia como os do trem de combate e comboio, no serviço de tracção. Treinou-se o serviço de transporte a dorso, adestrando-se o respectivo pessoal. Na secção de transportes, sob a fiscalização directa do chefe de serviços administrativos, acondicionaram-se convenientemente os víveres para a coluna e foram enviados para os diferentes postos de etapa escoltados pelas suas guarnições.

Solicitaram-se soldados móveis aos concelhos, para servirem de carregadores. Para as oficinas de fardamento chamou-se pessoal adicional e fabricaram-se as reservas de artigos que a coluna devia levar. Na farmácia do hospital militar foram preparadas as ambulâncias e reservas de medicamentos.

²⁹ Ver Anexo O, Peça de 7 cm, p122.

³⁰ Ver Anexos AS e AT, Metralhadora Nordenfelt, pp. 149-150.

Em pouco mais de um mês, efectuou-se a organização e preparação da coluna. As tropas estavam instruídas e disciplinadas e a 11 de Setembro de 1907, foi passada revista à coluna por sua alteza o príncipe real D. Luiz Felipe.

Planeamento da visita do príncipe ao ultramar lusitano.

*“MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR
DIRECÇÃO GERAL DO ULTRAMAR
TELEGRAMA*

Lisboa 7-6-907 ás 9 manhã

Governador – Loanda

Resolvido visita Sua Alteza Real colónias seguindo paquete 1 julho á ida só visitará Loanda com demora três dias devendo no regresso ir Mossamedes Benguella Lobito avisarei logo haja programma detalhado eu acompanho Príncipe Real. Ministro Marinha.” (GGPA, 1907b, p.241).

“Programa das festas por ocasião da visita a Loanda de Sua Alteza o Príncipe Real

Dia 17 Julho

A’s 10 horas da manhã – Desembarque no caes da capitania, seguindo-se Té-Deum na Sé cathedral.

(...)

Dia 19

(...)

A’s 9 horas da tarde – Embarque com illuminação no trajecto” (GGPA, 1907b, p.296).

Sua Alteza Real o príncipe Luiz Felipe passou revista à coluna comandada por João de Almeida em 11 de Setembro, quando voltava de Moçambique.

3.7. De Cabiri ao Casal passando pelo Alto Dande

Depois da organização e preparação a coluna e respectivo material seguiu de Luanda para Cabiri em caminho-de-ferro. Na tarde de 19 e manhã de 20 de Setembro de 1907, em quatro comboios, tendo sido o embarque efectuado nas duas estações conforme o plano estabelecido por João de Almeida (Almeida, 1909).

O desembarque em Cabiri fez-se sem dificuldades e as tropas, depois de um descanso e de comerem o rancho da manhã, seguiram ao longo do rio Bengo até ao porto de Calengue. A coluna efectuou a passagem para a margem direita do rio Bengo, tendo sido preparada pelos sapadores com abertura de fossos, trincheiras e galerias subterrâneas. Estes trabalhos foram feitos na véspera sob o comando do Alferes franco que construíram ainda as rampas de acesso.

A passagem foi bastante difícil e morosa pois o rio apresentava grande volume de águas, dando pelo peito aos homens. As viaturas foram descarregadas e puxadas por um cabo, da

margem esquerda para a direita. Os víveres, material e munições transportados em dongos³¹, que amarrados entre si formaram uma pequena jangada. A passagem das tropas durou três horas e meia e a passagem do material e viaturas não se concluiu durante todo o dia 20 de Setembro. A travessia foi interrompida ao anoitecer, ficando grande quantidade de material e quase todas as viaturas na margem esquerda onde foi preciso montar uma guarda (Almeida, 1909).

Ainda na noite de 19 para 20 de Setembro, João de Almeida, soube em Luanda, que dos quatrocentos e trinta carregadores pedidos, somente se apresentaram cento e oitenta e seis e que os restantes fugiram ou os chefes dos concelhos não os enviaram. Esta falta esteve quase a por em risco a partida da coluna e foi em parte minorada, porque o encarregado da secção de transportes conseguiu aprontar naquela noite mais quatro carros e as respectivas atrelagens que foram embarcados no primeiro comboio do dia 20 de Setembro.

A coluna bivacou na senzala Batalha, adoptou o quadrado³², com o respectivo serviço de segurança, ficando as faces a envolver as cubatas da senzala e as peças de artilharia e metralhadoras foram colocadas nos ângulos, respectivamente em diagonal. Os pelotões europeus alternaram com os pelotões indígenas nas faces tendo os sapadores ficado à retaguarda do pelotão indígena da face mais exposta. Os carregadores ficaram à retaguarda da face oposta à linha de viaturas, à retaguarda da qual ficara a corda de piquete, entre grupos de carros. O serviço administrativo e de saúde ficaram nas cubatas e o comando ficou ao centro do quadrado. As casinhas ficaram na parte voltada ao rio e as latrinas em frente do ângulo Nordeste.

O serviço de segurança foi constituído durante o dia por uma sentinela a cada ângulo e um posto à cossaca³³, a quinhentos metros de cada face e durante a noite montaram-se duas vedetas³⁴ por face.

Em 21, passaram-se os restantes carros para a margem direita do rio Bengo e concentrou-se todo o material nessa margem. Foi efectuado um reconhecimento na direcção do Casal, havendo indicação das vedetas que avistaram indígenas mas as patrulhas de reconhecimento recolheram sem qualquer problema (Almeida, 1909).

Na manhã de 22 partiu a coluna do bivaque às 5h30 da manhã em coluna dupla,³⁵ formatura adoptada sempre que o terreno o permitia, em direcção ao sítio chamado Casal. A coluna

³¹ dongos, barcos gentílicos

³² Técnica defensiva, já utilizada pelos portugueses na batalha de Atoleiros e de Aljubarrota. Ver (SPHIP, 1985, p.59).

³³ Posto de sentinela constituído por três ou quatro homens montados.

³⁴ Militar destacado como sentinela.

bivacou às 16h30 próximo de uma pequena senzala e durante a marcha o pessoal descansou apenas uma hora. A marcha foi morosa e fatigante, devido não só à espécie de formação adoptada e grande quantidade de capim, mas sobretudo à necessidade de abrir caminho para passagem das viaturas através do mato bastante espesso. Para agravar a situação, tinha chovido abundantemente de manhã e a seguir limpou o céu, o sol tornou-se abrasador e o calor era asfixiante, adicionado ainda a falta de água.

O rancho da tarde foi cozinhado com água transportada numa viatura, pois pelas informações recolhidas no reconhecimento feito, sabia-se que só haveria água nas imediações do sítio designado Casal. João de Almeida deu ordens à secção de cavalaria para avançar em exploração para além da pequena senzala Gaspar, que encontraram abandonada de fresco e regressaram sem nada terem encontrado.

O bivaque foi montado em quadrado de forma idêntica ao da noite anterior tendo ficado dentro, a cavalaria, comboio e carregadores. Durante a noite houve alarme, dado por uma das vedetas, que disse ter escutado um grupo de indígenas.

Às 5h00 da manhã de 23, depois de distribuída uma ração de água a cada praça, a coluna iniciou a marcha. O objectivo era o mesmo do dia anterior e o dispositivo adoptado era também a coluna dupla, com artilharia, metralhadoras e viaturas, pronta a iniciar o ataque em caso de resistência ou formar quadrado para a eventualidade dum ataque inopinado, violento, com grande massa de guerreiros indígenas.

A marcha fez-se sem dificuldades, até uns dois quilómetros além da senzala mas a seguir, as zonas de mato alternando com as de capim, tornaram-se mais densas, atrasando bastante o avanço, causando grande cansaço. Levantando o cacimbo da manhã, o sol tornou-se abrasador aumentando as dificuldades para a coluna.

Pelas 11h00, as dificuldades de circulação das viaturas, aumentou com o surgimento de algumas ravinas que era preciso transpor e para isso reforçaram-se os sapadores com pelotões de indígenas, revezando-se na abertura do caminho, mas rapidamente o cansaço era enorme. Começava a sentir-se a falta de água.

Ao longe distinguiam-se algumas cubatas e as patrulhas avistaram grupos de indígenas que face ao caminho andado fazia supor a proximidade de um rio de água permanente. Interrogado o guia, diz não se recordar bem e pensa que a água fica ainda a grande distância. A grande dificuldade para o avanço da coluna era a falta de caminho para as viaturas. Para libertar a coluna e poder avançar onde houvesse água, o Capitão João de Almeida, ordenou a

³⁵ Dispositivo adoptado durante uma marcha militar.

formação do laager³⁶ aos carros. Guardá-los por uma escolta sob o comando do Alferes Albuquerque e Tavares, ficando também as metralhadoras, pois tendo grande amplitude de tiro serviam para manter a segurança do círculo e como não eram facilmente transportáveis a dorso, iriam apenas aumentar o atrito da marcha.

À 01h00 chegaram ao cruzamento do caminho, que vem da Mubela e Quifandongo, segundo os dizeres do guia informando que só mais à noite poderia a coluna ter acesso à água. A maior parte das praças não souberam regular a ração da água, apesar das exortações que lhe foram feitas. Estavam pois, sequiosos que quase não podiam marchar, avançando a coluna vagarosamente, alongando-se excessivamente. Foi preciso parar sistematicamente para a concentrar, adermotivação aumentava porque o rio não aparecia e mesmo cruzando várias linhas de água, estas estavam secas. Numa delas tentou-se abrir uma cacimba que não resultou e a coluna continuou a marchar até 1h30 da manhã e chegaram às primeiras cubatas (Almeida, 1909).

O Capitão João de Almeida, ordenou que avançasse uma patrulha de cavalaria a explorar o terreno em volta mas nada se encontrou. Interrogado novamente o guia, afirmava que já não sabia onde havia água pois tinha ali passado quando era criança, na época das chuvas e então havia água por todo lado e que a coluna só alcançaria a água no dia seguinte ao anoitecer.

O desânimo instalou-se e alguns homens começaram a desmaiar, outros lançaram-se para o chão e outros vinham encostados aos camaradas mais esforçados que traziam parte do equipamento.

Os militares com mais traquejo no serviço militar colonial, haviam já trepado a alguns embondeiros na esperança de encontrarem algum depósito de água, nas suas cavidades. Outros cortavam as folhas de piteiras, aproveitando o orvalho depositado durante a noite e sugavam as folhas com sofreguidão, mas tudo somado nada mitigava a sede. Muitos carregadores, aliviando as cargas, pretendiam voltar para trás sendo necessário empregar a força para os manter na coluna. Verificava-se um esgotamento geral e sentia-se um certo desfalecimento na coluna (Almeida, 1909).

A situação tornava-se, melindrosa e só quem passa por estas circunstâncias pode avaliar a energia e força moral que é preciso empregar para conter e animar centenas de homens em que o sofrimento e o cansaço afrouxam os laços de disciplina. Ir de novo ao rio buscar água seria a perda da coluna, pois ninguém tinha força para chegar até lá, uma vez que a coluna estava a mais de trinta quilómetros. Parar era morrer sem honra e por outro lado o objectivo

³⁶ A formação do laager consistia em estacionar os carros em círculo para criar um perímetro defensivo.

da coluna era ir em frente, havendo ali cubatas, deveria haver água por perto. Para a frente havia todas possibilidades de a encontrar o mais depressa possível, mas teria de ser conquistada.

Perante esta situação o Capitão João de Almeida deu ordens no sentido da coluna continuar a marcha. A secção de cavalaria com o Alferes Oliveira e o guia avançaram com a finalidade de encontrar água ou fazer algum prisioneiro que indicasse um lugar com água. A força de cavalaria era pequena e João de Almeida, receando que fosse atacada por uma massa de indígenas, que se mostrava em maior número, decidiu seguir a pequena força com quase toda a guarda avançada da infantaria. As restantes forças marchavam com grande dificuldade e elevada dor mas com alguma felicidade pelas 2h30 a cavalaria conseguiu aprisionar um indígena (Almeida, 1909).

Tal como o guia este também afirmava desconhecer os locais com água mas depois de ser persuadido e convencido que iria ser fuzilado, se lançou de joelhos, solicitando perdão, em português. Até ali fingia desconhecer a língua, depois de persuadido mostrou-se disponível para indicar a localização de uma cacimba entupida.

Episódio da sede:

“Marchando sempre, a coluna alongou-se em demasia, alguns disciplinares atiram-se ao vinho para mitigar a sede, e muitos pretos aos garrações da aguardente. Os carregadores fogem abandonando as cargas e tudo quer voltar para trás para o rio Bengo. Então João de Almeida vendo pretos ao longe avança a galope, acompanhado do Alferes Oliveira com uma patrulha de cavalaria, prende três indígenas dos Dembos e só depois de fuzilar dois consegue que o terceiro lhe indicasse onde estava a água, numa cacimba entulhada a uns vinte passos” (Weimar et al, 1927, p.41).

Retirado o entulho apareceu água em tão pequena quantidade, que foi necessário guardá-la por oficiais e à vez iam molhando a boca aos seus soldados, não tendo esperança de matar sede a todos. Logo foram descobertas outras cacimbas que foram de imediato abertas que os indígenas com o aproximar da coluna tinham entulhado.

Saciados os primeiros militares, levaram água à retaguarda tendo-se montado um serviço de vai e vem, praticando-se actos de verdadeiro heroísmo e humanidade. Algumas praças privaram-se de beber para irem em socorro dos seus camaradas, carregarem com eles às costas até ao bivaque e saciar-lhes a sede.

Às 3h30 a coluna chegou ao Casal, como era noite concentrou-se a coluna e tomou-se a disposição defensiva, já anteriormente adoptada. Cozinhou-se rancho e enviou-se água para a escolta dos carros. Foi-se procurar praças que tinham ficado prostradas à beira do caminho e recolheram cargas abandonadas por carregadores que fugiram.

O Casal era uma localidade com dez cubatas, algumas bastante grandes, onde havia um mercado e alguns negociantes indígenas. Devido à sua localização, era neste sítio que os indígenas de Quilengues e de muitos outros pontos afastados do interior se vinham abastecer. Os produtos para a troca tinham origem em Luanda e nos estabelecimentos da margem esquerda do Bengo. O mercado desenvolvia-se num vasto terreiro, ensombrado por seis enormes e frondosos tamarindos, muito copados, situado entre as cubatas e a cacimba. Foi neste local que a coluna descansou e se reabasteceu.

Foi intenção do Capitão João de Almeida aproveitar as cubatas para instalar a ambulância, enfermaria e serviços administrativos mas foram impedidos pela grande quantidade de pulgas, sendo necessário lançar-lhe fogo. Mais uma vez a disposição do bivaque foi em quadrado, com os solípedes e carregadores à retaguarda das faces laterais, ficando tudo protegido pelas sombras das árvores.

O serviço de segurança durante o dia era constituído por duas vedetas por face a cento e cinquenta metros, três postos à cossaca a quinhentos metros, nas alturas próximas. Uma sentinela a cada face. Durante a noite recolhiam os postos à cossaca e além das vedetas ficava um quarto da força de prevenção por face.

As informações sobre a situação da banza do Sala Mubemba, para qual a coluna iria marchar, eram muito divergentes, como por exemplo, distância de seis horas, três dias, ou cinco dias. Guia fiável não havia e por mais esforços que se fizesse não se conseguiria nenhum de confiança, afirmando os sertanejos das imediações que era impossível obtê-los porque não havia.

Os guias utilizados eram homens de diferentes sobados, capturados em Sassa e Cabiri pelos chefes de concelho quando ali foram negociar. O indígena dificilmente se disponibiliza a informar e muito menos nesta situação (Almeida, 1909).

As dificuldades aumentavam e em caso de dúvida, por prevenção, era preciso assegurar à coluna cinco dias de víveres e dois dias de água para a eventualidade de não se encontrar.

Face à dificuldade em fazer avançar as viaturas, o Capitão João de Almeida ordenou que retrocedessem para Cabiri, se concentrassem no Casal, os víveres e material transportados. O abandono das viaturas e a fuga de muitos carregadores, já insuficientes à partida de Cabiri vieram aumentar as dificuldades da coluna que não podia avançar com o tudo que era indispensável.

O Casal, aparentemente apresentava uma situação favorável, com água, cruzamento de caminhos, condições mínimas para montar um posto. Perante isto, o Capitão João de Almeida, decidiu construir no Casal uma pequena fortificação que serviria para concentrar a

alimentação da coluna e guardar o material. Os aleijados que não fosse conveniente levar á banza do dembo Sala Mubemba, também ficariam. A partir deste ponto central, a coluna podia raziar, em diferentes direcções e mais tarde seria um posto de etapa no apoio à marcha de penetração.

Para continuar a marcha, faltava o reabastecimento de víveres e nesse sentido, João de Almeida, ordenou aos carregadores que fossem a Cabiri nos dia 24, 25 e 26, devidamente escoltados, buscar víveres. Em Cabiri, foram atribuídos mais oitenta e seis carregadores à coluna, para compensar a saída de alguns por fuga e a falta de carros.

O forte foi construído a cento e cinquenta metros do Ângulo esquerdo da face da frente numa pequena elevação de terreno próximo da cacimba, sendo feito pelos sapadores e alternadamente pelas unidades de infantaria. Ficou com a forma rectangular, 18 metros de face, 1,3 m de cota e 1,5 m para o fosso, sendo circundado por um abatis de 6m de largura. Não foi utilizada a rede de arame por faltar e dentro construíram-se barracões de capim para a enfermaria, material e alojamento da guarnição.

Começado a construir a 24, estava em estado de defesa a 26 e devia ser ocupado pela guarnição do pelotão independente e os doentes que eram em elevado número. Nos dias 25 e 26 avistaram-se junto ao Casal grupos de indígenas que se aproximaram do bivaque. Dispararam alguns tiros a um dos postos à cossaca mas a longa distância sem ferirem ninguém. O Capitão João de Almeida, permitiu que os indígenas se aproximassem na esperança de que quisessem voluntariamente apresentar-se, mas pelo contrário, apenas procuravam obter notícias. Presumia-se um ataque para breve.

Os abastecimentos da coluna deviam ficar terminados a 26 de Setembro. Os grupos de guerreiros indígenas apareciam com mais frequência e mostravam-se mais atrevidos.

João de Almeida determinou a manhã de 27 para marchar sobre a banza do dembo Sala Mubemba, mas na madrugada do dia 27, pelas 4h15, foi a face da frente atacada inopinadamente por uma grande massa guerreira inimiga. O número era difícil de calcular, mas seriam centenas, a avaliar pelo espaço que ocupavam e pelas perdas que sofreram. Chegaram silenciosamente e só fizeram fogo quando se depararam com as vedetas, que deram o alarme e retiraram-se rapidamente para as faces. Os guerreiros indígenas fizeram uma descarga de fogo sobre o quadrado mas nesse momento o Capitão João de Almeida tinha acabado de fazer a ronda ao bivaque e estava na face atacada. A noite estava muito escura e a fortificação construída já estava guarnecido e ficava no Ângulo esquerdo da face da frente do quadrado e para evitar atingir a guarnição do forte, o Capitão João de Almeida ordenou aos pelotões do Alferes Monteiro e Neto que avançassem rapidamente até à altura do forte para

baterem o inimigo com descargas executadas com regularidade. Como verificasse que os guerreiros continuassem o avanço, ordenou ao Alferes Albuquerque que com parte de um pelotão indígena, prolongasse a direita e estabelecesse a ligação com a face direita do quadrado. Após vinte minutos de fogo, os guerreiros indígenas retiravam-se com perdas significativas com a face da frente do forte também a fazer fogo intenso regular e atempado.

O Capitão João de Almeida contabilizou, um cabo ligeiramente ferido e verificou que o inimigo deixou a cinquenta metros cinco cadáveres. Mais à frente encontrou um guerreiro com a coxa fracturada que confirmou a existência de muitos mortos e feridos, levados pelos companheiros. Como a manhã não surgisse não houve possibilidade de encetar a perseguição. Perante o ataque inopinado, só às 14h00 de 27 de Setembro, a coluna aligeirada e provida de água marchou em direcção à banza do dembo Sala Mubemba. Bivacou num outeiro situado a 12 quilómetros do forte do Casal que possuía água numa pequena lagoa. A marcha fez-se em coluna dupla com as peças, metralhadoras e carregadores enquadrados pela tropa de infantaria. Foi necessário abrir caminho através do mato e capim, agravando o cansaço e o sofrimento dos militares.

Os guerreiros indígenas só se viam ao longe, em grupos, a fugir, com abandono das cubatas. Pelo caminho encontrava-se rastos de sangue, covas cobertas com terra fresca, indício das perdas no ataque da manhã. Os indígenas têm por hábito enterrar os seus mortos na beira dos caminhos.

Às 4h30 de dia 28, a coluna iniciou a marcha, avistando-se vários grupos de guerreiros indígenas que faziam fogo sobre as patrulhas de cavalaria. Às 11h00 a coluna fez um pequeno descanso, na povoação de Lobano, aprisionando duas mulheres indígenas. O Capitão João de Almeida decidiu soltar uma delas, para que pudesse ir ao mato avisar os indígenas para que se apresentassem, voluntariamente. Nada lhe aconteceria e seriam poupadas as suas casas e lavras, mas ninguém apareceu. A outra prisioneira ficou retida para servir de guia até à próxima banza porque o guia em funções, levara a coluna numa direcção errada, obrigando a dar uma grande volta, dizendo que era o único caminho que conhecia. Por isso a marcha prolongou-se até às 16h00 e quando chegou à banza estava abandonada. Também a prisioneira, como guia, tentou iludir a coluna ao desviar a marcha para longe da banza quando já estavam perto.

Todos estes contratempos, permitiram que o dembo fugisse com o seu séquito e na banza foram encontrados os trajes e objectos ornamentais deste. Encontraram ainda o arquivo, espadas, cornetas e outros objectos, sem grande valor real, mas de bastante importância moral para a coluna, mostrando desordem na fuga do dembo.

A coluna bivacou na banza e na madrugada de 29 a coluna regressou ao Casal após percorrer trinta e dois quilómetros chegando pelas 16h20. Durante o regresso como ninguém se apresentou, foram queimadas as senzalas e arrasadas as lavras que foram encontradas. Fez-se o saque, levando mandioca e genguba, que seriam uma boa reserva para os carregadores e tropa indígena.

Descanso da coluna em 30 de Setembro, nova marcha da coluna na manhã de 1 de Outubro de 1907 em direcção à localidade do Icau onde chegou às 13h00, ao fim de 6 horas de marcha. Relativamente aos guias continuaram a não colaborar, dizendo que não conheciam a região nem os caminhos. A coluna atravessou o rio Ucuá, afluente da lagoa Morime, descendo junto a este até à banza tendo a marcha decorrido em melhores condições do que as anteriores. Havendo apenas a necessidade de transpor uns morros após a passagem do rio Ucuá.

Tal como anteriormente, tudo fugiu à aproximação da coluna e a coluna apenas conseguiu aprisionar um rapaz e uma mulher. Conseguiu também capturar grande quantidade de mantimentos, porcos e galinhas. No dia 2 de Outubro, a coluna seguiu para o Alto Dande mas teve de fazer um grande desvio para contornar um braço da lagoa Morime. Este desvio obrigou a coluna a uma marcha fatigante de dez horas, sem água e quase sempre sob sol abrasador, havendo a necessidade de abrir caminho pelo mato denso de espinheiros, para passagem da artilharia e metralhadoras.

Os indígenas continuaram a fugir e a coluna por onde passou chegou fogo às cubatas. Devastou as lavras até chegar às senzalas submissas, Oeiras e Quijosé. No Alto Dande, não houve resistência tendo alguns povos junto ao rio, da margem esquerda, se apresentado para prestar vassalagem. Outros fugiram e refugiaram-se na margem oposta. A coluna montou o bivaque em frente de Sassa, junto ao Caxito, perto da margem esquerda do rio Dande.

No dia 2 de Outubro, o Capitão João de Almeida, depois do meio-dia, seguiu com uma pequena escolta, três oficiais, em canoas até às Mabubas e após o desembarque, na margem esquerda, reconheceram subindo ao longo da margem esquerda até ao amanhecer. O rio tinha muitos rápidos e cachoeiras impossíveis de vencer, correndo encaixado entre duas serras abruptas e quase escavadas. Não encontraram população e o rio num grande espaço não permite a navegação nem o terreno facilita a união dos troços navegáveis. Após o reconhecimento, e em virtude da região a Nordeste ser despovoada, sem água, a patrulha de reconhecimento regressou a Casal para continuar a cumprir o objectivo da coluna.

Os comerciantes de Sassa presentearam a coluna generosamente, especialmente o conde do Alto Dande, tendo sido entregues carregadores que solicitaram ao comandante dos postos de etapas. A coluna retirou para o Casal abastecida para mais cinco dias.

No dia 3 de Outubro de manhã, o Capitão João de Almeida, com um pequeno destacamento deslocou-se à senzala de Cambuale, com a finalidade de a destruir pois servia de abrigo a salteadores do Icau. Na véspera não tinha sido destruída pela interposição de um obstáculo natural, um braço da lagoa Morime. Os indígenas desta senzala tinham fama de ser velhacos e atrevidos pois assaltavam os europeus que navegassem na lagoa (Almeida, 1909).

Havia informações sobre a possível resistência dos indígenas e João de Almeida teve a necessidade de os combater porque senão a coluna teria dois dias de marcha para contornar a senzala. João de Almeida, concentrou as forças no maior segredo, durante a noite, saíndo durante a manhã para atacar a senzala Sote. Não havendo resistência, queimaram as cubatas bem como outra sanzala que estava na proximidade, aprisionando quatro homens.

Em suma concluí-se que apesar de as informações preverem hostilidade por parte dos guerreiros indígenas nada aconteceu. As populações evitaram o combate pondo-se em fuga. Tinham a perspectiva de regressarem ao mesmo local, logo que a força portuguesa se desloque para outra zona da região.

A coluna regressou ao bivaque, na margem do Dande e pelas 13h30 partiu para o Casal, bivacando próximo do rio Ucuá, chegando ao forte do Casal às 13h00 do dia 4 de Outubro. Estas duas marchas, foram muito penosas pela grande distância percorrida, pela falta da água, pela elevada temperatura, mas como foi efectuada em terrenos já percorridos, o cansaço foi ultrapassado pelo rufar constante dos tambores para animar os homens.

3.8. Tentativa de Marchar em direcção ao Cazuangongo

Depois de reconhecida a existência de uma grande faixa deserta e escalvada ao longo do rio Dande e a impossibilidade de navegar a montante das Mabbubas, a coluna tinha como objectivos dominar o dembo Cazuangongo e Ngombe Amuquiama. Pessoalmente, o Capitão João de Almeida preferia dar combate ao Cazuangongo pois era na sua opinião um dos dembos mais aguerridos que gozava de grande prestígio. Provavelmente seria aquele iria oferecer maior resistência à força portuguesa. Informação recolhida após o reconhecimento feito à região.

Outra razão para ir na direcção do Cazuangongo, deve-se ao facto de ficar mais próximo do Casal e também próximo dos postos de etapa situados nas margens do Bengo. Poderia assim ser alcançado em menos tempo com a coluna a chegar ao local menos fatigada e melhor aprovisionada face aos poucos carregadores disponíveis.

Para reforçar a decisão de marchar na direcção do Cazuangongo, surgiu o Major de segunda linha, Pedro Faria de Sousa que se ofereceu para guia, dizendo-se perfeito conhecedor dos

terrenos a percorrer. Por outro lado os guias disponíveis para o dembo Ngombe Amuquiama, negavam conhecer o caminho do Casal para lá, e esta situação criava incerteza na coluna.

Em resumo podemos dizer que o Capitão João de Almeida tenta marchar com o menor risco possível, para a coluna mas no que respeita aos itinerários, tem que confiar nos guias que tem. Decide marchar para o Cazuangongo e antes de avançar, a 5 de Outubro, a coluna descansou. Evacuaram-se os doentes para Luanda e construíram um resistente abatis em volta do forte. Foram nomeados cinquenta e quatro homens para constituírem a guarnição do forte sendo o critério de escolha - os mais cansados e estropiados. Havia muitos indivíduos em más condições, devido não só à falta de treino, bem como às grandes marchas executadas, mas sobretudo à pulga que se metia nos pés causando grandes feridas. A guarnição do posto do posto de Casal ficou comandada por um sargento. O Capitão João de Almeida decidiu, ainda deixar ficar uma metralhadora, todas as cargas de material pesado desde que não fossem necessárias.

A coluna avançou simplesmente com a artilharia, uma metralhadora, o trem de combate, oito dias de víveres, gado vivo para abater, reserva de água. Partiram às 5h40 de dia 6 de Outubro para o Cazuangongo, adoptando a coluna em formação dupla com o respectivo serviço de segurança.

Em resumo, verifica-se que a preparação da coluna para esta campanha foi baseada na experiência do Capitão João de Almeida adquirida no Sul de Angola que não se mostra adequada ao terreno e vegetação da região dos Dembos e daí a necessidade de aligeirar a coluna deixando parte do material no forte do Casal.

A coluna rompe a marcha, mas algum tempo depois o Capitão João de Almeida reconhece que não toma a direcção certa, porque se dirigia ao rio Dande. Chamada a atenção do guia, mudou o rumo mas em breve verificou que a nova direcção também não era a verdadeira.

O guia, Major de segunda linha Sousa diz não se recordar bem do caminho, verificando que os caminhos estão mudados. Sabe que ao passar num morro que aponta ao longe e que três horas antes de se atingir o morro, existe a senzala Cassatola com água em abundância vinda duma ribeira dos lados do Cazuangongo.

Segundo o Capitão João de Almeida, o Major Sousa transitou por aqueles terrenos, em criança, antes da revolta de 1872 e os indígenas mudaram não só os caminhos mas o local de muitas senzalas. O terreno era difícil e aparentemente com uma configuração próxima das informações dadas pelo guia e na esperança de encontrar o caminho a coluna seguiu naquela direcção através do capim, aparecendo uma vereda que foi dado como caminho.

Às 10h00, a coluna chegou a um local onde supunham haver água mas apenas encontraram ravina secas e começaram a aparecer zonas de mato, alternadas com capim que atrasou bastante a marcha da coluna. O terreno começava a ondular.

Às 13h00, quando a coluna atravessou uns pequenos outeiros, rompeu um enorme incêndio, na zona do trem de combate mas o problema foi resolvido porque a coluna rapidamente se concentrou e mudou de direcção, de encontro ao vento. Parados e numa grande agitação, começaram a abrir uma clareira em torno do quadrado e com grande dificuldade, conseguiu-se salvar algumas cargas, tendo para isso alguns homens arriscado a vida. Um autêntico pânico, no meio do qual foi preciso manter a serenidade e energia para a coluna não desaparecer.

O Capitão João de Almeida não conseguiu detectar a origem do incêndio, que tanto podia ter origem num descuido da coluna como poderia ter sido lançado pelos guerreiros indígenas. Impossível foi a coluna continuar a marcha nesse dia poi o incêndio continuou durante o resto do dia e durante a noite, extinguindo-se somente de madrugada.

O morro que o guia afirmava ser o da delegação não era e ficava muito longe e à frente da coluna estendendo-se uma enorme faixa de terreno muito acidentada. Esta discrepância levou o Capitão João de Almeida a duvidar do guia. A água estava a beira de se esgotar e após um pequeno reconhecimento confirmou-se a configuração acidentada do terreno não havendo água. A sua falta iria agravar a dureza da marcha.

Face a estas informações recolhidas no local, o Capitão João de Almeida decidiu voltar ao Casal e tomar a direcção do Ngombe Amuquiama ao longo do rio Ucuá, mesmo a maior distância.

Em resumo, verifica-se que os guias não são fiáveis e que a coluna marcha sem rumo, serpenteando. Não cumpre a missão mas apenas e com grande sacrifício consegue lutar pela sobrevivência, perante a hostilidade do terreno e do clima. Esta situação vem revelar desconhecimento da região por parte da coluna mas também mostra a persistência e a capacidade de continuar a lutar contra a adversidade, com João de Almeida a não desistir de cumprir a missão para a qual a coluna foi constituída.

3.9. Marcha para o Ngombe Amuquiama

Segundo o Capitão João de Almeida, a decisão de marchar para a banza do Ngombe Amuquiama foi a mais acertada. O rumo tomado nunca levaria a coluna para o Cazuangongo mas sim ao seu aniquilamento e em 7 de Outubro a coluna regressou ao Casal onde foi comer o rancho da manhã.

“Secretaria Geral do Governo

Telegrama

Zenza, 19, 9,20 noite

Governador-geral – Loanda

Dia 6 – Marchamos direcção cazuangongo levando guia Major 2ª linha Sousa dizendo conhecer caminho este não foi encontrado (...)

Dia 7 – seguimos direcção Banza N’Gombe Amuquiama chegando 8 no Uerra onde estava concentrado gentio Quillengues e algum N’Gombe e Amuquiama que batemos sem perdas apoderando-nos bastantes víveres. (...)

Em 13 bivacamos Pango Aluquem (...)

Em 14 entramos terras Cazuangongo.

Terreno muito ravinado montanhoso tendo galgado diferenças nível 400 metros n’uma rampa única sendo material artilharia passado constantemente braços. (...)

Columna marchou debaixo fogo continuo dias 15, 16 e 17 sendo atacada toda sua extensão. (...)

Tivemos um soldado europeu e 3 indigenas mortos 17 europeus feridos (...)

Hoje reabasteço columna amanhã libertado impedimento marchu sobre Banza.

Peço sejam enviados 12:000 cartuchos Kropatschek e 12:000 M.H. para estação caminho ferro Zenza Itombe.

Delegação dos Dembos, 17 de Outubro de 1907.

= João de Almeida, Capitão.

(...)” (GGPA, 1907f, p.443).

Com estes avanços e recuos a coluna, perdeu dois de alimentação, além dos gastos de munições das espingardas Martini Henry³⁷ e Kropatschek. A ida ao Ngombe Amuquiama, implicava que a coluna precisava de dez dias de víveres até reabastecer num posto de etapas. Perante esta situação, o Capitão João de Almeida ordenou a uma secção de carregadores, escoltada, com um guia, sob o comando do sargento Rebocho fosse buscar alimentos e depois deveria seguir em direcção da coluna.

Descansando até às 14h00, a coluna partiu logo a seguir para o Ngombe Amuquiama, em direcção ao rio Ucuá, tomando um caminho conhecido, marchando nesse dia doze quilómetros, devastando as lavras e senzalas encontradas. A 8 de Outubro, a coluna prosseguiu a marcha pelas 5h00, com a mesma formação e dispositivo de segurança. Aprisionaram numa senzala distante alguns quilómetros do rio Ucuá, duas mulheres e um rapaz que informaram a coluna sobre o dembo Sala Mubemba estar com a maioria da sua população concentrada nas margens do rio Ucuá.

Pelas 13h00, a coluna avistou o rio e encontram duas grandes massas inimigas na margem oposta. Grupos mais pequenos no cimo dos cabeços e alguns na margem, onde estava a coluna. As patrulhas saíram da coluna e ao aproximarem-se foram recebidos com tiros dos pequenos grupos que passaram logo para a margem direita. A coluna avançou e ao ficar com

³⁷ Ver Anexos R e S, Fotografia da espingarda Martini Henry, pp.125-126.

o alcance adequado, o Capitão João de Almeida, ordenou a colocação em linha de dois pelotões da guarda avançada e uma das peças em bateria, com os guerreiros indígenas a iniciarem o fogo sobre a coluna, mas ao fim de algumas descargas da guarda avançada e dois tiros de peça, o inimigo fugiu. A coluna ainda tentou persegui-los mas o terreno não permitiu o desenvolvimento da marcha da cavalaria.

A coluna transpôs o rio a vau, sem problemas e bivacou na margem direita numa pequena explanada. O Capitão João de Almeida ordenou que uma patrulha reconhecesse o terreno à volta tendo encontrado grande quantidade de cabras, porcos, galinhas, feijão, milho, fava e outros objectos, abandonados pelos indígenas na fuga.

Após estabelecido o bivaque, um posto à cossaca foi atacado por um grupo de indígenas que reagiu tendo ficado dois indígenas caídos, um morto e outro gravemente ferido. O ferido foi transportado para o quadrado, e disse em português, que era desertor, natural de Moçambique, informando que um grupo procurava impedir que a coluna passasse o rio. Que o grupo de indígenas era constituído em parte por guerreiros do Ngombe Amuquiama mas quando se lhe pediu mais informações não respondeu e acabou por morrer.

Perante estas informações, o Capitão João de Almeida, no dia seguinte, expediu uma carta ao Ngombe Amuquiama, comunicando-lhe a aproximação da coluna e os fins pacíficos que a moviam caso fossem recebidos amigavelmente. Tal como o Tenente-Coronel Gomes de Almeida em 1872, também João de Almeida enviou uma carta ao dembo Ngombe Amuquiama a referir os fins pacíficos da coluna.

No dia seguinte a coluna prosseguiu a marcha ao longo do rio Ucuá através de zonas despovoadas, agrestes e com muitas ravinas tendo bivacado nas terras do Ngombe Amuquiama, no morro Buto³⁸. As primeiras senzalas estavam completamente desertas e apenas numa delas ficou a familiar de um ex-soldado que se apresentou perante a coluna.

No dia 10 de Outubro a coluna foi bivacar no morro Quilomingo. As marchas efectuadas nos dois últimos dias foram muito penosas e fatigantes com a coluna, a percorrer trinta e quatro quilómetros, por um carreiro em que era preciso cortar mato e cavar ribanceiras para passagem dos solípedes e carregadores.

No dia 11 de Outubro, a coluna deixou o vale do rio Ucuá e dirigiu-se para uma região mais montanhosa, muito coberta de vegetação e extremamente povoada. A população indígena, aguardava ordens do dembo, estando concentrada, numa das primeiras senzalas para a hipótese de resistir à coluna.

³⁸ Ver Anexo AI, Mapa da região Central dos Dembos, p140.

Apareceram os macotas³⁹ que vieram ao encontro da coluna e por ordem do dembo marcharam toda a noite a fim de fazerem uma recepção amigável à coluna. Vinham da banza e partiram logo que souberam da carta do Capitão João de Almeida e traziam consigo um ofício para o comandante da coluna. Deram as boas vindas à coluna e isso possibilitou que logo na primeira senzala que a coluna encontrou, descansasse. Foram pedidos géneros que foram prontamente satisfeitos, as populações mostravam-se contentes e era vontade deles não haver guerra.

Em 12 de Outubro, a coluna chegou à banza São Silvestre do Ngombe Amuquiama, uma enorme senzala, que para lá chegar foi preciso fazer uma marcha muito dura. Para avançar três quilómetros foi necessárias quatro horas pois os terrenos eram excessivamente acidentados, com muitas ravinas, cobertos de frondosas matas, precisando-se abrir caminho, cavar degraus nas encostas para a coluna poder passar. Outro obstáculo, eram as frequentes linhas de água, quase sempre lodosas, que apresentavam elevada dificuldade para a coluna forçando a grandes demoras.

Em suma, as populações indígenas estão organizadas socialmente, hierarquizadas, recebendo ordens do dembo, com este a localizar a banza em zonas de terreno quase inacessíveis, mostrando inteligência na ocupação do terreno.

Depois de bivacar, João de Almeida esperava a visita do dembo com todos os seus macotas, para prestar vassalagem, contudo só apareceram os macotas. O dembo não apareceu e mandou dizer que não podia vir cumprimentar João de Almeida por estar ainda há pouco tempo no poder pois ainda não teriam decorrido todas as prescrições para se apresentar em público (Almeida, 1909).

Desconfiando, da situação o Capitão João de Almeida quis ir ter com o dembo mas disseram-lhe os macotas que estava fora da banza. João de Almeida, não satisfeito com a situação, intimou o dembo para que se apresentasse e caso não o fizesse seria-lhe feito guerra e construído um forte na sua banza. João de Almeida receava que com esta forma de actuação o dembo pretendesse evitar a vassalagem e não o quisesse mostrar, perante o seu povo.

Durante a tarde os macotas entregaram a contribuição de guerra, víveres e animais para alimentação conforme pedido. Durante a noite o Capitão João de Almeida, recebeu várias cartas do dembo, manifestando a sua submissão e amizade, continuando a afirmar que não podia apresentar-se.

³⁹ Conselheiros do dembo

A coluna tinha conseguido os objectivos, não sendo vantajoso permanecer e por causa da alimentação convinha sair o mais depressa possível. João de Almeida marcou a data de partida para o dia seguinte.

Às 6h15 do dia 13 de Outubro, como o dembo não apareceu, decidiu o Capitão João de Almeida prender dezanove macotas e pessoas da hierarquia do dembo e como reféns acompanharam a coluna para o Pango Aluquem. Não foram adoptadas medidas mais enérgicas porque à retaguarda da coluna vinha uma escolta com carregadores sobre os quais poderiam os guerreiros deste dembo exercer algum tipo de vingança.

Segundo o Capitão João de Almeida, mais tarde soube o verdadeiro motivo da não apresentação do dembo por ter receio de ser preso e enviado para Luanda e destituído do poder.

Em suma, o dembo furtou-se ao acto de vassalagem, usando de um estratagema muito comum aos poderes africanos nesta região – o envio de cartas a protestar vassalagem sem ter que o fazer pessoalmente ao comandante da força portuguesa e perante o seu povo. A força portuguesa acaba por aceitar, por falta de força, falta de vontade, não ficando este submetido à autoridade portuguesa perante o seu povo, reforçando a sua autonomia. Compreende-se que estes povos não quisessem a guerra, pois apesar da superioridade numérica, o seu armamento era arcaico perante o armamento utilizado pela coluna.

No Pango Aluquem a coluna foi recebida festivamente, e na entrada estavam indígenas com bandeiras brancas, entrando de imediato em diálogo com a coluna. Informaram que eram enviados pelo dembo que não queria a guerra. Mais à frente encontrava-se uma multidão de indígenas, com bandeiras e uma música com grande variedade de instrumentos de metal que gritavam vivas entusiásticas à aproximação da coluna, acompanhando-os até ao local de bivaque, montado às 18h00 na senzala.

A marcha para chegar a esta banza, também foi muito lenta e penosa devido ao grande número de obstáculos que foi necessário ultrapassar. Nesse dia ainda, apresentou-se o dembo, com o seu séquito para prestar vassalagem e face à forma como a coluna foi recebida e após a vassalagem nada havia a fazer. O Capitão João de Almeida dá ordem de marcha para as terras do Cazuangongo.

Na manhã seguinte a coluna recebeu o resto da contribuição de guerra pedido, não podendo ser aproveitada pela coluna pela falta de carregadores. Apesar da boa vontade do dembo não foi possível fornecer mão-de-obra pois quando se constou da requisição logo se puseram em fuga, dizendo que tinham receio do Cazuangongo.

Em suma, este dembo de menos importância hierárquica no conjunto dos poderes Africanos da região dos dembos, recebeu a coluna e prestou vassalagem, não significando contudo submissão efectiva, pois quando foi necessária mão-de-obra para transportar as cargas não foram cedidos.

3.10. Marchas para as terras do Cazuangongo

As informações recolhidas no bivaque de Benza Cahaça, do Pango Aluquem, apontavam para que o dembo Cazuangongo estava disposto a resistir. Tinha reunido os seus guerreiros com os do Gimbo Aluquem⁴⁰ e a de muitos outros dembos para Norte e Leste (Almeida, 1909).

Mais informaram os guias que a banza deste dembo estava à distância de três ou quatro horas que o terreno na direcção do objectivo se apresentavae muito montanhoso e coberto. Por isso os animais e cargas pesadas iriam aumentar grandemente as dificuldades da marcha e face a estas informações o Capitão João de Almeida pensou em deixar para trás o material pesado. Avançar apenas com uma coluna aligeirada e atacar rapidamente a banza do Cazuangongo. Conquistá-la e regressar para estabelecer um posto no local mais adequado, dando ordens nesse sentido. Pensando melhor o Capitão João de Almeida decidiu avançar com toda a coluna.

A coluna sabia que a banza ficava num contraforte que se desprendia para sudeste de uma grande serra que estava à frente da coluna e avistava-se também uma enorme montanha, havendo contradição entre o dito pelos guias e o que era avistado. Mais uma vez os guias enganavam o Capitão João de Almeida.

A 13 de Outubro, à noite, a coluna conseguiu obter dois indígenas que se diziam conhecedores da região onde a coluna ia penetrar, visto que habitualmente iam comerciar a Calunga. Os guias dormiram numa cubata junto ao bivaque da coluna mas de madrugada fugiram. A muito custo foi capturado outro indígena que dizia conhecer o caminho para a delegação.

Em suma, a marcha da coluna tornava-se mais perigosa cada vez que fugiam os guias, que eram capturados. Num terreno acidentado e arborizado, cheio de armadilhas, não era de todo conveniente errar o rumo e a tarefa desempenhada pelos guias poderia determinar o sucesso ou insucesso do cumprimento da missão por parte da coluna.

A coluna rompeu a marcha pelas 5h30 e uma hora depois penetrava nas terras do Cazuangongo com as populações indígenas a abandonarem as povoações para fugirem à

⁴⁰ Gimbo Aluquem, também conhecido por Jimbo Aluquem

guerra. Marchavam em sentido oposto, para oeste, procurando refugiar-se no Pango Aluquem e durante o deslocamento as populações evitaram o contacto com a coluna.

No início a marcha foi fácil, devido às veredas que ligavam as lavras e senzalas estarem muito trilhadas mas rapidamente, o terreno apresentava-se muito acidentado e montanhoso, coberto de intensos matos virgens, de árvores frondosas entrelaçadas de trepadeiras. O caminho quase desapareceu e tornou-se tremendamente fatigante.

No sopé da grande serra de Quissaca, para transpor a linha de água, foi necessário empregar muita energia pois as margens eram lodosas e a subida da serra teve que ser sistematicamente aberta em ziguezague, cavando-se degraus para os cavalos e muares poderem passar. As cargas tinham que ser apeadas e transportadas à mão e a coluna, só pelas 16h00, consegui ultrapassar o vértice da montanha, sempre a trabalhar sem descanso.

Em suma, uma coluna demasiado pesada para este tipo de terreno vem mostrar uma escolha errada e um planeamento feito com base em pressupostos incorrectos. Só para transportar o material a coluna ficava esgotada não tendo força para enfrentar os guerreiros indígenas, caso tivessem decidido atacar nesta fase.

Contudo se a subida foi fatigante a descida tornou-se ainda mais penosa, devido aos declives abruptos, ravinas, cortes a prumo, precipícios sem fim. Foi necessário transportar o material à força de braços, arrastado e outras vezes içado, com o auxílio de cordas e de árvores. Também os homens tinham grande dificuldade em descer e para não cair agarravam-se às trepadeiras e arbustos existentes. Os solípedes tiveram que ser içados e amarrados, senão rolariam encosta abaixo.

Pelas 18h30, a coluna ainda não tinha terminado a descida, como a noite chegou, montou-se o bivaque junto a uma linha de água. O rio Buege, que corria da montanha, precipitando-se em enormes quedas. Para montar o quadrado foi necessário abrir uma clareira que contudo não obedecia às regras de instalação e segurança. Durante a noite foi extremamente difícil e cheia de cuidados. O serviço de rondas dos graduados não conseguia manter vigilantes as vedetas, devido ao grande cansaço acumulado, na subida e descida da serra. Correndo o risco de ser atacado o quadrado, pois os indícios mostravam que os guerreiros indígenas estariam próximo podendo atacar a qualquer momento.

Para agravar a situação, os rancheiros europeus, condenados, desertaram sobre a madrugada. Levaram os géneros que deviam ser cozinhados para o rancho da manhã, numa altura que não havia possibilidade de cozinhar outros, tendo inclusive levado os últimos temperos, que a coluna já havia pedido, mas que ainda não foram entregues, o que preocupava o comandante da coluna.

Em suma, mais uma vez se verifica que a coluna estava demasiada pesada para enfrentar terreno tão acidentado, com a agravante de soldados europeus, condenados, desertarem levando géneros de primeira necessidade e o reabastecimento não funcionar. Contudo o Capitão João de Almeida maximiza o tempo para marchar, começando sempre bem pela madrugada e terminado ao lusco-fusco.

3.11. Combates na Cabaça

Pelas 4h30 do dia 15 de outubro, a coluna iniciou a descida da parte da encosta que faltava chegando a um vale, relativamente estreito, de encostas elevadíssimas, no qual corre o rio Colume, afluente do rio Quiulo⁴¹. O vale nasce de forma abrupta da serra, com alguns quilómetros de extensão e apresenta um pequeno estrangulamento a meio e outro mais pronunciado no extremo. As margens do rio, na parte mais larga, estão cobertas de erva, caniço e lavras, o restante, mata fechada impenetrável e escarpados de rocha.

No vale existem algumas senzalas, as mais importantes, a do Colume e Hesso, esta situada já no alto para Sul onde existiu, no passado, uma fazenda de um europeu, designada Santa Teresa, que foi destruída na revolta de 1872, tendo sido também trucidado o seu proprietário, como era voz corrente no meio dos indígenas. Sobreviveu a filha do fazendeiro, que mais tarde foi levada para o Cazuangongo onde viveu como moleca (criada) (Almeida, 1909).

O vale do Colume desemboca noutra maior onde corre o rio Quiulo e logo que a coluna apareceu na embocadura do vale, os guerreiros indígenas, colocados estrategicamente nos flancos, rompeu em grande gritaria. Ameaçavam, dirigindo insultos obscenos, alguns em português, como por exemplo, *“caíram na cabaça, daqui ninguém sai, ficam cá todos, rendam-se e ficam cá como muleques.”* (Almeida, 1909,p.46).

Logo que a coluna chegou às lavras, a cavalaria montou e prosseguiram a marcha, passando para a margem direita do rio Colume com os guerreiros indígenas, de dentro da mata, a dispararem alguns tiros sobre a guarda avançada, ao que esta respondeu. Terminada a passagem continuou-se a marcha e rapidamente o fogo inimigo se generalizou, e a cavalaria ao atingir a senzala foi obrigada a retirar pois tinha quatro cavalos feridos. O cavalo do Capitão João de Almeida também foi ferido, atingido na garupa do lado direito.

O mato tornou-se tão denso e emaranhado que era impossível marchar a cavalo e até para os animais de carga, foi necessário abrir um túnel no arvoredo. A cavalaria apeou e posicionou-se na retaguarda do trem de combate.

⁴¹ Ver Anexo AI, Mapa da Região Central dos Dembos, p.140.

Em suma, os guerreiros indígenas esperaram que a coluna marchasse no terreno e vegetação, muito difícil, não permitindo que a coluna adoptasse o dispositivo de combate e ao mesmo tempo a cavalaria teve que apeiar, levando o inimigo a lançar o ataque. Com a cavalaria apeada a vantagem da força portuguesa reduzia-se significativamente, ficando mais limitada no fogo e movimento.

A guarda avançada iniciou o fogo, com descargas na frente e direita, passando a coluna novamente o rio e prosseguindo o avanço e às 9h00, estava a senzala dominada. A subida foi muito difícil e morosa devido aos equídeos não terem caminho. Retomada a marcha, a coluna é repentinamente atacada em toda a sua amplitude com a coluna muito alongada, um quilómetro e meio de extensão porque marchava em coluna por um. Reagindo o Capitão João de Almeida ordenou que a coluna se concentrasse e os pelotões adoptavam a coluna a dois, fazendo cada fila descargas cadenciadas para os lados, sempre a marchar e fechando a frente. A guarda avançada varria a frente e os sapadores abriam e alargavam o caminho, havendo a esperança de encontrar uma clareira para montar o quadrado para mais facilmente bater o inimigo, obrigando a dispersar (Almeida, 1909).

Surgiram os primeiros mortos e feridos, na guarda avançada e a morte de um soldado landim que caiu com a carótida atravessada por uma bala e um corneteiro europeu de polícia que jaziam num lago de sangue impressionou excepcionalmente os restantes soldados. Como consequência o fogo tornou-se desordenado. Reagindo mais uma vez, o Capitão João de Almeida, ordenou categoricamente e austeramente, alto ao fogo e toque a cessar-fogo. Perante esta ordem de cessar-fogo, João de Almeida dá nova ordem e o fogo restabeleceu-se e as descargas voltaram a ser regulares.

A coluna fez alto, os guerreiros indígenas abrandaram o fogo e a escolta do comboio foi rendida por um pelotão europeu. O pelotão independente, constituído maioritariamente por praças de segunda linha, estava desorganizado e tinham também caído mortos alguns carregadores com o inimigo a perseguir a retaguarda com a mesma intensidade com que atacavam qualquer ponto da coluna.

Tratados os feridos e montados em tipóias, os que não podiam mover-se, a coluna avançou novamente, aumentando de imediato a intensidade do fogo inimigo. Os guerreiros indígenas chegaram a disparar as espingardas a quatro ou cinco metros da coluna.

Em suma, o terreno, foi judiciosamente aproveitado pelo inimigo, permitindo-lhes efectuar disparos à queima-roupa e a curtas distância. Só não houve mais mortos na coluna porque os indígenas usavam armamento arcaico, especialmente vocacionado para a caça.

Da coluna não era possível observar o inimigo, pois o mato era tão cerrado que permitia uma perfeita ocultação. Continuando a marcha, o Capitão João de Almeida ordenou aumentar o número de patrulhas nos flancos, constituindo cordões de atiradores. Rastejando pelo mato adentro permitiram diminuir as dificuldades da marcha da coluna, aumentando a segurança.

Estas patrulhas eram lançadas depois da guarda avançada ter varrido o mato com descargas de fogo e eram substituídas, conforme outras fracções chegavam à frente. A coluna saiu da cabaça pelas 10h00, formando em quadrado numa clareira de capim, junto à margem esquerda do rio Colume. Após reorganizada a coluna e depois de algumas descargas o inimigo cessou fogo e minutos depois chegou ao quadrado a escolta do sargento Rebocho, que vinha de Cabiri, com os carregadores transportando os géneros. Uma chegada feliz porque o inimigo estava entretido com a coluna e não deu pela chegada do carregamento. A chegada também foi oportuna, porque quase não havia víveres, sendo de imediato distribuído uma ração fria às praças, mais o descanso de uma hora.

Em suma, o terreno muito acidentado, vegetação muito densa, que favoreciam claramente o inimigo que se aproximava da coluna porque o seu armamento era antiquado, com pouca precisão, baixa velocidade de tiro e só podia ser rentabilizado a curta distância.

3.12. Combate do rio Quiulo

O combate do Colume forçou a um consumo exagerado de munições e a coluna marchando a dois ou em coluna por um ficava demasiada longa sendo impossível aos oficiais terem os seus pelotões controlados e exercerem a disciplina de fogo. Mas como o alcance das armas dos guerreiros indígenas era reduzido, bastava manter uma zona de 60 metros dos lados, e como a espingarda de repetição Kropatschek tinha grande velocidade de tiro, exigia poucos homens para esta função.

Para cumprir esta modalidade de segurança, João de Almeida determinou que cada pelotão escolhesse 10 atiradores que marchariam à frente dos respectivos pelotões sob o comando directo dos respectivos comandantes, sustentando o fogo. Os restantes homens formados em duas fileiras sob o comando dos sargentos, só disparariam à ordem dos comandantes de pelotão ou à ordem do comandante da coluna, caso houvesse um ataque mais impetuoso, ou grande densidade de fogos da parte do inimigo que acabou por acontecer, mas as descargas efectuaram-se por pelotões. Os restantes graduados teriam como missão evitar que os soldados fizessem fogo desordenadamente e obrigá-los a cerrar sobre a frente.

João de Almeida também ordenou, a divisão dos carregadores em vários grupos, intercalando-os entre pelotões. Esta disposição de marcha tinha como finalidade evitar que a coluna tivesse grandes intervalos sem apoio de fogos, sobre os quais o inimigo pudesse aproveitar para interromper e separar a coluna em vários troços.

Pelas 11h45, a coluna rompeu novamente a marcha com os guerreiros indígenas, a verificar que a coluna estava extensa iniciando o fogo sobre todo o seu comprimento. A coluna cruzou novamente o Colume para a margem direita, passando por uma senzala, que de imediato foi incendiada e tomada, chegando pouco depois ao rio Quiulo. Este rio, apresentava, margens pantanosas o que provocou demora na passagem para o outro extremo, sendo preciso preparar a estrutura de passagem.

Primeiramente atravessou a guarda avançada, a vau, sob fogo do inimigo e formou um arco de atiradores com os extremos apoiados na margem esquerda. A passagem da guarda avançada foi protegida pela artilharia e por dois pelotões que limparam a margem oposta com descargas.

Na margem direita, três pelotões ocuparam o terreno, ficando completamente protegidos os homens encarregados da preparação da passagem. Construiu-se uma grande camuflagem, com ramagem e troncos, cobrindo tudo com uma camada de capim e torrões.

Em suma, o terreno em conjugação com o fogo inimigo, apesar de reduzido, constituía-se como um grande obstáculo à marcha da coluna. Não houve ocupação do território indígena mas apenas destruição das senzalas.

Sobre o leito do rio construiu-se uma pequena ponte de cavaletes de um metro de largura, passando os equídeos descarregados e as cargas foram transportadas pelos carregadores. Depois de tudo ter transposto, atravessou por último a guarda da retaguarda sob a protecção de dois pelotões.

Após a transposição, a coluna reorganizou-se e bivacou a um quilómetro de distância e como a noite avançava e a leitura do terreno, levava a crer que não haveria água numa curta distância, a coluna imobilizou e os guerreiros indígenas, cessaram o fogo. Uma escolta deslocou-se ao rio para buscar água para o rancho regressando sem ser atingida pelo fogo inimigo. Dia 16, pelas 5h00, a coluna deixou o bivaque e 10 minutos depois foi atacada em toda extensão, com fogo inimigo mais intenso que na noite anterior.

Em suma, o inimigo vigia a coluna, não atacando quando estão em bivaque, com o quadrado montado mas logo que inicie a marcha fazem fogo a fim de flagelarem, fustigarem, desgastarem a coluna.

A coluna continua a adoptar a mesma disposição de marcha do dia anterior, mas com os pelotões alternados, avançando lentamente, tendo de parar para responder ao fogo inimigo, com descargas de pelotão. O mato apresentava-se muito cerrado e árvores derrubadas constituíam obstáculo no pequeno caminho utilizado pelas populações indígenas.

Para aumentar a dificuldade da marcha, chovia, desde madrugada, o terreno argiloso tornava-se escorregadio com os elementos da coluna e gado cavalari a caírem frequentemente nos barrancos, nas subidas e descidas provocando a paragem sistemática da coluna.

Era necessário escavar o terreno para a passagem dos muare de baste. As baixas de alguns carregadores, obrigava também a paragens com a necessidade de redistribuir as cargas pelos soldados indígenas ao serviço da autoridade portuguesa.

O mato era muito cerrado, havendo a necessidade de regular a marcha da coluna, determinar paragens e indicar a direcção a seguir, a fim de evitar que uma fracção inadvertidamente fuzilasse forças amigas. Combinaram-se toques de apitos que permitiam alterar a marcha e após o primeiro apito eram repetidos por todos os oficiais. Com este procedimento, João de Almeida controlava a coluna e assegurava-se que não se fraccionaria.

3.13. Combates do Gombe e Imbundo

Pelas 8h00, a coluna chegou perto da senzala Gombe, constituída por cem cubatas e situada num cabeço onde a coluna foi recebida por fogo intenso. A coluna continuou a avançar, concentrando-se e tomando o dispositivo de combate habitual. A guarda avançada, chegada à orla da senzala, tomou a posição de linha e ajoelhou, continuando o fogo. Avançaram mais dois pelotões para apoio, um por cada flanco, prolongando a frente da guarda avançada, em arco envolvendo a senzala com as restantes forças da coluna a aproximaram-se (Almeida, 1909).

Quando a coluna estava suficientemente concentrada, constituída a reserva, rapidamente João de Almeida ordenou que a primeira linha armasse a espingarda com baioneta e carregasse sobre o inimigo da senzala. A primeira linha avançou impetuosamente, atravessou a senzala formando na orla oposta, continuando a varrer o mato com fogo. O inimigo fugiu à frente da primeira linha, fazendo fogo à queima-roupa, escondendo-se nas cubatas, fugindo depois para o mato. Os outros pelotões, conforme chegaram, formaram nos lados constituindo um quadrado. A artilharia, trem de combate, e outras fracções ocuparam posição no centro da senzala e o pelotão do fim da coluna guardou a orla de entrada. A grande maioria do pessoal da coluna aproveitou para descansar mas alguns militares revistaram as cubatas, onde

encontraram animais domésticos e mantimentos. A marcha continuou e a guarda da retaguarda incendiou a senzala.

Em suma, a coluna não capturou, feriu ou abateu nenhum inimigo, fez o saque e incendiou a senzala. A política de terra queimada, não leva ao entendimento das partes em conflito, mas antes agrava as tensões.

A coluna avançou quinhentos metros, e avistaram a senzala do Imbundo, fazendo uma aproximação lenta e sob fogo intenso, provocando bastantes baixas na coluna. Após grande resistência, a coluna tomou esta senzala com o mesmo dispositivo adoptado na tomada da senzala do Gombe.

Depois de ocupada, os guerreiros indígenas, tentaram por duas vezes um contra-ataque. A população indígena era imensa, estando os matos apinhados, havia gente por todos os lados. A tática dos guerreiros indígenas, era de esperar pela melhor oportunidade para atacar a coluna.

A coluna descansou, tratou dos feridos e enterrou os mortos. Os guerreiros indígenas, mostravam-se ousados, não fugindo da coluna, permitindo que fossem feitas descargas de fogo, para um alvo remunerador, provocando grandes perdas ao inimigo.

Na saída da senzala Imbundo, a coluna hesitou no caminho a tomar, marchando por um caminho em direcção a uma cacimba, onde a coluna aproveitou para tomar a ração fria pelas 10h00.

Reiniciada a marcha, a coluna caminhou em direcção novamente à senzala, onde tomou uma nova direcção. Rapidamente ficou tapada numa grande extensão, por enormes árvores derrubadas, obstáculos que contribuíram para que a coluna se perdesse. Com os guias sem rumo, a coluna voltou a desembocar outra vez na senzala do Imbundo.

Em suma, os militares de origem europeia desconheciam a região, muito menos conheciam os caminhos. Os guias, indígenas, ou não colaboravam com a autoridade portuguesa ou também não conheciam o terreno. A falta de rumo provocava grande desgaste na coluna sem obter qualquer resultado mensurável. Acrescentando a tudo isto, os guerreiros indígenas continuavam a desgastar a coluna de uma forma indirecta com o derrube de árvores que dadas as suas dimensões eram obstáculos de grande monta, dificultando grandemente a marcha.

Depois do esforço despendido, a coluna chegou muito cansada à senzala, parou a chuva, mas o fogo inimigo continuava. As perdas eram elevadas, e os feridos que não podiam marchar sobrecarregavam os carregadores disponíveis. Também os muares estavam reduzidos por motivo de morte, necessitando de parar. Havendo condições de defesa e água, a coluna bivacou, pelas 12h30, tendo a coluna montado o dispositivo de segurança habitual, o

quadrado, abrindo campos de tiro e enterrando os mortos segundo os regulamentos. No resto do dia, só muito pontualmente os guerreiros indígenas disparavam sobre as vedetas, não havendo disparos durante a noite. Durante a tarde avançaram as patrulhas de reconhecimento, uma na direcção de um cabeço a leste por indicação do Major Sousa, como se fosse a antiga sede da delegação e ficar no caminho do Cazuangongo, a outra patrulha partiu para sudoeste, mas nenhuma trouxe notícias relevantes (Almeida, 1909).

3.14. Marcha para a Delegação

A coluna a partir do bivaque, na direcção sul avistou um morro que os indígenas afirmavam ser o morro que sinalizava a delegação. O guia e o sargento Rebocho, após reconhecimento, recolheram notícias, da conversa das populações do Pango Aluquem, que os guerreiros indígenas revoltados, tencionavam atacar a delegação e caírem em grande quantidade sobre o posto de etapas de Quinguengues.

Pelas 22h00, apresentou-se à coluna, um soldado móvel de Icolo e Bengo que fazia parte duma escolta de 6 homens que traziam o correio que pelas 12h00 ao ouvirem fogo, pretenderam voltar para trás não o tendo permitido, o 2º cabo móvel Codornica, comandante da coluna, que era seu dever entregar o correio. Caíram em poder do inimigo, escapando apenas o comandante. Abrigou-se no mato onde se ocultou, aguardando pela noite, que aproveitou para rastejar por entre vários grupos de indígenas e conseguiu entrar no quadrado. João de Almeida esperava receber um guia, que vinha com a escolta do correio, não tendo chegado ao destino.

Em suma, este episódio da entrega do correio, revela a fragilidade das comunicações de e para a coluna. Mostra a relutância dos indígenas que se dizem do lado da autoridade portuguesa ou que são forçadas a isso pelos seus chefes, em colaborar. Não só pelo risco que correm ao contrariarem os guerreiros que lutam contra os portugueses mas também por falta de convicção.

Com a perda do correio, estava a coluna desde o dia 7, dia em que partira do Casal sem correio. A partir do massacre da coluna que trazia o correio, João de Almeida ficou bloqueado sem possibilidade de comunicar com o exterior. Esta situação influenciava negativamente a moral das tropas, mais a incerteza na direcção a tomar para atingir a banza do Cazuangongo.

“ Durante 12 dias a coluna esteve isolada, de 6 a 18 de outubro, pois não podia comunicar com ninguém; cercada inteiramente pelo gentio, o qual trucidou duas escoltas de correspondencia enviadas pelo Quartel-general de Loanda e uma das 3 escoltas enviadas por João de Almeida com o fim de se ligar com Loanda pelos postos de etapas...” (Weimar et al, 1927, pp. 41-41).

João de Almeida decidiu marchar para a delegação, descansando a coluna, reabastecendo, e assegurar tratamento dos feridos. A coluna no dia 16 começou a abrir uma picada na direção da delegação, encontrando rapidamente um caminho nessa direção. Iniciou a marcha pelas 5h00 do dia 17 de Outubro e de imediato os guerreiros indígenas ocultos no mato, iniciaram o fogo. Prolongou-se por duas horas, produzindo feridos graves, inclusive o Capitão João de Almeida.

“Neste período tão crítico deu-se o combate na marcha para a Delegação. Quando João de Almeida impelia para a frente uma patrulha é ferido no braço esquerdo com uma bala: ata um lenço e prossegue, até que, á noite, 10 horas depois (!), chama o médico para o pensar” (Weimar et al, 1927, p.42).

Não havia pensos,

“Foi com farrapos de uma saca de açúcar, molhada em má agua, que o comandante foi tratado!” (Weimar et al, 1927, p.42).

O tétano, espalhava-se pela coluna e o Quartel-general, ao receber um relatório, telegrafado, de João de Almeida, determinou o fim das operações, mas as ordens não foram acatadas. Quando à noite João de Almeida foi visto pelo médico,

“O médico respondeu-lhe que podia contar com três dias depois da primeira manifestação de tétano.” (Weimar et al, 1927, pp. 43-44).

Foram mortos ainda dois carregadores, chegando a coluna à delegação às 10h00. Nestes, três dias, a coluna contabilizou 30 baixas, dos quais dois oficiais, mais seis carregadores mortos e bastantes feridos. Por notícias recolhidas, mais tarde, comprovou-se que a coluna foi cercada e atacada durante três dias por mais de doze mil guerreiros indígenas. Guerreiros, oriundos das banzas, do Cazuangongo, Gimbo Aluquem, Zongue, Bombo, Muando, e dos dembos a nordeste, mais Caculo Cahenda e Mussuco⁴².

A coluna prosseguiu, incendiou e ocupou várias senzalas até às margens do rio Lombige. Encontraram pregadas nas árvores despojos dos muares mortos, mais polainas, pedaços do fato de caqui pertencentes aos mortos da coluna que desenterraram. Estes vestígios mostram que os povos dos arredores participaram no combate contra a coluna, tendo sido confirmadas as suspeitas, através da recolha de informações e pelos feridos inimigos encontrados.

A coluna realizou num curto espaço de tempo, marchas sem descanso, passando por várias horas debaixo de fogo inimigo. Contudo todos os dias os seus elementos tomaram uma refeição quente. Também neste três dias em que a coluna esteve debaixo de fogo, pode o

⁴² Mussuco segundo João de Almeida e Mussusso segundo David Magno

Capitão João de Almeida verificar o valor dos seus oficiais que nas situações mais complexas cumpriram o seu dever com entusiasmo sem vacilar.

Em suma, a coluna apesar de marchar sem descanso, debaixo de fogo manteve-se serena. Cumpriu eficientemente as ordens do Capitão João de Almeida, devidamente coadjuvado pelos seus oficiais.

Após a chegada, a Quichona, de imediato, a coluna, estabeleceu comunicação por Quinguengues a Senze do Itombe, estação do comboio a Sul. O Capitão João de Almeida enviou despacho para o Governo-geral, dando ordens para que os géneros avançassem de Zenza do Golungo para Cabungo, porto situado no rio Bengo a jusante. Mandou avançar reserva de Cabiri para a estação do Itombe. Foi montada uma enfermaria no bivaque para tratar dos doentes e feridos.

Em 18 de Outubro de 1907, por ordem do Capitão João de Almeida, deslocou-se, um grupo de carregadores escoltados, ao posto de etapas de Quinguengues buscar géneros. Durante este período a coluna descansou e ao mesmo tempo limpou e consertou o armamento, correame e fardamento.

3.15. Combate do Gimbo Aluquem

A coluna estava bastante cansada precisando de descanso mas também precisava de consertar o vestuário, calçado e equipamento, pois “ *os uniformes vinham todos rotos e alguns europeus marchavam já descalços*” (Almeida, 1909, p.58). Também João de Almeida precisava de descanso e de ser assistido, pois foi ferido mas para não perder ímpeto, não desperdiçar os esforços das últimas marchas e não permitir que os guerreiros indígenas ganhassem alento, decidiu marchar sobre a banza do Cazuangongo a fim de ocupá-la para cumprir um dos objectivos da missão. A coluna marchava já a quatro dias e ainda não tinha alcançado a banza, o que provocava um certo desfalecimento moral nos soldados. Também o acompanhar da coluna por parte guerreiros indígenas, ocultos no mato, em grande número, com ataques permanentes provocando muitas baixas, não favorecia a manutenção do moral das tropas da coluna mas para não perder ritmo, João de Almeida decidiu fazer um último esforço e não parou.

Na localidade procurou guias e como nenhum indígena se mostrasse receptivo invocando diversas desculpas, João de Almeida decidiu levar três homens idosos escolhidos ao acaso para a eventualidade de alguma informação indicarem. A coluna deixou para trás toda a carga e avançou somente com uma peça de artilharia e uma reserva de munições.

Saiu da delegação dia 19 de Outubro de 1907 pelas 06h00 e logo os guerreiros indígenas começaram a alvejar preferencialmente os Oficiais. João de Almeida, ordenou que todos os Oficiais transportassem carabinas kropatschek e suspensórios com cartucheiras, marchando toda a coluna a pé.

Em suma, o aligeirar da coluna surge como uma boa decisão para ultrapassar as dificuldades. A coluna enfrentou um terreno com declives acentuados e muito irregulares, com o acumular do cansaço das longas marchas feitas quase sem descanso provocarm grande desgaste.

A ligeireza da coluna permitiu que a coluna marchasse durante o dia sem ser incomodada pelos guerreiros indígenas, só fizeram fogo à noite no local de bivaque. A coluna tomou a direcção Norte por caminho que pensavam ir na direcção do Cazuangongo. Com grande entusiasmo a coluna assaltou a senzala do Chingo, com o dispositivo utilizado na tomada da senzala do soba Gombe.

Após um pequeno descanso na povoação do Chingo a coluna retomou a marcha debaixo de fogo inimigo. A intensidade do fogo, não afectava a coluna face á mobilidade e ligeireza que os homens mostravam, com elevado ritmo.

Pelas 10h15, a coluna tomou a senzala Quimassa e às 12h00 tomou a senzala Quilemba, com dispositivo semelhante aos últimos assaltos tendo a coluna enfrentado grande resistência do inimigo, que provocou muitas baixas à coluna. Queimada a senzala Quilemba, a coluna avançou em direcção ao morro do Cazuangongo mas o caminho tomado não era o correcto. A coluna foi conduzida a uma cacimba, onde tomaram o rancho frio.

A coluna voltou atrás à senzala e tomou outro caminho, e após alguns minutos de marcha, encontraram uma grande senzala no cimo de um morro tendo a coluna marchado em direcção ao morro, convictos que estavam na direcção da banza Cazuangongo. Face ao aproximar da coluna, os guerreiros indígenas aumentavam o fogo sobre esta. Após ter a coluna avançado um quilómetro, tomaram o dispositivo de ataque. A peça⁴³ de 7cm foi posicionada num pequeno outeiro com campos de tiro para a senzala. A guarda avançada aproximou-se às primeiras cubatas e o pelotão do Alferes Neto avançou pela direita, por uma encosta bastante inclinada, a fim de executar um ataque de flanco. Após as primeiras descargas e ao primeiro tiro da peça de artilharia, os indígenas cessaram o fogo e incendiaram algumas cubatas. Esta acção deixou o Capitão João de Almeida na dúvida, sem saber se seria uma manobra de diversão por parte do inimigo e por isso avançou com cuidado tomou o dispositivo de ataque e ocupou a senzala sem resistência.

⁴³ Ver Anexo AQ, Transporte de peça de 7 cm, p.147.

Perto havia outra senzala que também queimaram sem resistência tendo encontrado mantimentos e diversos objectos de uso doméstico, mais uma escada de 4 degraus que pertencia ao dembo. Verificaram que ocuparam não a banza do cazuangongo mas sim a banza do Gimbo Aluquem.

Em suma, João de Almeida ocupa sucessivamente várias senzalas sem quase resistência. Adoptando quase sempre o mesmo dispositivo, empregando a peça de artilharia que além dos efeitos físicos dos seus projecteis provoca grande efeito moral sobre os indígenas devido ao estrondo do rebentamento dos projecteis. Esta superioridade tecnológica, acompanhada do aligeirar da coluna mostrou ser um processo eficiente, mas sem atingir a banza do Cazuangongo.

3.16. Combate do Cazuangongo

João de Almeida, mais uma vez, interroga os homens trazidos da delegação mas não consegue obter a informação pretendida, pois os indígenas não colaboram. A coluna inicia nova marcha às 6h00 de 20 de Outubro de 1907, por um caminho aparentemente adequado. Ao fim de algum tempo de marcha a coluna vai ter a uma lavra e avistam populares que de imediato se põem em fuga mas ainda conseguiram apanhar uma mulher. Dela obtiveram a informação que existia a partir da lavra uma pequena vereda que constava-lhe que levava à banza do Cazuangongo.

Aceitando a informação como correcta a coluna marchou segundo a vereda indicada e após algum tempo de marcha, através duma encosta coberta de maciços de árvores e pedras, encontraram uma grande rocha. Impedia a continuação da coluna, mas com algum trabalho conseguiram contorná-la, com o custo da vida de uma muar que caiu encosta abaixo rolando no precipício e morrendo. Após este episódio, a coluna continuou a marcha e avistaram a uns dois quilómetros em linha recta, a banza que tinha um grupo de indígenas a fazer observação numas fragas a pequena distância. Toda esta distância desde a lavra foi feita sem guia, conseguindo aproximar a coluna da banza sem serem vistos.

O avanço da coluna era difícil e havia necessidade de ocupar uma posição vantajosa para fazer fogo com a peça de artilharia. Assim, “ *Um pelotão da guarda avançada, rastejando, passou para a frente da crista rochosa do cabeça e a peça, abraços, veio nella tomar posição*” (Almeida, 1909, p.61). De imediato, o pelotão executou uma descarga sobre os indígenas do outeiro próximo e a peça foi disparada sobre a senzala, provocando grande alarido nos indígenas que desapareceram. A peça executou mais dois tiros, mas a posição não permitia verificar os efeitos provocados.

João de Almeida ordenou o avanço da coluna sobre a banza, com os cuidados habituais, não só para não ser surpreendido pelos indígenas, mas também por causa do declive acentuado e irregular do terreno, adicionando ainda a dificuldade causada pelo arvoredado.

Em suma, o terreno acidentado e o arvoredado cerrado, dificulta o movimento da coluna mas também a protege das vistas inimigas permitindo que se aproximasse da banza do Cazuangongo sem serem detectados.

O terreno que ao longe aparentava ser uma encosta, quando a coluna se aproximou, verificou ser uma encosta formada por três degraus, com árvores muito altas e com grandes copas. Quando a coluna chegou à primeira depressão, o caminho estava barrado por enormes árvores derrubadas, extensos abatizes e de repente foram batidos por fogos inimigos, de surpresa e à queima-roupa. A coluna não tentou remover os obstáculos, mas continuou simplesmente a marcha. “*A guarda avançada furou pelo matto, rastejou;*” (Almeida, 1909, p.61). Os restantes elementos da coluna seguiram a guarda avançada sem parar, transportando também a peça de artilharia e após terem vencido este primeiro degrau, encontram outra encosta, mas a coluna não parou, ripostando ao fogo inimigo.

Avistaram as cubatas e a coluna a trezentos metros pára para tomar fôlego, a fim de vencer a última encosta, onde a concentração de indígenas é maior com o fogo inimigo a ser mais intenso, mostrando um último esforço para defenderem este lugar. Mesmo assim, a coluna não se deteve.

Avançou pelo meio do mato, até à orla da senzala, fazendo uma pequena paragem para concentrar e coordenar a linha de ataque para lançar o assalto. “...à *minha voz caímos á bayoneta sobre ella*” (Almeida, 1909, p.62). Perante a proximidade da coluna, os indígenas chegaram fogo às cubatas, mas o assalto foi lançado à mesma, nada detendo a carga e os soldados só pararam na orla oposta. Os outros pelotões chegaram depois e também carregaram sobre a senzala, uns pela direita, outros pela esquerda contribuindo para a tomada da senzala.

Por último, a peça e a guarda da retaguarda também chegam ocupando toda a orla da povoação e a banza do Cazuangongo estava conquistada⁴⁴. Os guerreiros indígenas ainda contra-atacaram pelo lado oeste, pelas 14h30, mas o elevado moral das tropas da coluna, não permitiu que tivessem êxito. A satisfação era grande, existia a sensação de dever cumprido.

João de Almeida decidiu hastear a bandeira numa árvore e prestar as honras regulamentares. Toque de sentido, braço armas, continência à bandeira com as cornetas a tocarem os sons

⁴⁴ Também conhecida por banza de Santo António de Lisboa

regulamentares e a peça a executar tiros de salva. Tudo isto como comemoração do cumprimento da missão.

Fazendo um balanço da missão, pergunta João de Almeida, “*Sem duvida acabavamos todos de nos cobrir de gloria, mas porque preço?*” (Almeida, 1909, p.63).

Em suma, a coluna teve que executar penosas marchas, sistematicamente debaixo de fogo inimigo. Teve muitas baixas, particularmente de soldados indígenas e carregadores. O terreno e a vegetação da região apresentaram grandes variações, desde áreas áridas e estéreis, até a áreas cobertas por vegetação cerrada e luxuriante plantada em terrenos montanhosos e acidentados, sem qualquer aberta para ver o céu. Adicionando aos factores da geografia, o cansaço, a sede, a fome, o incêndio provocado, o fogo inimigo e as emboscadas, contribuíram para aumentar as dificuldades da coluna. Por outro lado, o inimigo, beneficiava do conhecimento que tinha do terreno, podendo a qualquer momento, flagelar, desgastar a coluna. Além de todos estes obstáculos, a coluna também não conseguiu obter a colaboração dos indígenas para navegarem no terreno sem perder tempo a tentar descobrir o caminho para as banzas.

A bandeira subiu ao topo, os guerreiros indígenas, dispararam na sua direcção e de imediato um dos pelotões da coluna ripostou com uma descarga, sobre o inimigo. A coluna instalou-se e bivacou na banza conquistada, aproveitando os objectos abandonados pelos indígenas na fuga mas não foi possível recolher objectos e manuscritos. Os indígenas antes da fuga ataçaram fogo às cubatas, destruindo a arca do dembo que possuía um arquivo, provavelmente interessante. A coluna recolheu, apenas, armas velhas, baionetas, cornetas e outros objectos, mais uma pequena peça de ferro rebentada pelo meio, que fora tomada na revolta de 1872.

“Telegrama

(...) Dia 20 marchamos sobre Banza Cazuangongo (...)

Dia 21 tomamos Banza Cazuangongo, marchas 20 e 21 feitos debaixo de fogo intenso, (...)

Tivemos um indígena morto, 4 europeus feridos, 4 indigenas, um official de 2ª linha Major Sousa. (...)

Delegação dos Dembos, 21 de Outubro de 1907

SECRETARIA MILITAR

1ª REPARTIÇÃO

ORDEM A GUARNIÇÃO

Que em virtude do telegramma precedente se observe hoje o seguinte como demonstração de regosijo:

- a) Que nos quartéis e mais estabelecimentos seja içada a bandeira nacional desde o nascer do sol ate ao seu occaso.*
- b) Que os mesmos quartéis e estabelecimentos illuminem á noite.*
- c) Que o serviço de guarnição seja feito de grande uniforme.*
- d) Que a fortaleza de S. Miguel dê uma salva de 21 tiros ao meio dia.*

e) *Que os ranchos sejam melhorados.*

Quartel-general em Loanda, 24 de Outubro de 1907

= O Chefe de Estado-Maior, Aloysio Augusto Marques Caldeira, Tenente Coronel”
(GGPA, 1907f, p.444).

A notícia chegou a Lisboa:

“TELEGRAMAS

Lisboa, 22-10-07

Governador-geral – Loanda

Recebidos com maior satisfação noticias gloriosas operações Dembos aceite minhas calorosas felicitações que peço transmittir columna e seu heróico chefe, cujo restabelecimento muito desejo. = Presidente do conselho.

Lisboa, 20-10-07, ás 5,30 t

Governador – Loanda

Felicito v. ex^a bom resultado operações Dembos desejo boas noticias commamdante e feridos faço votos completos subjugação região. = Ministro marinha.

Lisboa, 21-10-07, ás 9,50 t

Governador – Loanda

Sua Magestade a Rainha encarrega-me de felicitar em seu Real nome v. ex^a e Capitão João de Almeida por mais este valoroso feito nossas armas. = Ministro” (GGPA, 1907g, p.455).

João de Almeida, apresentado aos alunos da Escola do Exército, como exemplo a seguir:

“TELEGRAMAS

Lisboa, 30-10-1907

Hoje na sessão solemne de abertura da Escola Exercito El-Rei discursando apontou como brilhantes exemplos a serem seguidos pelos alumnos, os heroes que ali acabam de cobir-se de gloria as quaes fez uma saudação dizendo, que bem merecem da Pátria. Rogo transmitta commandante das columnas – Ministro da guerra.” (GGPA, 1907g, p.455).

3.17. Construção do Forte De Maravila

Com a conquista da banza do Cazuangongo, foi necessário, ocupar o território sendo preciso construir uma fortificação. Após observação, João de Almeida decidiu construir a fortificação no morro de Maravila, junto à banza Gimbo Aluquem. Os critérios de escolha, Maravila centro duma região muito fértil e povoada, nó de comunicações dos portos de Zenza com zonas fronteiras, tendo ligação com o antigo caminho que ligava, Casal, Cassatola, Canguem e Sassa, e no passado existiu uma patrulha de comunicação (Almeida, 1909).

Depois da escolha do local do futuro forte João de Almeida, a coluna retirou pelas 5h30 de 21 Outubro, deslocando-se para a senzala Quilemba. Ordenou aos pelotões dos Alferes Monteiro e Tavares que com a peça de 7cm e os sapadores nesse dia fossem iniciar a construção do forte João de Almeida.

A coluna continuou a sua marcha em direcção à delegação tendo chegado pelas 18h00. Durante o trajecto de marcha, até à delegação, o inimigo não incomodou a coluna, apenas se limitou a avisar da passagem para poderem fugir. Segundo João de Almeida, o inimigo, tinha perdido a força moral e a partir de agora, era necessário ocupar a região através da construção de fortificações, promovendo a apresentação das populações ou em alternativa, destruir as povoações e lavras, castigando todos os povos rebeldes até terminarem as resistências.

Em 22 de Outubro, os pelotões nomeados para a construção do forte foram substituídos. Os carregadores foram a Quinguengues buscar víveres e material que chegaram em 23, à delegação.

A coluna, em 24, marchou para o morro de Maravilla. O transporte dos víveres concentrados em Cabungo, vindos desde Zenza do Golungo e de Quinguengues, avançou para o forte com fluidez.

3.18. Combate com os sobas Zongue e Muando

Em 25 de Outubro, João de Almeida, avançou com parte da coluna para combater os sobas Zongue, Bambe e Muando que tinham ajudado o dembo Cazuangongo. Após intimidação não se apresentaram, sendo também os principais salteadores da margem esquerda do Zenza que ainda à pouco tempo tinham amarrado gente fiel à autoridade portuguesa.

Forte Maravilla, 26-10-907

Governador-geral – Loanda

Continua construção. Concentração viveres e material. Dia 25 batemos sobas Zongue, Bamba e Muando queimando-lhes sanzalas que offereceram resistência. Tivemos dois europeus feridos e um indígena. Estes sobas eram os que faziam amarrações povos submissos margem esquerda do Zenza gentio esta região constitui quasi todo desertores serviçaes fugidos.

Ainda nenhum se apresentou apesar meu convite.

- João de Almeida, Capitão.

Forte Maravilla, 28-10-907

Governador-geral – Loanda

Construída enfermaria doentes todos em via restabelecimento. Temos arrazado restantes sanzallas Cazuangongo todas com resistência sendo hoje dois europeus feridos, dois indígenas e Alferes Netto sem gravidade – João de Almeida, Capitão.” (GGPA, 1907h, p.467).

A banza do Muando, uma sanzala com aproximadamente cem cubatas, ofereceu grande resistência e estavam à espera da coluna. As entradas estavam defendidas por grande quantidade de árvores derrubadas, por enormes covas cavadas, com uma armadilha de três metros de profundidade por seis metros de comprimento, com dois metros de largura, em forma de cunha com a ponta para baixo, a toda largura do caminho, com lanças de ferro

espetadas no fundo. Estavam bem mascaradas que a coluna só a detectou, quando caíram nela dois soldados, durante o assalto e ficaram feridos mais seis soldados dos quais dois morreram. Como os indígenas não se apresentaram perante a autoridade portuguesa, a força continuou a raziar as lavras e a 27 de Outubro, um destacamento queimou a senzala Mucumbi e destruiu as respectivas lavras o que aconteceu sem resistência dos indígenas.

Em 28 um destacamento comandado pelo Tenente Henrique de Melo foi incendiar as senzalas do Quissemo e Quilombe e encontraram uma forte resistência, contabilizando cinco feridos, dos quais se destaca o Alferes Neto gravemente ferido.

Após a recolha de notícias, verificou-se que estes guerreiros receberam nos últimos dias pólvora e homens e não estava a ser cumprida a lei que proibia a venda de pólvora aos indígenas.

Ainda em 28 de Outubro, o Capitão João de Almeida, para estabelecer comunicações mais directas com o caminho-de-ferro do sul pela Delegação e Quinguengues, ordenou que o Alferes Tavares com o seu pelotão fosse reconhecer o porto Mucumbi.

Em 30 de Outubro parte da coluna avançou para o porto Mucumbi, estabelecer a passagem e iniciar a construção de um blocaús⁴⁵ para manter a segurança do porto, que demorou três dias a construir.

Em 31 de Outubro, um destacamento foi incendiar as senzalas Quibungo e Gombe⁴⁶ na direcção das terras de Sassa⁴⁷, sede do antigo concelho, junto ao rio Lobo, afluente do rio Lombige. Também reconheceram o terreno na tentativa de encontrar caminhos mas estavam todos fechados o que revela que este povos não mantinham relações entre si.

Os carregamentos dos postos de Quinguengues e Cabungo para o forte estavam terminados. Faltavam ainda chegar os abastecimentos, do Golungo Alto mas a falta de carregadores levou a que coluna ficasse imobilizada no forte de Maravila, durante alguns dias contra a vontade de João de Almeida. Não gostava de parar pois perdia-se o ímpeto e vontade para prosseguir as operações. Não se tirava partido do efeito moral provocado no inimigo pela ocupação do Cazuangongo e Gimbo Aluquem (Almeida, 1909).

Este tempo morto, por parte da coluna permitia que os guerreiros indígenas pudessem adquirir pólvora o que veio a acontecer a 6 de Novembro, quando uma escolta vinda da delegação entre Quimassa e Quilemba foi atacada por guerreiros do Muando.

⁴⁵ Forte com domínio sobre um porto de rio. Ver Anexo L, Exemplo de blocaús, p.119.

⁴⁶ Existem duas localidades com o mesmo nome mas situadas em locais distintos e distantes.

⁴⁷ Existe outra localidade designada Sassa, junto ao Caxito.

Em suma, verifica-se que a ocupação da região pela coluna é uma situação fugaz e a aparente. A calma deve-se ao facto dos indígenas terem esgotado a pólvora armazenada e que procuram adquiri-la a todo custo. Também João de Almeida tem noção da situação frágil da coluna perante os poderes africanos e evita parar a coluna, apenas o indispensável descanso e a falta de alimentos o obrigaram a isso. Continua a explorar o sucesso baseado na motivação dos seus homens e na falta de pólvora por parte do inimigo.

A coluna recolheu notícias de que os guerreiros do Cazuangongo e Muando juntaram-se aos rebeldes da povoação de Cála. Concentraram-se no porto de Mandele, construindo canoas para passarem o Zenza para a margem esquerda a fim de roubarem as lavras dos povos submissos porque as deles foram arrasadas pela coluna.

Para evitar que se consumasse este acto, o Capitão João de Almeida ordenou ao Tenente João de Melo que em 7 de Novembro, avançasse, com um destacamento a seis pelotões a fim de combatê-los e incendiar as cubatas. Deste encontro resultou para a coluna a morte de um soldado europeu e mais dois feridos mas o destacamento apoderou-se de elevada quantidade de víveres e animais que trouxeram.

Em suma, a destruição das senzalas e lavras dos povos do Cazuangongo provoca um ciclo vicioso de fuga e miséria e para sobreviver, os fugitivos assaltam povos submissos à causa portuguesa.

3.19. Marcha para o Lombige

Após a construção do forte, e depois de todas as lavras ao redor arrasadas, os indígenas não se apresentaram, antes pelo contrário refugiaram-se no mato cerrado. Persegui-lo, era de todo impossível por desconhecimento do terreno por parte da coluna e o grosso dos fugitivos eram criminosos e serviçais foragidos, não se esperando que se apresentassem voluntariamente, mas antes aguardassem a retirada da coluna para retornar aos locais de origem.

A dureza e penosidade das marchas e combates estavam a produzir efeitos devastadores na coluna, agravado ainda pelas trovoadas torrenciais, a temperatura elevadíssima. Ao toque de doentes apresentavam-se por dia pelo menos cem praças. Se a revista passada fosse rigorosa poucos declararia aptos. Tudo isto se agravou com a paragem forçada no forte João de Almeida, não havendo o mínimo de condições, agravando a já difícil situação sanitária. Mais ainda, a época das chuvas começara para aumentar as dificuldades.

Com o agravamento da condição climatérica mais o estado de saúde da coluna bastante deteriorado, João de Almeida decidiu avançar e não esperar pelo abastecimento géneros para seis meses de reserva para o forte.

A coluna avançou para os novos objectivos, conquista dos dembos: Zambí Aluquem, Quibaxe, Caculo Cahenda e outros. Os caminhos estavam fechados e a coluna não tinha capacidade para abrir novos caminhos, por isso João de Almeida decidiu, contornar, passar à margem esquerda do rio Zenza, subir ao porto de Luango, tomando-o como base. Passar novamente o rio para a margem direita e marchar para o Norte em direcção ao Zambí Aluquem e seguidamente para o Caculo Cahenda e outros.

O Alferes Monteiro, marchou em 10 de Novembro com o seu pelotão para o porto de Luango⁴⁸. Preparou a passagem da coluna, construiu abrigos para os géneros e iniciou a construção do blocaús do porto.

Em 16 de novembro, tendo assegurado a chegada de alguns víveres ao porto de Luango, João de Almeida decidiu iniciar a marcha a partir do forte Maravila em direcção ao porto Luango. Bivacou às 19h00 no porto Mucumbi e como a noite se apresentava com muita luz, as cargas e material foram transportadas para a margem esquerda.

Pela manhã de 17 de Novembro, a coluna seguiu para Quilemba, bivacando em Sala Cabanga após ter feito uma etapa de trinta quilómetros debaixo de chuva torrencial.

A 18 de Novembro, a coluna bivacou no porto Luango, tendo permanecido três dias à espera da concentração de víveres mas a coluna não esteve parada e terminou a construção do blocaús e preparou a passagem do rio, com a construção das canoas.

Durante a marcha do dia 17, João de Almeida recebeu a apresentação de dois macotas do Quibaxe Quiamubenba, dembo situado a Norte do porto Luango, próximo do rio Dande. Entregaram uma carta em que o dembo dizia aceitar submeter-se ao governo da província.

Também chegaram ao porto de Luango, alguns enviados do Zambí Aluquem e durante a permanência da coluna no porto, compareceram outros.

Desde que a coluna chegou ao porto de Luango, as comitivas de negociadores aumentavam de dia para dia e aparentemente toda a região nordeste estava disposta a submeter-se, depositando toda a confiança na coluna. A confirmar esta confiança, o comandante do posto de etapas de Vale Flor informa o Capitão João de Almeida que os sobas Ngomguembo, Mussusso e Golamgimbe, situados a Sudeste do porto Luango, próximos do rio Zenza e do Golungo Alto, deixaram de exigir a contribuição a quem passasse nas suas terras e portos. De

⁴⁸ Ver o blocaús do porto de Luango, no Anexo L, p.119.

facto esta atitude mostrava que os sobas não queriam guerra com a coluna mas não significava qualquer tipo de submissão ao Governo-geral da província. Antes uma atitude pragmática para evitar conflitos no momento e os poderes Africanos também sabiam que a coluna não poderia continuar no terreno, não só por falta de homens mas também por causa da época das chuvas.

Em suma, o surgimento dos indígenas, também mostrava alguma confiança na coluna mas sobretudo oportunidade de fazer negócio com esta pois os carregadores eram pagos à carga e percurso. A permanência da coluna junto aos portos, aumentou o moral dos indígenas que enviaram cartas de submissão e previam a retirada da mesma para breve. A submissão por carta não passaria de um estratagema, mas a intenção era continuarem independentes.

Em 21 de Novembro a coluna passou para a margem direita do rio Zenza, com os víveres e equipamento necessário para a marcha da manhã de dia 22, em direcção ao Zambi Aluquem e terras de Sassa.

No dembo, Zambi Aluquem, a coluna foi recebida festivamente por toda a população e pelo dembo. Outros dembos próximos como o Ngombe Anambua, Cavunga Cahui, Cavunga Capacaça, o soba Sassa e outros, apresentaram-se ou enviaram os seus macotas. Todos pediram que a coluna fosse estabelecer um forte nas suas terras e fossem considerados súbditos fiéis (Almeida, 1909).

Em suma, os dembos e sobas, enviam os seus macotas ao encontro da coluna acima de tudo para evitar que a coluna entre nas suas terras. Prometem submissão que não pretendem praticar como os acontecimentos posteriores demonstraram. Pretendem apenas manter o *status quo* sem sequer terem que fazer a guerra.

Nesta aparente harmonia, João de Almeida, em 23 de Novembro, deixa a parte pesada da coluna em Cafume no Zambi Aluquem e avança com uma parte da coluna aligeirada até ao rio Lombige. Apresentaram-se as populações do Quibaxe Quiamubemba, Caculo, Sassa e outros.

Perante isto, João de Almeida julgou não ser necessário avançar mais, pois a liberdade do comércio e a boa disposição dos povos ficou demonstrada. Havia a necessidade de construir um posto para materializar a ocupação da região porque apesar de tanta bonança, era vital garantir a passagem do Zenza e do rio Lombige. Era vital garantir as comunicações, mas a coluna não tinha quantidade nem qualidade para assegurar tal objectivo e nem fazia parte do plano de operações (Almeida, 1909).

João de Almeida decidiu, a construção de um posto no cruzamento dos caminhos do Quibaxe, Caculo, Sassa, do rio Lombige com o território dos Mahungos. O posto seria instalado na fronteira norte das terras do Zambi Aluquem, num pequeno outeiro, chamado Camabela.

“Telegrama

Governador-geral – Loanda

Columna partiu porto Loango chegando dia 22 rio Lombige.

Fizeram sua apresentação Dembos Zambi Aluquem, Sassa Quibaxi, espero restantes região que já mandaram comunicar sua vinda.

Estou construindo posto provisório extremos terras Zambi Aluquem.

Julgo operações terminadas depois abastecido posto 6 mezes viveres regressando Loanda caso não venha ordem contraria.

Bivaque Morro Camabella, 24 de Novembro de 1907.

Commandante Columna Dembos, João de Almeida. (GGPA, 1907i, p.522).

Em 24, começou-se a construção do nono forte, recorrendo a todos recursos disponíveis, impondo grande intensidade ao ritmo de construção, pois o tempo era escasso. Para João de Almeida estavam atingidos os objectivos da coluna, restando apenas organizar o regresso a Luanda. Terminar a construção do forte de Camabela e terminar o abastecimento do forte João de Almeida e guarnecê-lo com os respectivos soldados e também fornecer a guarnição ao forte de Casal.

3.20. Regresso

A organização da marcha de regresso, começou em 10 de Novembro, quando João de Almeida ordenou ao seu pessoal para tratar dos transportes. Para conseguir tal feito, o Alferes Albuquerque com o seu pessoal, desenvolveu toda a arte e engenho. Além dos homens que dispunham, cedidos pela coluna, solicitou o apoio das casas comerciais, pedindo-lhe os seus carregadores, mais os carregadores das fazendas. Ainda conseguiu o apoio das populações indígenas da margem direita do rio Zenza que foram utilizados nos transportes para o porto de Luango e o forte de Camabela (Almeida, 1909).

No dia 24 de Novembro, marcharam para o forte João de Almeida, e para o porto de Mucumbi, as guarnições definitivas. Marchou também um destacamento para escoltar os carregadores que transportaram os víveres e material que faltavam para completar as reservas de seis meses. Acompanhou esta coluna, um pequeno destacamento para Quilemba, a fim de assegurar a permanência das comunicações entre o porto de Mucumbi e Calunga.

Ainda nesse mesmo dia, são nomeadas as guarnições para o porto Luango e para o forte de Camabela. Este forte foi inaugurado dia 27 de Novembro e no dia seguinte a coluna começa a

sua retirada em direcção a Calunga que fica situada a Sul do porto Luango a meio caminho para a estação de caminho de ferro de Senze de Itombe.

A 1 de Dezembro de 1907, partiu de Calunga para o Casal a guarnição definitiva para o forte desta localidade. Em 6 de Dezembro, os abastecimentos dos postos estavam terminados e as guarnições dos mesmos estavam colocados. A coluna concentrava-se em Calunga, com menos de metade do seu efectivo inicial e ainda nesse dia, o Capitão João de Almeida, ordenou que os doentes avançassem para a estação de comboio de Senze de Itombe.

Na manhã de 7 de Dezembro, a coluna avançou para o Bango, a meio caminho entre Calunga e Senze de Itombe, onde acantonou.

Em 8 de Dezembro, a coluna avançou para Senze de Itombe onde chegou às 11h45, depois de fazer a marcha final de 36 quilómetros, sob um sol abrasador. Estas duas marchas finais foram feitas debaixo de elevada temperatura, com trovadas torrenciais, com elevada humidade tendo provocado grande desgaste nos homens e animais. Para agravar a situação foi preciso transportar os doentes o que sobrecarregou solípedes e carregadores.

Por fim, às 18h00 de 8 de Outubro de 1907, a coluna embarcava em dois comboios especiais, que chegaram às 4h00 do dia 9 de Outubro. Esta hora de chegada foi pedida pelo Capitão João de Almeida para a coluna entrar de surpresa na cidade. Passaram despercebidos, pois a coluna trazia menos de 40 homens com condições físicas normais e o desgaste da coluna foi tão grande durante as marchas e combates, que sofreu 96 baixas, em combate, não contabilizando, os que baixaram ao hospital por doenças diversas. O esgotamento foi de tal ordem, que a grande maiorias das praças foram internadas no lazareto da ilha, como num sanatório.

3.21. Breves Conclusões

A coluna partiu de Cabiri, enfrentando combates em Colume, Quiulo, Gombe, Imbundo, Chingo, Quimassa, Quilenga, banza do Aluquem e banza do Cazuangongo. Paragem para construção do forte João de Almeid logo que terminada a construção avançou a coluna e travou combate no Muando, Quilombe e Porto Mandele. Paragem para a construção do forte de Camabela.

A coluna fez trinta e nove etapas superiores a vinte e um quilómetros, a maior de trinta e oito, percorrendo enquadrada por graduados, oitocentos e quarenta quilómetros, mais as marchas extraordinárias, percorreu mais de mil e quinhentos quilómetros. A coluna de constituição mista, mas na actuação foi preponderante a infantaria. O serviço de saúde, depois do primeiro combate, consumiu toda dotação em pensos e desinfectante, e a partir daí deixou de existir.

“..., as baixas foram numerosas: em combate fôram mortos 9 europeus e 16 indigenas; mortos de ferimentos ou de doenças (sem contar os doentes evacuados) 14 europeus e 26 indigenas; feridos 5 oficiais, sendo 4 por armas de fogo e 1 por desastre, 34 europeus e 33 indigenas,...” (Weimar et al, 1927, p.42).

Totalizando:

“ ..., contando 67 mortos e 139 baixas num efectivo de 760 homens,...” (Weimar et al, 1927, p.42).

Os combates que a coluna do João de Almeida enfrentou nos Dembos, foram diferentes da experiência acumulada pelo protagonista no Sul de Angola. O acidentado do terreno e a arborização não permitia a marcha em coluna dupla dispositivo mais adequado para formar o quadrado, em caso de ataque. A coluna marchou a maior parte do tempo em fila indiana, coluna por um, o que aumentava significativamente a extensão da coluna e por conseguinte aumentava a exposição ao ataque inimigo. Antes do combate do Colume, mandou construir uma espécie de trenó para deslocar a peça de artilharia e as metralhadoras por encostas muito íngremes e acidentadas.

O efeito da tomada da banza do Cazuangongo, 3 cristas sucessivas:

“O telegrama do Governo Geral de Angola, relatando o facto, chegou ás mãos do ministro da guerra, Vasconcelos Porto, na ocasião da sessão solene da abertura da Escola do Exercito, quando dizia a sua oração de sapientia o lente Pinto Veiga, que em breves e sentidas palavras relatou o facto para assim ferir o espirito dos novos alunos e futuros oficiais.” (Weimar et al, 1927, p.45).

João de Almeida quando regressa à metrópole, o ambiente era muito conturbado pois a luta interna estava ao rubro entre os Franquistas e os apoiantes da República, sendo acusado de pertencer por uns e outros à facção oposta.

João de Almeida não se esqueceu dos seus subordinados:

“..., a de saber recompensar a tempo e horas os actos de todos os servia sob as suas ordens; ...promoveu quatro cabos a segundos sargentos,...” (Anónimo, 1927, p.47).
“E o mesmo não conseguiu para a sua antiga ordenança, apesar de condecorado com Torre e Espada. J.A estabeleceu ao seu dedicado companheiro a mensalidade de 15\$000 réis por ele entregues da sua algibeira até ao seu falecimento.” (Weimar et al, 1927, pp.48-49).

Dedicação pessoal,

“ Depois de J.A ser ferido, nas marchas forçadas para o Cazoangongo, sempre que pretendia deslocar-se com mais presteza, á direita, á esquerda ou á retaguarda, esbarrava sempre com um homem. Observando atentamente, notou que êle marchava enquadrado, á esquerda pelo primeiro sargento Gil, da cavalaria da policia, á direita, pela sua ordenança, Manuel Morgado, e á retaguarda por dois soldados disciplinares, que, com os seus corpos avantajados, o protegiam das balas e azagaias do inimigo.

Estes dois soldados disciplinares haviam sido condenados á morte por crimes cometidos no sul de Angola: um, de artilharia, por ter morto um preto no Humbe; o outro, da 1ª companhia europeia, a quando da coluna do Cuamato em 1906, ter dado uma bofetada no Alferes Conceição. Esses, como tantos outros condenados já a pena maior, haviam pedido a J.A para os levar com êle na coluna, pedido que satisfez, não obstante das disposições legais que lhes não permitia a saída da prisão.

João de Almeida não esqueceu estes dedicados companheiros, evitando não só que fôssem executados, como alcançando-lhes um indulto completo de El-Rei D. Manuel II. No assalto á banza do Cazoangongo, dois condenados civis que faziam parte dos sapadores encarregues de abrir caminho atravez dos abatizes, atacaram a machado um grupo de pretos que de azagaias em punho procuravam atingir J. A.

Na passagem do rio Zenza, em porto Mandel, o dongo em que J.A fazia a travessia, virou-se, atirando-se á agua para o meio dos crocodilos o primeiro sargento Victor, de segunda linha.

Não poderemos deixar de citar ainda a dedicação do sargento Lopes, do batalhão disciplinar, numa cilada armada a J. A. a uns três quilometros de porto Mandel, na margem esquerda do Zenza. Este sargento Lopes havia sido ferrador de artilharia e alcançára as divisas de segundo sargento no batalhão disciplinar, em Loanda. Este sargento foi morto, naquele local, numa outra cilada quando comandava uma escolta de reabastecimento para o forte João de Almeida” (Weimar et al, 1927, pp. 50-51).

4. Revoltas e Campanhas 1908-1917

4.1. Revolta do Cazuangongo

“ A rebeldia não contente com funcionar intra-muros, vinha às terras avassaladas, nas próprias barbas da autoridade, saquear sanzalas e amarrar moradores, que levavam, e conservavam prisioneiras até que lhes fossem resgatadas. (...)” (Couceiro, 1948, p.50).

Segundo Couceiro, a autoridade portuguesa tinha contribuído para este estado de coisas.

“É que nós temos tido o cuidado de mandar para a Província, com regularidade devida, muitos professores da Escola oficial do Limoeiro, e da Universidade Livre da rua e das alfurjas anexas, e de largá-las por ali à solta, ajeitando ao seu tipo a obra da evolução indígena. Por fora muitos selos, muitos secretários (não há Dembo sem lacre, sinete e escriba), muitos papéis e muitas fórmulas, e, por dentro, muita aversão ao trabalho e muito instinto de rapina, muita rudeza cruel e muita hipocrisia astuciosa. (...)” (Couceiro, 1948, p.50).

“(...) A organização administrativa, que, em seguida se determinou para estes territórios, inspirava-se no diploma de António Enes aplicável às circunscrições de Lourenço Marques, e incluía portanto a criação de granjas junto dos Postos. A área total ficou dividida em 3 comandos militares, Quilengues, Dembos e Lombige, (...)” (Couceiro, 1948, p.51).

“Condenados e vadios, paquete por paquete, em corrente contínua, despejam os tribunais do Reino sobre Luanda. (...)”

Conclui-se, sem possibilidade de ilusões que estamos a levar à prática um verdadeiro regime de colonização penal. (...)” (Couceiro, 1948, p.160).

Após a retirada da coluna de 1907, os territórios reconquistados foram divididos em três comandos militares, conforme acima citado. De oeste para leste, e entre os rios Dande a Norte

e Zenza a Sul, Quilengues, com sede no Casal, Dembos, com a sede em Maravila e Lombige, com a sede em Camabela.

Partida da coluna, cada fortificação ficou com uma pequena guarnição, à mercê do rancor acumulado pelas populações submetidas pela força. Estas boicotaram as linhas de comunicações e de abastecimentos.

Em abril de 1908, os portugueses, procuraram ouro no Lombige mas a procura foi infrutífera. Entretanto os Dembos locais acabaram por aceitar a ocupação entre o rio Zenza e o rio Lombige. O Caculo Cahenda apresentava boa disposição para com os portugueses, que possuíam quarenta e oito soldados em Camabela, enquanto, que este dembo podia mobilizar na sua banza mais de mil espingardas. Quilengues a Oeste, era devastada pela doença do sono, não daria que falar (Pélissier, 1997a).

No comando militar dos Dembos, a crise era grave, pois o Cazuangongo dominava a serra e os caminhos e a 24 e 26 de Junho de 1908, atacou destacamentos portugueses no caminho que subia para o forte de Maravila. O Tenente Luís Augusto Pina Guimarães, comandante militar do comando militar dos Dembos, não se aventurou a ir à banza do Cazuangongo, antes da chegada da coluna de reforço. A 23 de julho de 1908, saíram de Maravila, cento e três soldados, quarenta móveis, trinta e nove carregadores e cinco degredados, que através da selva rebocaram um canhão até à banza. Ouviram o som de trompas, cornetas, flautas e tambores, berros, tudo fazendo parte de um todo, verdadeira guerra psicológica. A rampa que conduzia a Santo António de Lisboa, banza do Cazuangongo, foi defendida, mas uma carga permitiu à força portuguesa, apoderarem-se da posição que estava com as cubatas em chamas. Depois desta vitória a tropa abandonou a posição por ser perigosa e regressou a Maravila com seis mortos, vinte feridos, um soldado aprisionado que se diz que foi assado pelos indígenas (Magno, 1937).

Resultado da investida da coluna, vinte por cento de baixas, distribuição de louvores e medalhas e promoções ao posto imediato de alguns militares. No terreno, venceram o dembo Cazuangongo mas não conseguiram manter a posição conquistada.

O forte Maravila, estava numa região inimiga, em que os guerreiros africanos, estavam cada vez mais audaciosos, ao ponto de atravessarem o rio Zenza a 24 de Janeiro de 1909, devastarem o Golungo Alto, a Sul do rio Zenza para Noroeste até Calunga, queimando as povoações e atacando o porto de Cála. A degradação militar, o arrefecimento do entusiasmo, levava a que os oficiais comandantes dos fortes, apenas quisessem sair daqueles lugares insalubres, reduzindo ao mínimo possíveis contactos com a população local que ainda não pagava imposto. A 15 de Fevereiro de 1909, durante vinte dias, operou uma coluna no

Golungo Alto, com cento e trinta e três soldados, comandada pelo Alferes António Bargão e David Magno com o objectivo de repelir os agressores para a margem Norte. Fica claro que os postos instalados durante a reconquista de 1907 não serviam para nada. O soba Muando revoltou-se, de vizinho passivo em 1907, passou a rebelde activo, atravessando o rio Zenza em canoas, espalhava o terror pelas populações da margem Sul e estas como não eram defendidas, passaram para o lado dos revoltosos, preferindo ser lobos a cordeiros (Pélissier, 1997a).

4.2. A submissão do Caculo Cahenda

Mais a Leste, no Lombige, a gravidade da revolta era muito idêntica. Dois anos depois de João de Almeida, os brancos continuavam proibidos de permanecer na região dos Dembos. Face ao panorama, Paiva Couceiro pensou, comandar pessoalmente uma coluna que dispersasse, fragmentasse o poder do dembo Caculo Cahenda e abrisse caminho para o Congo. Pedido ajuda a Lisboa, teve como resposta uma recusa de meios humanos e financeiros. Entretanto, o Caculo Cahenda, aconselhava os portugueses a não o incomodar.

“David Magno, bom conhecedor da psicologia nativa,..., afirmou a Paiva Couceiro que, toda a acção militar na selva não deve ser efectuada sem ensaio prévio de acção diplomática junto dos potentados...” (Almeida, 1938, p77).

Contudo no seu flanco sul o Caculo Cahenda, teria de enfrentar um oficial astucioso, temível, porque preferia a diplomacia, às balas. Uma raridade em Angola, uma vez que predominavam os Oficiais guerreiros. O Alferes David Magno, comandante do comando militar do Lombige, com tomada de posse a 24 de Março de 1909, não descansaria, enquanto não aliciasse o dembo Caculo Cahenda, D. Domingos Miguel Sebastião, indígena, pacífico de idade avançada (Magno, 1917).

David Magno, começou por fingir salvar a vida a um dos filhos do Caculo Cahenda, perante o ataque de um seu vassalo rebelde, o Cavunga Capacaça. Magno, utilizou um astucioso civilizado, Francisco Pereira Vandunem, para jogar os dembos uns contra os outros e com apenas vinte um soldados disciplinares europeus, vinte e três soldados moçambicanos, entrou na banza do Caculo Cahenda, verdadeiro ninho de águias, inacessível para os portugueses. Caculo Cahenda era o dembo mais poderoso, mas Magno, persuadiu-o que a sua pequena força era apenas a guarda avançada de uma importante coluna de ocupação. A 2 de Outubro de 1909, Magno na qualidade de chefe, embaixador, propôs ao Caculo Cahenda que o receberia com o cerimonial herdado da antiga corte de São Salvador. Entretanto a 5 de

Outubro, os soldados presidiários desertaram. Este acontecimento vem noticiado no jornal Voz de Angola, editado em Luanda a 17 de Outubro de 1909.

Magno utiliza palavras suaves e não acompanhadas do grosso cacete e com esta abordagem, iniciou a construção do forte, tendo ficado mais cinco meses na banza.

Ignorado por Luanda, vítima do bloqueio económico dos comerciantes do Golungo Alto, içou finalmente a bandeira portuguesa na alta montanha a 22 de Fevereiro de 1910. Lance audacioso, que levou o dembo Cazuangongo, a enviar emissários a Santo António de Caculo Cahenda para verificar o tratamento dado pelos portugueses ao dembo. Por esta altura os Mahungos, povos a leste do comando militar do Lombige também se submeteram.

Em suma, David Magno, foi um bom estratega, tentou fraccionar o poder dos dembos aumentando o seu e da autoridade portuguesa. Ao contrário do que era habitual até à data, em que os militares portugueses usavam o sabre em punho, Magno tentou a conquista suave dos Dembos. Pretendia trocar postos fixos por uma coluna volante, visto que estes nada rendiam por não haver cobrança do imposto.

David Magno, ordenou que a sede do comando de Lombige, fosse transferido de Camabela para Santo António de Caculo Cahenda e iniciou uma política indígena à francesa, apoiando-se na etnologia, abertura de uma escola, instalação de uma casa comercial. Tinha a intenção clara de colher toda a glória só para si, de ter pacificado toda a região dos Dembos.

Em 1910-11, os dois sucessores de Magno, continuaram com a política de aproximação, tentando atrair o Ngombe Amuquiama, teoricamente dependente do posto de Maravila, do comando militar dos Dembos. Contudo, os problemas estavam para chegar e o soba, Caculo Congola, criticava o seu antigo suserano, por ter renunciado tão facilmente perante os portugueses. Em 1911, o poder português pensava em enviar, contra o Caculo Congola, um Capitão e setenta homens, mas o projecto falhou por falta de carregadores. Em Janeiro de 1912, Magno, voltou e serenou os ânimos. Com Magno soldados começaram a sair dos fortes e alguns avançaram até às terras do dembo Quibaxe Quiamubemba, do Pango Aluquem, dos Mahungos ou Hungos, e do Ngombe Amuquiama. Mas o mal-estar começava a sentir-se e o dembo Caculo Cahenda, tido por ser o suserano dos Dembos, era o único ocupado, e tal como em 1871, pediu forças a Luanda para meter os inimigos na ordem. Magno dava-lhe apoio, mas não havia soldados disponíveis.

4.3. Revolta do Caculo Cahenda

A debilidade portuguesa era evidente e o posto de Santo António de Caculo Cahenda, tinha trinta homens, uma peça, para um dembo de cinquenta mil almas e seiscentos quilómetros

quadrados. Esta fraqueza era compensada pelo ascendente do chefe de posto. Luanda, pretendia uniformizar a situação fiscal dos Dembos, pelos menos no campo teórico. Para isso era preciso, que os cobradores tivessem meios para impor o cumprimento da lei. A burocracia Luandense, pretendia cobrar imposto na serra, pensando que estaria ocupada.

Contudo desde 1907, que o dembo Cazuangongo, nem sequer deixava sair sozinhos os soldados do forte de Maravila. O problema seria agravado com as pressões do comércio. Dando seguimento às pressões, Norton de Matos, Governador-geral da província no seu primeiro mandato, 1912-15, restabeleceu a 22 de janeiro de 1913, o comércio de pólvora e armas. Magno deixara o seu posto em Dezembro de 1912, mas tivera o bom senso de proibir o comércio de pólvora e armas.

Em 1913, a região dos Dembos ascendia a capitania mor, mas os erros continuavam. A nomeação de dois Tenentes, um para Capitão-mor, outro para chefe do posto, levou os africanos a deduzir que esta acção era uma declaração de guerra, começando de imediato a armarem-se. Quando o regulamento de cobrança de imposto de cubata foi lido ao dembo, este, perguntou se essa era a recompensa atribuída a um aliado, quando os seus inimigos insubmissos, nada pagavam.

A 21 de Junho de 1913, a população saiu da banza e a 22 de Junho, o caminho para Camabela, por onde poderiam chegar uma força de socorro foi cortada. Em 23 de Junho o dembo, pedia ao Capitão-mor, a retirada das tropas portuguesas da sua banza. A 25 de Junho o correio para passar para sul, teve que abrir caminho recorrendo às armas de fogo. A 27 de Junho, Luanda foi avisada da forte ameaça que constituíam as populações do Caculo Cahenda, que já tinha atacado carregadores ao serviço da autoridade portuguesa. Norton de Matos, procurou restabelecer a ordem com os meios locais, para não alarmar a metrópole, pois era convicção geral, que a coluna de 1907 tinha vencido os Dembos para sempre.

4.4. Campanha de 1913

Magno, perfeito conhecedor da região, prevê a necessidade de enviar uma coluna de trezentos homens. Norton de matos, Governador-geral, após ter auscultado Magno, consegue reunir onze oficiais, catorze sargentos, cento e quarenta e nove soldados e polícias europeus, cento e cinquenta e cinco soldados africanos, perfazendo um total de trezentos e vinte e nove soldados, mais cento e cinquenta auxiliares, comandada pelo Chefe de Estado-Maior, Capitão Carlos Henrique da Silva Maia Pinto. David Magno, integrou também a coluna como guia e nesta altura, 3 de Julho de 1913, Norton de Matos, corrigiu o erro proibindo em toda Angola a

venda de pólvora e armas. Esta medida foi tardia mas teve um grande alcance pois contribuiria decisivamente para acabar com a resistência africana.

Com uma rapidez invulgar, a coluna estava pronta em 16 de Julho de 1913 em Camabela. A guarnição do forte instalado no Caculo Cahenda, dois oficiais, quarenta e dois graduados e soldados, cinco degredados europeus, tentaram várias saídas mas sempre repelidas pelo inimigo com perdas. A rebelião alastrava e Norton de Matos, foi pessoalmente a Sala Cabanga, a sudoeste do porto de Luango no rio Zenza, pois havia o receio de poder acontecer um novo desaire como o de 1872. Os receios não se concretizaram e o rio Lombige foi atravessado a 24 de Julho de 1913 sem oposição. Em 26 de Julho, Camabela, estava ligada por telefone com Luanda. O dembo Caculo Cahenda, estava disposto a fazer concessões, pretendia acima de tudo, mudar de Capitão-mor. Parlamentou com a autoridade portuguesa, enquanto a coluna avançava lentamente sem grande resistência.

A 3 de Agosto dá-se o combate de Quingola e inicia-se a construção de um forte no caminho para o Caculo Cahenda. Os habitantes desertaram e quando a coluna chegou à banza, nada encontrou. O velho dembo, perseguido para norte a partir de 20 de Agosto, não sendo possível encontrá-lo. Contudo o dembo Cazuangongo, que nunca fizera a paz com os portugueses, continuava a fustigar os soldados do forte de Maravila, que nada contribuíram para manter a autoridade portuguesa na zona mas mesmo assim o forte foi reforçado. A coluna instalou um forte a norte do Caculo Cahenda, em Balaguinga, nas terras do dembo Quibaxe, ficando cinquenta e cinco homens a guarnece-lo. A 18 de Setembro, a coluna chegou a Camabela na margem sul do rio Lombige. A tropa chegou completamente entorpecida, doentes e esfomeados, especialmente os europeus. As marchas foram em vão, pois Caculo Cahenda continuava escondido na floresta. Tanto ele como os seus vizinhos continuavam a não pagar o imposto e Magno recomendou que poupassem a banza do Caculo Cahenda, para que possa voltar, e possa haver contribuintes. Contudo, quando Magno partiu, os erros aumentaram e o Capitão-mor incendiou a banza a 15 de Outubro. Tentou cobrar o imposto, com setenta e seis soldados, falhando, sendo repelido pelos guerreiros do dembo fugitivo. Em 7 de Novembro, estes atacaram o posto de Balaguinga. Mais uma vez seguiu-se o ritual de recuo da autoridade portuguesa.

4.5. Caos entre 1913 a 1917

Entre 1909 e 1912, o comando militar do Lombige, não estava pacificado, mas permanecia indiferente à presença portuguesa. Existia uma missão católica em Camabela, mas a partir de do final do ano de 1913, a rebelião estendia-se ao Lombige. Eram frequentes as emboscadas

nos caminhos, flagelação dos postos que dificultavam o reabastecimento das guarnições. Estas acções mantinham as guarnições isoladas e sem apoio, o que implicava que estas para sobreviverem fizessem razias nos campos mais próximos e acessíveis. Isto gerava um ciclo vicioso sem fim. Pacificação baseada na política de terra queimada, que não servia os interesses portugueses nem os africanos.

O dembo Caculo Cahenda, com a sua banza queimada, com a chegada da época das chuvas, tornou-se um segundo Cazuangongo, isto é, o chefe de um povo de refugiados, com elevadas perdas de população, aproximadamente cinco mil pessoas morreram atingidas pela miséria e doenças. Havia no entanto uma grande diferença em relação a 1872, faltava a pólvora e o tripanossomo, vírus responsável pela doença do sono, tinha provocado grande desgaste e redução da população indígena.

Apesar deste desgaste, o tempo jogava a favor dos dembos, que tinham segurança nas serras e o poder português, estava empenhado no Congo e no Sul de Angola, sem capacidade para organizar colunas contra estes poderes africanos. Durante três anos de 1914 a 1916, foram considerados um dos cancros de Angola, pois os impostos não eram cobrados e as fortificações eram impotentes para fazer respeitar a autoridade portuguesa. No entanto, em 1915, os rebeldes intentaram um ataque contra o forte de Maravila que foi repellido.

O poder português começava a implantar-se administrativamente a Norte, no Congo e a Sul dos Dembos no Cuanza Norte. Este estabilizar de situação irá levar o poder português a fazer um verdadeiro cordão a circundar a região dos Dembos que acabará por dominar.

Entre 1914 a 1917, a situação dos Dembos mantém-se estável e as relações entre os fortes e os locais estão reduzidas a trocas de tiro. Os poderes africanos continuavam a garantir o seu poder e a decidir o seu próprio destino, a tal ponto que o governador do distrito do Cuanza Norte, em novembro de 1915, declarava que para ocupar a região, seriam necessários dois mil e quinhentos homens (Magno, 1927).

Em Março de 1917, o padre António Miranda Magalhães, dirigia a missão católica dos Dembos instalada em Camabela, informando que os capitães-mores, passam sem deixar vestígio mas as marcas africanas estão sempre presentes e vivas. Segundo o padre Magalhães, Caculo Cahenda, teria ido perguntar ao rei do Congo, D. Álvaro Nezingu, que reinou entre 1915 e 1923, se deveria render-se. Magalhães previa a rendição para breve, e os sobas de menos importância cederam homens para a construção da estrada para o dembo Caculo Cahenda e até pagavam o imposto. Contudo o coração da região não cedia, após quatro anos de rebelião e o Capitão-mor interino escrevia em Dezembro de 1917: “*Verifico que a*

capitania não tem fundos para nada, ...Para uma área extensíssima de insubmissos dão-me 112 homens e 22 contos de dívidas aos fornecedores” (Magno, 1927, pp.89-90).

4.6. Breves Conclusões

A necessidade de combater, logo em 1908, os rebeldes entre as terras de Calunga e o rio Zenza e de Leste para Oeste entre os portos de Mucumbi e Cála, zona de influência dos postos implantados pela coluna de 1907, mostra a fragilidade da ocupação portuguesa.

A ocupação do Caculo Cahenda em 1909, foi um acto isolado. Por conseguinte, David Magno, foi um bom estratega, tentou fraccionar o poder dos dembos para aumentar o seu e o poder da autoridade portuguesa. Ao contrário do que era habitual até à data, em que os militares portugueses usavam o sabre em punho, Magno tentou a conquista suave dos Dembos. Pretendia trocar postos fixos por uma coluna volante, visto que estes nada rendiam por não haver cobrança do imposto.

A saída de Magno da região, em Dezembro de 1912, a pressão de Luanda para se fazer a cobrança do imposto sem forças adequadas, conjuntamente com a pressão do comércio para liberalizar a venda de pólvora e armas provocou a revolta do Caculo Cahenda.

A revolta do Caculo Cahenda de 1913, obrigou, o Governador-geral, Norton de Matos a corrigir o erro e proibiu a venda de pólvora e de armas, decidindo ainda organizar uma coluna para bater o dembo revoltado. A coluna comandada pelo Capitão Maia Pinto quando chegou à banza do Caculo Cahenda nada encontrou e a autoridade portuguesa continuou a ser tolerada nos postos mas incapaz de cobrar imposto.

Entre 1913 a 1917, a região dos Dembos, mantém-se estável com os poderes Africanos a decidirem o seu destino e tolerarem a autoridade portuguesa dentro das fortificações.

5. Campanha de Pacificação

5.1. A Solução

De ano para ano sem nada acontecer, os Dembos tornaram-se um beco sem saída. Em Luanda, O Chefe de Estado-Maior, Coronel Genipro da Cunha de Eça da Costa Freitas e Almeida, que desempenhou funções militares, em 1914 no Congo, descobriu o oficial que iria resolver o problema. A solução, seria o Capitão Eugénio Ribeiro de Almeida que participou em 1914, na campanha do Congo e que esteve no Sul de Angola em 1912. Ribeiro de Almeida parece ser um tipo raro de oficial em Angola, nem homem de grandes colunas, nem administrador, nem cobrador, mas sim um lutador isolado, um liquidatário de insubmissos. Com ele não iria haver pieguices, promovia a guerra de africanos contra africanos. Coveiro

dos Dembos, também já o fora do Congo, alcunhado como o *Kingandu*, jacaré, entrou no folclore da região (Pélissier, 1997a).

Após a sucessão meteórica de vários capitães-mores, entrou em Santo António de Caculo Cahenda, a 9 de Novembro de 1918, o Capitão Ribeiro de Almeida vindo da “*campanha do Libolo, a pé, sem tipóia, nem montado, de barba crescida, fato velho, botas rotas, e espingarda a tiracolo. Parece um bandoleiro do sertão.*” (Magno, 1927, pp. 91-92). Ribeiro de Almeida, com noventa e seis soldados, vindos do Sul e Centro de Angola, escolhidos, matadores de primeira, não tinham planos bem definidos, apenas queriam liquidar o problema.

A 14 de Novembro estava em Camabela, no dia seguinte pôs-se a caminho com sessenta soldados, dirigindo-se a Leste de Camabela, ao sobado Quilombo Quiambumba, ex-feudatário do Caculo Cahenda que atacou de 17 a 21 de Novembro. O relatório de Ribeiro de Almeida não é muito explícito, mas estaria na pegada do soba e exterminou sem piedade todos aqueles que se encontravam no caminho.

Os dembos rebeldes, tolhidos de pavor, não teriam que enfrentar colunas pesadas, mas um destacamento de feras predadoras e a 25 de Novembro a banza do Quilombo, foi tomada de assalto, e instalado um posto. As banzas sofreram razias sucessivamente, não havendo tréguas.

A 6 de Dezembro de 1918, Ribeiro de Almeida passou o rio Zenza e a 7 chegou ao Golungo Alto. O território entre-os-rios Lombige e Zenza, estava pacificado e a sua reputação propagava-se até Luanda. No dia 12 de Dezembro, saiu do Golungo, e vai castigar a pedido, um soba desobediente, que foi morto a 13. Ribeiro de Almeida regressa a Camabela, com seis feridos e trinta e quatro mil cartuchos gastos.

5.2. A Agonia final

A acção fulminante contra o Quilombo colocou Ribeiro de Almeida em condições de vencer os dembos com noventa e seis homens, quando no passado tinham resistido a colunas de oitocentos homens. Muitos louros para um Capitão-mo que o seu superior hierárquico, governador do Distrito do Cuanza Norte, Major António Joaquim Almeida Valente, quis também entrar na história como vencedor dos dembos. Chegou a Malange, a 5 de Janeiro de 1919, com oitenta soldados indígenas, três oficiais e dois graduados (Pélissier, 1997a).

Com a sua coluna, Almeida Valente, começou a reter todos os dembos e sobas que se apresentavam e a coluna avançou entre-os-rios Lombige e Zenza com os poderes africanos atrelados ao seu carro. A 6 de Janeiro de 1919, rendeu-se o soba Quilombo Quiambumba,

sendo preso do mesmo modo que os seus pares. A 9 de janeiro de 1919, o Governador do distrito, deu início à construção de uma via directa entre o Golungo Alto e o Caculo Cahenda. Os dembos e sobas de menos importância, como Cavunga Capaça, Ngombe Anâmbua, Zambi Aluquem e Cavunga Cahuhi debandaram perante a matilha, cujas cabeças não escapavam às afiadas catanas.

A 14 de Janeiro de 1919, a coluna de Almeida Valente, reuniu-se à coluna de Ribeiro de Almeida. Partiram de novo para Leste, a Norte do Lombige, com o seu cortejo triunfal de chefes acorrentados. O Mbula Atumba e o Zombo Angola, militarizaram o seu povo, incluindo mulheres, mas foram invadidos à mesma e devastados por Ribeiro de Almeida. O dembo Mbula Atumba, o mais importante em 1919, rendeu-se a 27 de Janeiro, sendo incluído na coluna dos vencidos, não resistiu à humilhação e deixou-se morrer. A 4 de Fevereiro, o Zombo Angola, apresentou-se e Caculo Congola fez o mesmo a 15. A 18 de Fevereiro de 1919, foi instalado, o posto de Mbula Atumba, e ficou devidamente guarnecido.

A coluna relâmpago ao regressar ao Caculo Cahenda, conseguiu quebrar o espírito do dembo idoso que dominava a serra desde 1913, fez a paz, mas face à sua idade foi dispensado de engrossar a coluna dos vencidos mas o seu principal Capitão, Afonso Maleca, sob ameaça de morte, foi obrigado a guiar as tropas para as terras do arqui-rival Cazuangongo. Este dembo é um refugiado mas independente desde 1907. A 25 de Fevereiro de 1919, a coluna entrou nas terras de Sassa, antiga sede do concelho onde desde 1872 que não entrava um português.

A tropa indígena, comandada por Ribeiro de Almeida, sem artilharia, movimentava-se com grande rapidez para surpreender os rebeldes. A 27 de Fevereiro de 1919, os rebeldes deram combate à coluna na orla das terras do Cazuangongo e durante o combate feriram e mataram os guias traidores à causa da independência. Ribeiro de Almeida mais cento e noventa e quatro homens limpam o terreno e a 1 de Março de 1919, lançaram o assalto à banza deserta. Encontraram um dos canhões antigos de 1872, não tendo sofrido baixas. Como consequência desta conquista o posto de Maravila foi transferido para a banza do Cazuangongo. A coluna continuou a marcha para Norte, e a 22 de Março foram bem recebidos no dembo Pango Aluquem. O governador do distrito, irritou-se, por ver o dembo a negociar com um simples Capitão-mor. Inveja e ânsia de protagonismo por parte do governador (Pélissier, 1997a).

A 26 de Março o dembo Ngombe Amuquiama também se apresentou e o governador do distrito mandou-o prender. Após descer a banza do Cazuangongo, Ribeiro de Almeida, voltou a partir para o Nordeste, para o dembo Quibaxe, que era tradicionalmente amigo das autoridades portuguesas, fundando ali um forte a 7 de Abril. Como a sua reputação o

precedia, o Capitão-mor, avançou em várias direcções sem obstáculos. A ocupação militar foi dada como terminada em Abril de 1919 e por conseguinte, o Governador do distrito, voltou a Malange, onde foi felicitado pelo Governador-geral, Filomeno Da Câmara Melo Cabral, que ficou contente por ter terminado o mandato tão brilhantemente.

5.3. Liquidação do Cazuangongo

Ribeiro de Almeida voltou à jurisdição do Caculo Cahenda, ainda com o problema da falta de apresentação do dembo Cazuangongo. Fora da tutela invejosa do Governador do distrito, Ribeiro de Almeida, prosseguiu com os seus métodos expeditos. A partir de 7 de Maio, organizou uma coluna e a 25 penetrou no soba Muando, onde o dembo fugitivo se escondia e tinha aí a sua força. “150 cuamatas, em que se salientaram 35 landins” (Magno, 1927, p.102). A 26 de maio, renderam-se, era o fim de um ciclo. Ribeiro de Almeida encontrou a portuguesa Teresa da Silva, com os seus três filhos mestiços, cafrealizada, capturada aos 6 anos pelo Cazuangongo. À 47 anos que vivia com um macota do Cazuangongo e iria por acabar por morrer com o seus três filhos no hospital de Luanda. Os dembos Cazuangongo, Jimbo Aluquem e o Muando sofreram razias e a 24 de Junho, Ribeiro de Almeida abriu a estrada para automóveis entre o Cazuangongo ligando a Sul com o porto de Mucumbi no rio Zenza. A campanha foi concluída a 7 de Dezembro e apesar da continuação de pequenas escaramuças, no Quilombo, não prejudicaram a construção de estradas. Ribeiro de Almeida estava confiante e a 25 de Novembro de 1920, continuava a rasgar estradas e foi felicitado pelo Boletim Oficial da Província, órgão que publicitava os feitos da administração portuguesa.

5.4. Dembos a Pagar Imposto

Em 1919-20, o imposto de cubata rendeu quarenta e seis contos, era a nova ordem a consolidar, havendo apenas dembos servidores. Ribeiro de Almeida nomeia o antigo capitão do dembo Caculo Cahenda, atribuindo-lhe agora o título de dembo superior Caculo Cahenda. A sede da capitania-mor passou do Caculo Cahenda para Norte para Balaguinha e depois para Noroeste para Quibaxe, passando da serra para as colinas. Em Outubro de 1920, havia dezassete comerciantes a comparar com um único de 1918. A 24 de Dezembro de 1921, Norton de Matos, Governador-geral, no seu segundo mandato, decidiu que os serviços militares prestados na antiga capitania-mor, agora circunscrição, deixassem de ser considerados serviços de campanha.

5.5. Breves Conclusões

Fazendo o balanço da intensidade do conflito, no período de 1890 a 1907, os dembos, entraram em conflito com os portugueses três vezes: Dezembro de 1890, Janeiro a Março de 1891 e em Fevereiro de 1899. De 1907 a 1919, os portugueses organizaram sete expedições militares: Setembro a Novembro de 1907, Julho de 1908, Fevereiro a Março de 1909, Julho a Setembro de 1913, Novembro a Dezembro de 1918, Janeiro a Abril e de Maio a Dezembro de 1919, sem contar com incidentes menores.

Os dembos, nunca tiveram o apoio dos seus irmãos do Golungo Alto ou de Ambaca. Abandonados, divididos, caíram em dominó e a impossibilidade de arranjar pólvora, a doença do sono, a abertura de estradas e a cultura do café iriam anular os últimos lutadores pela independência pelo menos até 1961.

A história da conquista moderna de Angola está regada com o sangue das vítimas. As causas são de diversa ordem, nomeadamente económicas, políticas e causas específicas da colonização portuguesa.

A principal causa na ocupação dos Dembos, não está ligada directamente aos factores económicos, mas sim à pressão administrativa à vontade dos portugueses ampliar o seu domínio territorial.

A razão para que os dembos resistissem 47 anos, fica a dever-se ao facto de terem enfrentado um inimigo que juntavam à debilidade material uma avidez desmedida. Com excepção do planalto meridional, a colonização portuguesa, foi coisa de aventureiros. A metrópole não podia dominar os animais predadores largados no sertão. Contudo não conseguiram manter a independência, porque os poderes africanos não tinham coesão e as resistências eram espontâneas, anárquicas, organizadas a nível de etnias. As chefias políticas eram tradicionais e não se adaptaram à mudança dos tempos. Cada etnia combatia sozinha, perante a indiferença, ou mesmo júbilo dos seus vizinhos. Combatia perante o desprezo dos negros civilizados e dos mestiços da cidade de Luanda. Combatia perante a impotência dos seus antepassados, incapazes de sustentar uma guerra demorada e intensa. Combatiam com os seus costumes e feitiços inoperantes perante a Kropatschek, as peças Krupp e finalmente as espingardas Mauser⁴⁹.

A continuada crise interna da metrópole não possibilitou que a autoridade portuguesa em Angola no final do século XIX e início do século XX, desenvolvesse acções bem planeadas

⁴⁹ Ver Anexos T e U, Espingarda Mauser modelo 1904, pp. 127-128.

tanto de cariz militar e como administrativo com continuação no tempo, com a finalidade de ocupar a região dos Dembos.

CONCLUSÕES

Como corolário da reflexão efectuada, tendo como referencia as hipóteses básicas aquando da introdução desta dissertação e que lhe serviram de guia, sistematizamos os aspectos que consideramos mais relevantes, expondo-os de seguida.

Em 1872, perante a escassez de meios no terreno, falta de força, falta de autoridade portuguesa, o dembo Caculo Cahenda, na luta pelo poder com os seus sobas, pretendeu fazer uma demonstração da sua força, apresentando-se com dois mil e quatrocentos homens em armas, perante o chefe do concelho dos Dembos, o Alferes Oliveira.

Alvim Pereira, nomeado comandante da coluna para combater a revolta, perante a falta de carregadores para o transporte das cargas, perante a falta de canoas para atravessar o rio, perante os problemas do cartuchame que falhava, prefere pedir ajuda e aguardar no local de bivaque a chegada de ajuda. Foi destituído pelo Governador-geral, sendo substituído pelo Tenente-Coronel Miguel Gomes de Almeida que tentou resolver o conflito, empregando tanto a força como a diplomacia. Assinou o auto de paz, com os dembos que também queriam a paz, mas impuseram as suas condições.

Constata-se que a coluna se compunha de duzentos e trinta homens, principalmente indígenas com poucas convicções para servir a autoridade portuguesa, que sistematicamente desertavam. Enquadrada por poucos oficiais, com armamento obsoleto, mas superior ao dos dembos, que além de comandar teriam que vigiar os seus soldados indígenas a fim de impediriam a fuga. Não teve o apoio da linha férrea pois ainda não existia, condicionado assim, bastante o apoio logístico, nomeadamente o abastecimento de munições e a alimentação. Travou combates com os Mubires, etnia de nómadas e combateu com os principais dembos, Ngombe Amuquiama, o Cazuangongo e o Caculo Cahenda que tinham as suas banzas em morros, com domínio sobre a posição das terras de Sassa. O conjunto dos poderes Africanos tinham grande superioridade numérica relativamente à coluna e o armamento era muito idêntico.

A coluna de 1872 falhou por falta de apoio logístico pela falta do comboio, pela falta de vias de comunicação. A autoridade portuguesa perdeu não só o posto de Sassa, mas também a possibilidade de cobrar os impostos, mais a agravante dos custos destas operações bem como a redução do comércio na região.

Consequência imediata desta campanha, por portaria do Ministro dos Negócios da Marinha e Ultramar, foi decretada, a abolição de dízimos dos concelhos, passagens dos rios e dízimos do pescado.

Depois de 1872 a 1907, os Dembos continuaram a ser uma sociedade autónoma, que mantém relações de Estado para Estado, tanto com a autoridade portuguesa como com o Rei do Congo.

Na conferência de Berlim de 1884-85, os actores Europeus decidiram a partilha do continente Africano, alterando-se o paradigma de relacionamento entre Europeus e Africanos, nasceu um Direito novo, que consistia na efectiva ocupação dos territórios Africanos, que iria destruir a estrutura de poder local implantada. Pelo que as potências europeias iniciaram a exploração do interior do continente Africano. Também Portugal foi obrigado a tentar ocupar o interior Africano visto que apenas mantinha presença junto ao Litoral. Negociou bilateralmente os limites dos territórios portugueses em África, com a França e a Alemanha e começou a ocupar o vasto sertão, na procura de implementar o designado mapa cor-de-rosa, sem ter considerado os interesses de outras potências, nomeadamente da Grã-Bretanha. O sonho do mapa cor-de-rosa transformou-se em pesadelo, quando Portugal ocupou territórios, também disputado pela potência marítima. Como consequência, esta apresentou a Portugal o Ultimato em 11 de Janeiro de 1890.

O Ultimato feriu o orgulho Lusitano e foi aproveitado pelos opositores ao regime, o partido Republicano que teve a possibilidade de propagandear os seus ideais, nomeadamente tentando substituir a religiosidade do povo pelo nacionalismo. Um acontecimento de política externa que repercutiu na política interna.

A agitação provocada pelo partido Republicano foi reprimida pelo regime, aparecendo este partido aos olhos da opinião pública como o único defensor do interesse nacional e símbolo de patriotismo. Para os Republicanos a cedência de territórios para a Grã-Bretanha implicava que Portugal deixaria de ser independente caíndo na órbita Espanhola. Apareceu assim a sacralização do império como dimensão definidora da pátria. Este episódio, despertou o país para o facto da presença portuguesa em África ser apenas simbólica, junto ao Litoral, e que seria necessário ocupar território e delimitar fronteiras com outras potências Europeias.

O Ultimato foi um dos acontecimentos que contribuíram para a queda da monarquia, assim como as dificuldades financeiras em que vivia o país. Acabou por se oficializar em 4 e 5 de Outubro de 1910.

Após significativas vitórias portuguesas em 1895 em Moçambique, o orgulho português estava restabelecido. É neste contexto que os portugueses decidem começar a implantar o

aparelho militar e administrativo em Angola. Assim em 1907, João de Almeida, após reconhecer a bolsa insubmissa dos Dembos foi encarregado de organizar uma coluna para restabelecer a autoridade portuguesa. Verificou-se que a preparação da coluna para esta campanha foi baseada na experiência do Capitão João de Almeida adquirida no Sul de Angola. As táticas e técnicas aí utilizadas, não se mostram adequadas ao terreno e vegetação da região dos Dembos, daí a necessidade de aligeirar a coluna deixando parte do material na fortificação construída pela coluna no Casal.

A escolha dos guias não foi feliz porque a maior parte eram capturados, não sendo fiáveis. Não querem colaborar ou desconhecem esta região o que implica que a coluna marche sem rumo em ziguezague, não cumpra a missão mas apenas e com grande sacrifício consiga lutar pela sobrevivência., demonstrando a persistência e a capacidade de continuar a lutar contra a adversidade. A destruição sistemática das lavras, dos pequenos terrenos cultivados e cubatas das populações indígenas, provoca fome, pobreza e doenças. Gera um ciclo vicioso de violência e as populações em fuga, para sobreviverem atacam os indígenas submissos à causa portuguesa.

Os poderes Africanos, evitaram a confrontação com o poder militar português mas contudo nunca pretenderam prestar vassalagem e pagar impostos à autoridade portuguesa. Para evitar prestar vassalagem pessoalmente, enviam cartas a fazê-lo, mas também o poder militar português antes de se dirigir às banzas envia sempre um ofício anunciar a chegada da coluna. Compreende-se que estes povos não quisessem a guerra porque apesar da superioridade numérica, o seu armamento era arcaico, utilizavam armas de caça e mosquetes, perante o armamento utilizado pela coluna de 1907, nomeadamente as armas de repetição.

Nas marchas para a banza do Cazuangongo, a deslocação da coluna tornava-se mais perigosa cada vez que fugiam os guias. Num terreno acidentado e arborizado, cheio de armadilhas, não era de todo conveniente errar o rumo pois a tarefa desempenhada pelos guias poderia determinar o sucesso ou insucesso do cumprimento da missão.

Durante o bivaque, na marcha para o Cazuangongo, os soldados europeus, condenados, desertarem levando géneros de primeira necessidade e como o reabastecimento não funcionava correctamente a situação tornou-se praticamente insustentável. João de Almeida além de ter de vigiar os soldados indígenas também tinha problemas com soldados Europeus que não respeitavam a disciplina militar.

Muito inteligentemente, os guerreiros indígenas aguardavam que a coluna desenvolvesse a marcha num terreno e vegetação muito difíceis, não permitiam que a coluna adoptasse o dispositivo defensivo de combate, o quadrado, com a cavalaria obrigada a apear, permitindo

assim que o inimigo flagelasse a coluna. Com a cavalaria apeada a vantagem da força portuguesa reduzia-se significativamente e ficava limitada no fogo e movimento.

O terreno muito acidentado e vegetação muito densa, era judiciosamente explorado pelo inimigo tentando maximizar o seu armamento antiquado, com pouca precisão, baixa velocidade de tiro e que só podia ser rentabilizado a curta distância.

Os guerreiros indígenas além de criarem obstáculos com derrubes de árvores, aproveitavam também os obstáculos naturais para bater a coluna pelo fogo.

Na maior parte das vezes a coluna não combateu o inimigo olhos nos olhos, não capturou ou feriu nenhum inimigo, não houve ocupação do território indígena mas apenas destruição das senzalas, implicando que as populações se ausentassem temporariamente.

Os guerreiros indígenas, tentavam também isolar a coluna, conseguindo inclusive impedir a entrega do correio, durante algum tempo, revelando a fragilidade das comunicações de e para a coluna. A coluna apesar de marchar sem descanso, debaixo de fogo manteve-se serena, cumprindo eficientemente as ordens do Capitão João de Almeida, devidamente coadjuvado pelos seus oficiais. A decisão de aligeirar a coluna surge como um meio para ultrapassar as dificuldades. O terreno acidentado e o arvoredado cerrado, dificulta o movimento da coluna mas também a protege das vistas inimigas permitindo que se aproximasse da banza do Cazuangongo sem serem detectados.

A coluna teve que executar penosas marchas, sistematicamente debaixo de fogo inimigo que provocou muitas baixas, particularmente de soldados indígenas e carregadores.

A implantação de fortificações, resulta da acção da coluna e visava instalar no terreno a autoridade portuguesa, mas não foi conseguido por falta de vias de comunicação, por falta de apoio logístico, por falta de convicção.

Os dembos, enviam os seus macotas ao encontro da coluna acima de tudo para evitar que entrem nas suas terras. Prometem submissão que não pretendem praticar como os acontecimentos posteriores demonstraram. Pretendem apenas manter o *status quo* sem sequer terem que fazer a guerra.

A coluna de 1907 fez trinta e nove etapas superiores a vinte e um quilómetros, percorrendo a coluna enquadrada por graduados oitocentos e quarenta quilómetros. Se adicionarmos as marchas extraordinárias, percorreu mais de mil e quinhentos quilómetros. A coluna de constituição mista, mas na actuação foi preponderante a infantaria. O serviço de saúde, depois do primeiro combate, consumiu toda dotação em pensos e desinfectante, e a partir daí deixou de existir.

A necessidade de combater, logo em 1908, os rebeldes entre as terras de Calunga e o rio Zenza e de Leste para Oeste entre os portos de Mucumbi e Cála, zona de influência dos postos implantados pela coluna de 1907, mostra a fragilidade da ocupação portuguesa.

A ocupação do Caculo Cahenda em 1909, foi um acto isolado e por conseguinte, David Magno, foi um bom estrategista, tentou fraccionar o poder dos dembos para aumentar o seu e consequentemente aumentar o poder da autoridade portuguesa. Ao contrário do que era habitual até à data, em que os militares portugueses usavam o sabre em punho, Magno tentou a conquista adocicada dos Dembos. Pretendia trocar postos fixos por uma coluna volante, visto que estes nada rendiam por não haver cobrança do imposto.

A saída de Magno da região, em dezembro de 1912, a pressão de Luanda para se fazer a cobrança do imposto sem forças adequadas, conjuntamente com a pressão do comércio para liberalizar a venda de pólvora e armas provocou a revolta do Caculo Cahenda.

A revolta do Caculo Cahenda de 1913, obrigou, o Governador-geral, Norton de Matos a corrigir o erro e proibiu a venda de pólvora e de armas. Norton de Matos decidiu ainda organizar uma coluna para bater o dembo revoltado. A coluna comandada pelo Capitão Maia Pinto quando chegou à banza do Caculo Cahenda nada encontrou e a autoridade portuguesa continuou a ser tolerada nos postos mas incapaz de cobrar imposto.

Entre 1913 a 1917, a região dos Dembos, mantém-se estável e os poderes Africanos decidem o seu destino e toleram a autoridade portuguesa nas suas fortificações.

Nos finais do ano de 1918 e princípio de 1919, os dembos bastante desgastados pela doença do sono tiveram que enfrentar o capitão Ribeiro de Almeida, que não era a favor de enviar cartas a anunciar a sua chegada, antes preferia utilizar a cimitarra a decapitar os chefes Africanos substituindo-os por outros da sua confiança. Este soube utilizar Africanos contra Africanos, pois a sua tropa de elite era constituída por Cuamatos e Landins. Ribeiro de Almeida significou o fim da independência da região dos Dembos.

Fazendo o balanço da intensidade do conflito. No período de 1890 a 1907, os dembos, entraram em conflito com os portugueses três vezes: Dezembro de 1890, Janeiro a Março de 1891 e em Fevereiro de 1899. De 1907 a 1919, sete expedições militares: Setembro a Novembro de 1907, Julho de 1908, Fevereiro a Março de 1909, Julho a Setembro de 1913, Novembro a Dezembro de 1918, Janeiro a Abril e de Maio a Dezembro de 1919, sem contar com incidentes menores.

Os dembos, nunca tiveram o apoio dos seus irmãos do Golungo Alto ou de Ambaca. Abandonados, divididos, caíram em domínio. A impossibilidade de arranjar pólvora, a doença

do sono, a abertura de estradas e a cultura do café iriam anular os últimos lutadores pela independência pelo menos até 1961.

A história da conquista moderna de Angola está regada com o sangue das vítimas. As causas são de diversa ordem, nomeadamente económicas, e políticas específicas da colonização portuguesa.

A principal causa na ocupação dos Dembos, não está ligada directamente aos factores económicos, mas sim à pressão administrativa e à vontade dos portugueses em ampliar os seus domínios territoriais.

Os dembos resistiram durante 47 anos, justificando-se pelo facto de terem enfrentado um inimigo que juntava à debilidade material uma avidez desmedida. Com excepção do planalto meridional, a colonização portuguesa, foi coisa de aventureiros. A metrópole não podia dominar os animais predadores largados no sertão.

Os dembos acabaram por perder a independência, porque os poderes africanos não tinham coesão. As resistências eram espontâneas, anárquicas, organizadas a nível de etnias. As chefias políticas eram tradicionais e não se adaptaram à mudança dos tempos. Cada etnia combatia sozinha, perante a indiferença, ou mesmo júbilo dos seus vizinhos. Combatia perante o desprezo dos negros civilizados e dos mestiços da cidade de Luanda. Combatia perante a impotência dos seus antepassados, incapazes de sustentar uma guerra demorada e intensa. Combatiam com os seus costumes e feitiços inoperantes perante a Kropatschek, as peças Krupp e as finalmente as espingardas Mauser.

Da conferência de Berlim, até meados da década de 1920, foi desenhado o mapa de Angola, com intensa actividade militar. As campanhas da região dos Dembos enquadram-se neste cenário e a demora da conquista ficou-se a dever a uma série de condicionantes, mas salientam-se a centralização do poder nos dembos, constituindo, estes uma federação que habilmente, através da diplomacia, souberam resistir ao poder português.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Lopes de (1948).** *Portugal Ultramarino. Expansão, Fundação, Assimilação, Solidariedade e Unidade Imperial*, Edições Escola do Exército, Lisboa.
- ALEXANDRE, Valentim (coord) (2000).** *O Império Africano, Séculos XIX e XX*; Edições Colibri, Lisboa.
- ALEXANDRE, Valentim (2000).** *Velho Brasil, Novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*, Edições Afrontamento, Lisboa
- ALMEIDA, António de (1938).** *Relações com os Dembos. Das cartas do Dembado de KaKula-Kaenda*, Sociedade Nacional de Tipografia, Lisboa.
- ALMEIDA, João de (1909).** *Operações Militares nos Dembos em 1907*, Tipografia Universal, Lisboa.
- ALMEIDA, João de (1936).** *A ocupação Portuguesa em África na época contemporânea*. Agência Geral das Colónias. Lisboa.
- AM (2004).** *50 Anos de Patronos da Escola do Exército e da Academia Militar 1953-2003*, Academia Militar, Lisboa.
- BARATA, Themudo e TEIXEIRA, Severiano (Dir.) (2004).** *Nova História Militar de Portugal*, Volume 3, Círculo de Leitores, Lisboa.
- BALSEMÃO, Eduardo (1872).** *A Guerra dos Dembos*, Imprensa do Governo, Luanda.
- BARTHOLO, Maria de Lourdes (1963).** *A obra artística de El Rei D Carlos*, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa.
- BETHENCOURT, Francisco e KIRTI Chaudhui (2000).** *História da Expansão Portuguesa, Volume 4, Do Brasil para África (1808-1930)*, Temas e Debates, Navarra, Espanha.
- BIRMINGHAM, David (2003).** *Portugal e África*, Assírio Bacelar, Benedita.
- BRANCO, Pedro Soares (2005).** *Exército Português – Memória Ilustrada*, Edição Quimera, Lisboa.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima (2005).**, *O Século XIX Português*, 2ª Edição, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.
- BORGES, João Vieira (coord) (2006).** *Pensamento Estratégico Português: Contributos Século XVI-XIX*, Edição Prefácio, Lisboa.
- CAETANO, Marcelo (1971).** *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos*, 4ª Edição, Ática, Lisboa.

- CARVALHO, António (1930).** *As Campanhas Ultramarinas de Gomes da Costa*, Cadernos Coloniais Nº 66, Edições Cosmos, Lisboa.
- CARVALHO, Henrique de (1975).** *Uma Vida ao Serviço da Pátria*, Edição Liga dos Combatentes, Lisboa.
- CARVALHO, Luiz (1888).** *A Verdadeira Situação Militar de Portugal*. Livraria Civilização, Porto.
- CASTRO, Luís Vieira (2003).** *D. Carlos I*, Arte Mágica Editores, Lisboa.
- COUCEIRO, Paiva (1948).** *Angola. Dois anos de governo, Junho de 1907 a Junho de 1909. História e comentários*. Edições Gama. Lisboa.
- COUTO, Abel Cabral (1988).** *Elementos de Estratégia. Apontamentos para um Curso*, Volume I, Edição Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa.
- COUTO, Abel Cabral (1989).** *Elementos de Estratégia. Apontamentos para um Curso*, Volume II, Edição Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa.
- CPHM (1996).** *VII Colóquio, O Recrutamento Militar em Portugal*, Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa.
- CRUZ, Francisco (1944).** *Paiva Couceiro. Político – Militar – Colonial*. Edição do Autor, Lisboa.
- DIAS, Gastão Sousa (1944).** *Como Serpa Pinto Atravessou África*, Editora Livraria Sá da Costa, Lisboa.
- DIAS et al (2007).**, *Estratégia Lusitana – De Viriato às Missões de Paz. Lições das Batalhas Portuguesas Aplicadas à Gestão Empresarial*, 2ª Edição, Edimpresa, Lisboa.
- DREYFUS et al (1980).** *História Geral da Europa III. A Europa desde 1789 aos nossos dias*, Publicações Europa-América, Mem Martins.
- DUARTE, António (2003).** *O Equilíbrio Ibérico, Século XI – XX. História e Fundamentos*, Edições Cosmos, Lisboa.
- DUGARD, Martin (2007).** *À Descoberta de África, As viagens épicas de Stanley e Livingstone*, Casa das Letras, Lisboa.
- ECO, Umberto (2008).** *Como Se Faz Uma Tese em Ciências Humanas*, 14ª Edição, Editorial Presença, Lisboa.
- FERNANDES, António e DUARTE, António (2003).** *Portugal e o Equilíbrio Peninsular*, Publicações Europa América, Mem Martins.
- FERREIRA, Brandão (2002).** *A Evolução do Conceito Estratégico Ultramarino Português, da Conferência de Berlim à descolonização*, Edição Hugim, Lisboa.
- FELGAS, Hélio (1958).** *História do Congo Português*, Empresa Gráfica do Uíge, Carmona.

- FRANCO, João (1924).** *Cartas D'El Rei D Carlos I*, Livrarias Aillaud e Bertrand, Lisboa.
- GALVÃO, Henrique (1934).** *História do Nosso Tempo. Acção e Obra de João de Almeida (1904-1910)*, 2ª Edição, Escola do Exército, Lisboa.
- GALVÃO, Henrique (1935).** *Dembos*. Agência Geral das Colónias, Lisboa.
- GALVÃO, Henrique e SELVAGEM, Carlos (1952a).** *Império Ultramarino Português, Volume II*, Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa.
- GALVÃO, Henrique e SELVAGEM, Carlos (1952b).** *Império Ultramarino Português, Volume III*, Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa.
- GGPA (1872a).** *Boletim Oficial do Governo Geral d'Angola N°23*, Governo Geral da Província de Angola, Luanda.
- GGPA (1872b).** *Boletim Oficial do Governo Geral d'Angola N°24*, Governo Geral da Província de Angola, Luanda.
- GGPA (1872c).** *Boletim Oficial do Governo Geral d'Angola N°28*, Governo Geral da Província de Angola, Luanda.
- GGPA (1872d).** *Boletim Oficial do Governo Geral d'Angola N°29*, Governo Geral da Província de Angola, Luanda.
- GGPA (1872e).** *Boletim Oficial do Governo Geral d'Angola N°31*, Governo Geral da Província de Angola, Luanda.
- GGPA (1872f).** *Boletim Oficial do Governo Geral d'Angola N°39*, Governo Geral da Província de Angola, Luanda.
- GGPA (1872g).** *Boletim Oficial do Governo Geral d'Angola N°41*, Governo Geral da Província de Angola, Luanda.
- GGPA (1872h).** *Boletim Oficial do Governo Geral d'Angola N°44*, Governo Geral da Província de Angola, Luanda.
- GGPA (1873a).** *Boletim Oficial do Governo Geral d'Angola N°10*, Governo Geral da Província de Angola, Luanda.
- GGPA (1872b).** *Boletim Oficial do Governo Geral d'Angola N°49*, Governo Geral da Província de Angola, Luanda.
- GGPA (1907a).** *Boletim Oficial do Governo Geral d'Angola N°5*, Governo Geral da Província de Angola, Luanda.
- GGPA (1907b).** *Boletim Oficial do Governo Geral d'Angola N°23*, Governo Geral da Província de Angola, Luanda.a de Angola, Luanda.
- GGPA (1907c).** *Boletim Oficial do Governo Geral d'Angola N°28*, Governo Geral da Província de Angola, Luanda.

- GGPA (1907d).** *Boletim Oficial do Governo Geral d'Angola N°31*, Governo Geral da Província de Angola, Luanda.
- GGPA (1907e).** *Boletim Oficial do Governo Geral d'Angola N°37*, Governo Geral da Província de Angola, Luanda.
- GGPA (1907f).** *Boletim Oficial do Governo Geral d'Angola N°42*, Governo Geral da Província de Angola, Luanda.
- GGPA (1907g).** *Boletim Oficial do Governo Geral d'Angola N°43*, Governo Geral da Província de Angola, Luanda.
- GGPA (1907h).** *Boletim Oficial do Governo Geral d'Angola N°44*, Governo Geral da Província de Angola, Luanda.
- GGPA (1907i).** *Boletim Oficial do Governo Geral d'Angola N°48*, Governo Geral da Província de Angola, Luanda.
- LAINS, Pedro e SILVA Álvaro (org) (2005).** *História Económica de Portugal 1700-2000, Volume II*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.
- LOURENÇO, Júlio (1943).** *Missão Militar às Colónias*, Volume I, Oficinas da Papelaria Fernandes, Lisboa.
- MAGNO, David (1917).** *Os Dembos nos Anais de Angola e Congo (1484-1912)*, Separata da Revista Militar de 1916-17, Tipografia Universal, Lisboa.
- MAGNO, David (1921).** *Etnografia dos Dembos*, Imprensa Portuguesa, Porto.
- MAGNO, David (1937).** *Guerras Angolanas. A nossa acção nos Dembos*. Companhia Portuguesa Editora, Porto.
- MARDEL, L (1887).** *História da Arma de Fogo Portátil*, Imprensa Nacional, Lisboa.
- MARQUES, Oliveira (1981).** *História de Portugal. Desde os Tempos mais Antigos até à do Sr General Eanes*, 2ª Edição, Volume III, Palas Editores, Lisboa.
- MARQUES, Oliveira (1991).** *Nova História de Portugal*, Volume XI, Editorial Presença, Lisboa.
- MARQUES, João (1999).** *Os Sons do Silêncio: o Portugal de Oitocentos e a Abolição do Tráfico de Escravos*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.
- MARTINS, Ferreira (1945).** *História do Exército Português*, Editorial Inquérito, Lisboa.
- MARTINS, Rocha (1926).** *D Carlos, História do seu Reinado*, Oficinas ABC, Lisboa
- MATTOSO, José et al (1993).** *História de Portugal*, Volume 6, Estampa Lisboa.
- MATOS, Norton de (1926).** *A província de Angola*. Edição Maranus, Porto.
- MATOS, Norton de (1944).** *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, 2ª Edição Volume II, Editora Marítima Colonial, Lisboa.

- MATOS, Norton de (1948).** *Ensaio sobre a vida e acção de Paiva Couceiro em Angola*, Edições Gama, Lisboa.
- MATOS, Norton de (1953).** *A Nação Una. Organização Política e Administrativa dos Territórios do Ultramar Português*. Edição Paulino Ferreira, Filho, Lisboa.
- M'BOKOLO, Elikia (2007).**, *África Negra. História e Civilizações. Tomo II – Do Século XIX aos nossos dias*, 2ª Edição, Colibri, Lisboa.
- MNMU (1901).** *Organização Militar do Ultramar aprovado por Decreto com Força de Lei de 14 de Novembro de 1901*, Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar, Imprensa Nacional, Lisboa.
- MORAES, Artur de (2007).** *Memórias de Angola. As Minhas Memórias sobre a pacificação do Sul de Angola*, 2ª Edição, Edição Caleidoscópio, Lisboa.
- MONTECÚCCOLO, João (1965).** *Descrição Histórica dos três Reinos. Congo Matamba e Angola*, Volume I, Oficinas Gráficas de Bertrand (Irmãos), Lisboa.
- NOGUEIRA, et al (2006).** *O Pensamento Estratégico Nacional*, Edições Cosmos, Lisboa.
- OLIVEIRA, Ramires (coord) (1993).** *História do Exército Português (1910-1945) Volume I* Exército Português, Lisboa.
- PÁSCHOA, Armando (1951).** *Armamento*, Volume I, Exército Português, Lisboa.
- PÉLISSIER, René (1997a).** *História das Campanhas de Angola. Resistência e Revoltas 1845-1945*, 2ª edição, Volume I, Editorial Estampa, Lisboa.
- PÉLISSIER, René (1997b).** *História das Campanhas de Angola. Resistência e Revoltas 1845-1945*, 2ª edição, Volume II, Editorial Estampa, Lisboa.
- PÉLISSIER, René (2006).** *As Campanhas Coloniais de Portugal 1844-1941*, Editorial Estampa, Lisboa.
- QUENTAL et al (2006).** *Portugal em Crise. Da Agonia da Monarquia à implantação da República*. Fronteira do Caos. Porto.
- REGALADO, Jaime (2004).** *Cuamato – 1907 – Os Bravos de Mufilo no Sul de Angola*, Edição Tribuna da História, Lisboa.
- RESENDE, Manuel de (1930).** *Ocupação dos Dembos – 1615 –1913*, Cadernos Coloniais Nº 61, Edições Cosmos, Lisboa.
- SANTA RITA, Gonçalo (1959).** *A África nas relações internacionais depois de 1870*, Estudos de Ciências Políticas e Sociais, Lisboa.
- SANTOS, Rodrigues dos (2006).** *Metodologia das Ciências Sociais*, Academia Militar, Lisboa.

- SARAIVA, António e LOPES, Óscar (1995).**, *História da Literatura Portuguesa*, 12ª Edição, Porto Editora Lda, Porto.
- SARAIVA, José Hermano (2004).** *História de Portugal*, Publicações Europa América, Mem Martins.
- SELVAGEM, Carlos (1931).** *Portugal Militar*, Imprensa Nacional de Lisboa, Lisboa.
- SERRÃO, Veríssimo (1987).** *História de Portugal, volume X*, Edições Verbo, Lisboa.
- SERRÃO, Joel e MARQUES, Oliveira (dir) (1988a).** *Nova História da Expansão Portuguesa*, Volumes X, Editorial Estampa, Lisboa.
- SERRÃO, Joel e MARQUES, Oliveira (dir) (1988b).** *Nova História da Expansão Portuguesa*, Volumes XI, Editorial Estampa, Lisboa.
- SHIP (1985).** *Aljubarrota 600 Anos. Ciclo de conferências da Sociedade Histórica da Independência de Portugal*, Minerva, Lisboa.
- SMITH, Gervase (1985).** *O Terceiro Império Português (1825-1975)*, Edições Teorema, Lisboa.
- TAVARES, Ana e SANTOS Catarina (Ed.) (2002).** *Africae Monumenta. A Apropriação da Escrita pelos Africanos, Arquivo Caculo Cachenda*, Volume I, Ministério da Ciência e do Ensino Superior e Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa.
- TELLES, Sebastião (2001).** *Introdução ao estudo dos Conhecimentos Militares*, 3ª Edição, Edições Cosmos, Lisboa.
- TELO, António (1980).** *Decadência e queda da 1ª República Portuguesa* Volume II, A Regra do Jogo, Lisboa.
- TELO, António (1994).** *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, Edições Cosmos, Lisboa.
- TELO, António José e GÓMEZ, Hipólito de la Torre (2000).** *Portugal e Espanha nos Sistemas Internacionais Contemporâneos*, Edições Cosmos, Lisboa.
- TELO, António, ÁLVARES, Mário (2004).** *Armamento do Exército Português, Vol. I – Armamento Ligeiro*, Edições Prefácio, Lisboa.
- TELO, António (2004).** *Moçambique – 1895 – A Campanha de todos os Heróis*, Tribuna da História, Lisboa.
- VALENTE, Pulido (2006).** *Um Herói Português: Henrique Paiva Couceiro*, Altea Editores, Lisboa.
- VILLAS, Gaspar (1938).** *História Colonial*, Escola do Exército, Lisboa.

WEIMAR, Georges et al (1927). *O Coronel João de Almeida. Sua acção militar e administrativa em Angola (1906-1911)*, Publicação de iniciativa dum grupo de companheiros e amigos coloniais, Lisboa.

ANEXOS

ANEXO A - Luanda no princípio do século XX	109
ANEXO B - Porto de Luanda e Caminho de Ferro para o Golungo	110
ANEXO C - Caminho de Ferro Luanda Ambaca	111
ANEXO D - Família Indígena e ponte de caminho de ferro	112
ANEXO E - Golungo Alto	113
ANEXO F - Vista da Fortaleza de Luanda	114
ANEXO G - Baía de Luanda e o Hospital Maria Pia	115
ANEXO H - Abegoaria e Casa de Reclusão	116
ANEXO I - Capitania do Porto e Mercado do peixe de Luanda	117
ANEXO J - Mapa da região dos Dembos	118
ANEXO L - Porto de Luango	119
ANEXO M - Coluna Simples	120
ANEXO N - Mapa Dembos Oeste	121
ANEXO O - Peça de Bronze Estriado de Montanha de 7 cm modelo 82	122
ANEXO P - Kropatschek em corte	123
ANEXO Q - Kropatschek vista próxima	124
ANEXO R - Martini Henry, vista de perfil	125
ANEXO S - Martini Henry, vista próxima	126
ANEXO T - Mauser modelo 1904, em corte	127
ANEXO U - Mauser vista de perfil	128
ANEXO V - Espingarda e Carabina Mauser	129
ANEXO X - Notícia da Coluna de 1913 ao Caculo Cahenda	130
ANEXO Z - Capitão Maia Pinto, Alferes David Magno e Camaradas	131
ANEXO AA - João de Almeida e David Magno	132
ANEXO AB - Carta do dembo Cavunga Cahui ao Alferes David Magno	133
ANEXO AC – Envelope	134
ANEXO AD - Resposta ao dembo Cavunga Cahui	135
ANEXO AE - Carta do dembo Golamguimbe a David Magno	136
ANEXO AF - Carta do dembo Caculo Cahenda ao Alferes David Magno	137
ANEXO AG - Correspondência entre Caculo Cahenda e David Magno	138
ANEXO AH - Caculo Cahenda a escrever	139

ANEXO AI- Mapa Dembos Central	140
ANEXO AJ - Envelope de carta do dembo Caculo Cahenda	141
ANEXO AL - Capitão Maia Pinto e o dembo Caculo Cahenda	142
ANEXO AM - Maia Pinto e soldados no descanso	143
ANEXO AN - Operações de 1913	144
ANEXO AO - Metralhadora e estação de comboio	145
ANEXO AP - Construção do caminho-de-ferro e visita da autoridade portuguesa	146
ANEXO AQ - Transporte de peça e Depósito de Material	147
ANEXO AR - Homenagem: Almeida, Magno e Ribeiro de Almeida	148
ANEXO AS - Metralhadora Nordenfelt, vista de frente	149
ANEXO AT - Nordenfelt, vista de cima	150
ANEXO AU - A Imprensa de Luanda	151
ANEXO AV - João de Almeida entre figuras	152
ANEXO AX - Vida Colonial	153
ANEXO AZ - Alto Dande	154
ANEXO BA – Degredados	155
ANEXO BB- Mapa Dembos Leste	156